

**Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das
Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de
Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo**

6.^a Reunião
(4.^a audição)
(26 de março de 2014)

SUMÁRIO

A Sr.^a Presidente (Maria de Belém Roseira) declarou aberta a reunião às 17 horas e 25 minutos.

Os Srs. António Costa e Abel Viana (Coordenador e Representante da Comissão de Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo) responderam às perguntas formuladas pelos Srs. Deputados Mariana Aiveca (BE), Abel Baptista (CDS-PP), António Filipe (PCP), Odete Silva (PSD), Jorge Fão (PS) e Ângela Guerra (PSD).

O Sr. Presidente (Abel Baptista) encerrou a reunião eram 22 horas e 28 minutos.

A Sr.^a **Presidente** (Maria de Belém Roseira): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, está aberta a reunião.

Eram 17 horas e 25 minutos.

Hoje, vamos proceder à audição dos Srs. António Costa e Abel Viana, representantes da Comissão de Trabalhadores dos Estaleiros de Viana do Castelo.

Se os Srs. Deputados estiverem de acordo, enquanto esperamos a chegada dos representantes da Comissão de Trabalhadores, informo o seguinte: o CDS-PP é o primeiro grupo parlamentar a intervir; quanto ao PS, como o Sr. Deputado António Gameiro não está presente, é o Sr. Deputado Jorge Fão que vai intervir; e quanto ao Bloco de Esquerda, a Sr.^a Deputada Mariana Aiveca, como vai usar da palavra em Plenário, pediu para atrasarmos um pouco esta audição, mas, como já são 17 horas e 30 minutos, combinamos que ela intervenha logo que esteja presente, portanto, se for necessário, saltamos a ordem, porque com gente de boa vontade tudo se organiza.

Vamos, pois, esperar a chegada dos representantes da Comissão de Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Pausa.

Srs. Deputados, tenho a informar que a DILP (Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar) fez um *dossier* muito interessante sobre os Estaleiros de Viana do Castelo, que consiste numa coleção por temas, com uma nota prévia sobre a história dos Estaleiros desde 1944 — a Comissão Europeia, processos e perguntas parlamentares, as encomendas, a

concessão e a subconcessão, uma breve cronologia, a legislação aplicável e as fontes de informação de que a Divisão se serviu. Creio que o *dossier* pode ser disponibilizado no *site* da Assembleia, porque é uma forma de, no exterior, quem quiser e tiver interesse em consultá-lo poder fazê-lo.

Sr. Deputado Abel Baptista, e se a Sr.^a Deputada Mariana Aiveca começasse as hostilidades aos gentis? Que acha?

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Acho bem!

A Sr.^a **Presidente**: — Sr.^a Deputada Mariana Aiveca, dá-lhe jeito começar primeiro?

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Sim, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Ficarà a dever a troca ao CDS-PP.

Pausa.

Em nome da Comissão, queria cumprimentar o Sr. António Costa e o Sr. Abel Viana, da Comissão de Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, e agradecer a vossa presença.

Alterando algo que para vós não tem importância, que é a ordem das perguntas, vou dar, desde já, a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Aiveca, uma vez que vai intervir no Plenário.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Muito obrigada, Sr.^a Presidente. Agradeço também ao Grupo Parlamentar do CDS esta possibilidade, sendo

que me provoca mais alguma instabilidade porque não estava a contar ser a primeira a intervir; de qualquer forma, não é nada que não se consiga resolver.

Em primeiro lugar, queria agradecer a presença da Comissão de Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Com certeza que esta é mais uma audição que vai contribuir para o objeto desta Comissão de Inquérito e já ouvimos outras entidades.

Passo a fazer algumas perguntas que gostaria que respondessem.

A primeira é a seguinte: quando é que sentiram que a vida dos Estaleiros tinha acabado? Quando é que, na vossa perceção, acham que ocorreu a circunstância que ditava a machadada final nos Estaleiros, com a configuração que lhe conhecíamos, para toda aquela unidade ser reconfigurada com a proposta que depois se veio a conhecer? Quando é que existiu essa perceção na Comissão de Trabalhadores?

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. António Costa.

O Sr. **António Costa** (Representante da Comissão de Trabalhadores dos Estaleiros de Viana do Castelo): — Muito boa tarde, Sr.^a Presidente, e muito obrigada pelo convite que nos foi endereçado.

Srs. Deputados, muito boa tarde e obrigado a todos os que, ao longo destes últimos dois anos, sempre estiveram ao lado dos trabalhadores dos Estaleiros, sempre estiveram ao lado da construção naval em Portugal e sempre estiveram ao lado do setor industrial em Portugal.

Quero repudiar aqui, também, a atitude de alguns Deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo, nomeadamente os Deputados do

PSD nas pessoas do Sr. Dr. Eduardo Teixeira, do Sr. Carlos Abreu Amorim e da D. Rosa Arezes, e do Sr. Abel Baptista...

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Deputado.

O Sr. **António Costa**: — ... do Sr. Deputado Abel Baptista. Infelizmente, hoje, só dois estão aqui presentes.

Percebendo as muitas preocupações que toda a gente tem, devo dizer que ao longo destes últimos tempos nunca os vimos, realmente, defender aquela emblemática empresa, a qual, ao longo de muitos anos, sempre levou muita gente da parte política, muitas individualidades, a visitar-nos, porque éramos uma empresa que tinha um incremento muito grande na região do Alto Minho e na cidade de Viana do Castelo.

Relativamente à pergunta formulada pela Sr.^a Deputada Mariana Aiveca, quero dizer que a machadada final nos Estaleiros Navais foi dada quando o Sr. Ministro, Dr. José Pedro Aguiar Branco, anunciou a pretensão de querer reprivatizar os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Tudo o que pretendíamos do Sr. Ministro, tudo o que lhe fizemos chegar, bem como aos Srs. Deputados, foi sempre no sentido de os Estaleiros serem alvo de uma reestruturação bem conduzida e bem definida, em que realmente a nossa empresa fosse mais competitiva no setor da indústria naval, que é um setor muito peculiar.

Como é óbvio, tínhamos consciência de que a nossa empresa precisava de um investimento tecnológico que nos permitisse também ser mais competitivos e mais produtivos. Esse investimento tecnológico, ao longo dos últimos 15 anos, nunca foi realizado nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Apenas existiu uma oficina de decapagem e pintura no período entre 2004 e 2007, cujo presidente dos Estaleiros Navais de Viana

do Castelo, na altura, era o Sr. Fernando Manuel Geraldês e, no período de 2004 a 2005, o Ministro da Defesa era o Sr. Dr. Paulo Portas, que fizeram esse investimento, tal como o da montagem de uma oficina que veio da Alemanha, no âmbito das contrapartidas. Essa oficina foi montada e até hoje nunca foi utilizada pelos trabalhadores dos Estaleiros Navais, nem a maioria das pessoas sabe o incremento de produtividade que aquela oficina iria dar à nossa empresa.

Sr.^a Deputada, muito objetivamente, respondendo à sua pergunta, a machadada que considerámos fatal neste processo dos Estaleiros foi quando o Sr. Ministro retirou, em parte, todas as possibilidades de a nossa empresa ser viabilizada no setor empresarial do Estado e anunciou a reprivatização, dizendo muito claramente que não queria, de forma alguma, que o Estado continuasse a governar os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Que fique muito bem claro que sempre dissemos ao Sr. Dr. José Pedro Aguiar Branco que entendíamos que, atendendo ao momento atual que o nosso País estava a passar em termos económico-financeiros e às dificuldades de financiamento que existiam, se não fosse possível o Estado permanecer no capital social da nossa empresa a 100%, mantivesse lá uma percentagem residual — e, na altura, até evocámos o exemplo das OGMA — e que desse iniciativa a um grupo com ADN da construção naval. Para que realmente continue a haver construção naval em Viana do Castelo, o importante era que fosse um grupo forte, com ADN na construção naval, atendendo, como já disse anteriormente, a que é uma atividade muito peculiar.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — No decurso de todas estas decisões, sei que foram ouvidos pelo Ministro da Defesa ou, pelo menos, mantiveram

com ele algumas reuniões, nas quais foram sempre dando a vossa visão. Disse que o Ministro da Defesa teria dito que não queria que o Estado continuasse a governar os Estaleiros. Em que base é que o Ministro da Defesa fazia estas afirmações?

O Sr. **António Costa**: — Penso que, como é do conhecimento da Sr.^a Deputada e dos Srs. Deputados, o Sr. Ministro, tanto aqui, na Comissão de Defesa e também noutras situações públicas, nas quais teve oportunidade de proferir a sua opinião, chegou a afirmar que o Estado era um mau gestor dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e que todo o trabalho que os Estaleiros faziam podia ser realizado por privados.

O Sr. Presidente da nossa empresa, o Sr. Eng.º Jorge Camões, que também esteve presente na Comissão de Defesa, está em funções nos Estaleiros desde o dia 16 de agosto de 2011 e, ao fim de dois anos e meio, veio dizer aos Srs. Deputados que a nossa empresa tinha um negócio desajustado. Se são precisos dois anos e meio para, ao fim desse período, dizer que temos um negócio desajustado, muito mal, então, estão as nossas empresas!

Devo dizer que enviámos elementos aos Srs. Deputados sobre os estudos que foram feitos em 2009 pelo Eurogrupo (e um deles foi apelidado de «estudo dos três C», que significava credibilidade, confiança e competitividade e no qual eram elencadas as várias alterações que teriam de ser introduzidas na nossa empresa) e, em 2009, foi realizada uma inspeção, coordenada pelo atual, penso, Secretário de Estado da Administração Pública, Sr. José Leite Martins, o qual, nos seus pareceres técnicos, enunciava aquilo que deveria ser posto em prática na nossa empresa e também dizia que deveria ser criada uma nova empresa dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, em que houvesse uma afetação dos

trabalhadores para essa nova empresa e, portanto, uma dinâmica diferente em termos empresariais.

Foi sempre essa a mensagem que passámos ao Sr. Ministro, a de que a nossa empresa teria que ter uma dinâmica empresarial totalmente diferente e, acima de tudo, uma visão estratégica para o futuro, para daqui a 20 anos. E não só neste aspeto mas também em termos de direção comercial — é que nós podemos produzir muito no nosso País, podemos fazer tudo do melhor e com o máximo de qualidade possível, mas algo que devemos fazer para termos mais valor acrescentado na nossa economia é vender bem aquilo que produzimos, o que é essencial em qualquer empresa neste País, mas, lamentavelmente, nunca foi a primeira valência nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, ao longo destes anos.

Ora, o Sr. Ministro disse, mais do que uma vez, que o trabalho que era feito pelo Estado, em termos da construção de navios, tanto para a Marinha portuguesa como para outras empresas, poderia ser feito por entidades privadas. Foi isto que ele sempre afirmou e foi isto que sempre dissemos ao Sr. Ministro que não era bem assim, porque os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, pelo seu *know-how*, são uma empresa estratégica, uma empresa que poderia vender muito do seu *know-how*, como foi agora o caso dos navios militares, onde realmente se investiu tanto dinheiro ao nível da investigação e da inovação, com dois navios espetaculares em termos de qualidade — e para saber isso, para saber da qualidade dos navios que construímos em Viana do Castelo, teremos de perguntar aos militares que, neste momento, estão a trabalhar neles, na Madeira e nos Açores.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Gostaria de questioná-lo sobre os últimos dois anos e, particularmente, sobre tudo o que veio a público

relativamente ao não início da construção da encomenda dos asfalteiros.

Todos sabemos que se tratou de um processo complicado, aliás, as notícias que vinham a público davam conta de que não havia dinheiro para comprar a matéria-prima — cerca de 15 milhões de euros para a compra do aço para o início da construção.

A Comissão de Trabalhadores — até porque é uma comissão de trabalhadores recente, embora os trabalhadores que dela fazem parte não o sejam, mas houve algumas mudanças — foi acompanhando este processo e reunindo com a administração, questionando ou não sobre a razão por que não se partia para a compra da matéria-prima para se iniciar a construção, tendo em linha de conta — ao que sabemos também, mas pedia-lhe que confirmasse — que a grande maioria dos trabalhadores estava sem trabalho dentro dos Estaleiros, praticamente parados em grande parte da fábrica.

Ora, o que gostaria de saber tem a ver com estes dois aspetos, isto é, se os trabalhadores estavam parados e que papel teve a Comissão de Trabalhadores junto do Conselho de Administração no sentido de também contribuir para a solução do problema, ou seja, começar-se a trabalhar, sendo que, para isso, era necessário a compra da matéria-prima.

São estas as minhas duas questões.

O Sr. **Abel Viana** (Representante da Comissão de Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo): — Muito boa tarde, Sr.^a Presidente e Srs. Deputados dos vários partidos.

Esta Comissão de Trabalhadores, da qual fazemos parte, pode parecer nova, mas já vai completar dois anos de exercício e estará a finalizar o seu mandato em maio.

Relativamente à questão, que nos parece bastante pertinente, colocada pela Deputada Mariana Aiveca, como devem calcular, a

Comissão de Trabalhadores, como órgão representativo dos trabalhadores, sempre exerceu uma enorme pressão a nível tanto da administração como do próprio Governo (e em relação não só ao Ministério da Defesa Nacional mas também ao Ministério das Finanças) no sentido de se proceder à construção dos asfalteiros.

Mas há aqui várias questões que têm de ser denunciadas e colocadas. Sei que nesta Casa tem de se ter algum cuidado com algumas expressões menos próprias que se possam utilizar, mas temos de ter em conta o desconforto e o constrangimento, que vocês não têm capacidade de calcular, que foi lidar, durante dois anos, com uma pessoa chamada «Jorge Camões», que é um mentiroso compulsivo — e assumo o que estou a dizer, digo-o aqui, e repito-o, quantas vezes for necessário, à frente dele, nas costas dele, em qualquer circunstância —, andou a mentir aos trabalhadores durante dois anos sempre com promessas e mais promessas, e claro que nós íamos alimentando algumas esperanças. Para além disso, aquilo que o Conselho de Administração, tal como o Governo, iam apontando como sendo o principal entrave para que se iniciasse a construção dos asfalteiros era a questão da contratação pública.

Mas eis que, para nossa grande surpresa, por um toque de Midas, de repente, a questão da contratação pública deixou de ser o grande entrave para o início da construção dos asfalteiros — e, por um lado, ainda bem, embora, em termos temporais, pensámos nós, já bastante tardiamente — e iniciou-se a aquisição do aço, isto é, das matérias-primas, assim como se iniciou o processo de aquisição da maquinaria e do material de propulsão.

Para finalizar esta resposta, queria também fazer um desmentido, porque se trata mesmo de um desmentido que tem de ser aqui feito. Então, se me permitem este parêntesis, gostaria de dizer o seguinte: embora o mundo, a nossa sociedade, os seres humanos não possam ser divididos

entre anjos e demónios, acho que os cidadãos, neste caso, os portugueses, devem ter a consciência e a noção das funções que desempenham. Assim, quando nós, Comissão de Trabalhadores, ouvimos o Ministro da Defesa Nacional, o cidadão José Pedro Aguiar Branco, um homem que já tem toda uma carreira política e profissional, dizer, em sede de Comissão Parlamentar de Defesa, que os trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo nunca estiveram parados, isso é algo inconcebível. Eu ouvi isto — e o meu companheiro António Costa, aqui presente, também ouviu e pode confirmá-lo — da última vez que aqui estivemos. Mas o facto é que a grande maioria dos trabalhadores dos Estaleiros, que, na altura, eram cerca de 620, estiveram três anos — três anos, mas alguns até mais — praticamente parados. Esta é que é a realidade, esta é que é a verdade.

Penso que terei respondido à questão.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Uma outra questão tem a ver com o seguinte: ouvimos aqui o Sr. Presidente da EMPORDEF dar-nos conta de que as últimas construções ou a quase totalidade das construções, nos últimos anos, deram, todas elas, prejuízo. Portanto, este facto aduz, de certa forma, à situação de asfixia financeira em que se encontravam os Estaleiros.

A Comissão de Trabalhadores tinha esta noção, discutia com a administração estas questões, que, no fundo, são, de certa forma, da sua competência, pois estamos a falar do controlo de gestão que está cometido à Comissão de Trabalhadores? Esta discussão era feita? Questionaram algumas vezes a administração sobre as razões que levariam a construir tantos navios e todos eles com prejuízo? Não tinham preocupações sobre o facto de essa gestão poder levar a empresa para o fundo, ou a Comissão de Trabalhadores não teve qualquer envolvimento nesta discussão?

O Sr. **António Costa**: — Essa é uma pergunta muito pertinente — e ainda bem que a faz, Sr.^a Deputada — pelo seguinte: qualquer Deputado que aqui se encontra sabe que nós devemos gerir as empresas públicas como gerimos as nossas casas. Tem de ser esse o sentimento que os gestores têm de ter quando vão gerir uma empresa pública.

Em primeiro lugar, não podemos permitir que, numa empresa pública, os gestores estejam lá apenas dois anos, um ano e meio, fazendo apenas uma passagem pelos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Algumas pessoas disseram aqui que a decadência, os problemas dos Estaleiros Navais começaram em 2008. Não começaram em 2008. O principal problema dos Estaleiros, como o de outras empresas, tanto particulares como públicas, tem sido a falta de financiamento que sempre constituiu uma dificuldade, em termos das várias administrações que passaram pela nossa empresa.

Desde 1997 que os Estaleiros Navais entraram num quadro financeiro muito preocupante, em termos de financiamento. É óbvio que todas as comissões de trabalhadores sempre alertaram as administrações para os resultados operacionais e para o passivo que se ia acumulando na nossa empresa. É óbvio que não foi por falta de avisos da Comissão de Trabalhadores, nem por uma intervenção direta que a nossa empresa chegou ao declínio a que chegou. A nossa empresa chegou a este declínio de uma forma premeditada, para que pudesse ser não vendida mas alugada por uma ninharia. Repare que quem vai ficar com a subconcessão da nossa empresa vai pagar sensivelmente à volta de 38 000 €/mês pelos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Ora, penso que todos os Srs. Deputados nesta sala conhecem perfeitamente as rendas, a nível de escritórios e de fábricas, que muitas

grandes empresas pagam, por este Portugal fora, pelo que podem perceber que os Estaleiros Navais, ao longo destes anos, não foram geridos da forma como foram por acaso.

É óbvio que para o Sr. Presidente da EMPORDEF, que é uma pessoa com um trajeto e um currículo de gestão muito vastos, como para outros que por lá passaram — outros como o anterior, o Sr. Carlos Veiga Anjos, que já era um vogal da EMPORDEF e conhecia perfeitamente e muito minuciosamente a saúde financeira da nossa empresa —, nada do que se está a passar, em termos financeiros, para muitas dessas pessoas que por lá passaram, é, hoje, novidade.

Quando dissemos — e sempre o afirmámos, assim como outras comissões de trabalhadores — que era necessário e impreterível que houvesse uma reestruturação bem conduzida na nossa empresa, tínhamos perfeita consciência daquilo que estávamos a pedir às administrações e aos sucessivos governos.

Ao longo destes dois últimos anos, sentindo a dificuldade da nossa administração em conseguir financiamento para a aquisição de materiais para os navios asfalteiros e para a sua atividade normal, sempre fizemos diligências (e podemos demonstrá-lo aqui com documentos que trouxe), sempre encetámos contactos (e até com a atual Sr.^a Ministra das Finanças, o que posso confirmar através de um *e-mail* que lhe enviámos no dia 1 de fevereiro de 2013), no sentido de serem desbloqueadas verbas não só para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo poderem fazer a aquisição de materiais, mas também para que, para a nossa empresa (e ainda bem que o Ministério das Finanças e o Tribunal de Contas exigem toda a transparência, em termos da plataforma de compras a que as empresas públicas estão sujeitas), sem nunca deixar de haver prestação de contas com clareza e com transparência por parte da administração, fosse criado

um regime de exceção aos Estaleiros Navais para eles poderem adjudicar e comprar as matérias-primas muito mais rapidamente do que estarem confrontados com um concurso público, porque muitas vezes, como compreenderão, na área das reparações, para termos material de um dia para o outro, temos de o comprar.

É óbvio que a senhora pode dizer assim: «Mas isso, no setor empresarial do Estado, é impossível». Nós temos aqui ao lado, em Espanha, um grupo de construção naval, o Navantia, que é um grande grupo em termos de construção naval, que tem escritórios por toda a América Latina e que é 100% estatal, está debaixo da alçada do Ministério da Indústria e é uma empresa que está vocacionada em termos comerciais. E é isso que as empresas no setor empresarial do Estado têm que ter: em termos comerciais, em termos de projeção, têm de ter a mesma agilidade que tem o privado. Não é por ser do setor empresarial do Estado que «tudo o que seja do Estado temos de arrumar com eles». Não, isso é errado porque hoje estamos a ver que não são só os Estaleiros Navais — eles vão ser um pequeno exemplo daquilo que, lamentavelmente, está a acontecer ao nosso País. O capital privado só pega numa empresa pública quando vê que ela realmente é viável, e este é um setor que tem viabilidade. Se os Srs. Deputados fossem empresários e tivessem que investir em alguma empresa, penso que não iriam investir em nenhuma empresa ou em nenhuma atividade onde não pudessem tirar proveitos a breve ou a médio prazo. E isso é o que vai acontecer nos Estaleiros Navais. Vai acontecer nos Estaleiros Navais porque vamos ter, certamente, a lei de programação militar a ser anunciada, com as novas construções para a Marinha de Portugal.

Ainda ontem, o Secretário de Estado do Mar, o arquiteto naval Sr. Manuel Pinto de Abreu, esteve, parece, em Viana do Castelo, onde

anunciou que vão tentar construir um navio hidrográfico no valor de 16 milhões de euros. Parece que o nosso Estado já não vai, e ainda bem, comprar um navio usado à Holanda.

Temos potencial e estaleiros, no nosso País, para fazer navios para o nosso País. Vamos aproveitar esses estaleiros navais para ver essa capacidade de resposta que temos, dentro do nosso País; temos a nossa Galp que, neste momento, está a participar num consórcio, no Brasil, onde está a investir muitos milhões de euros — e para vocês terem uma maior precisão do que estou a falar teria de perguntar ao Presidente da Galp, Sr. Eng.º Ferreira de Oliveira, sobre os investimentos que a Galp está a fazer em construção de novas plataformas e dos novos navios, num consórcio juntamente com a Petrobras.

Portanto, há muito mercado da construção naval e de outras atividades complementares dentro da área da metalomecânica pesada que ao longo dos anos nunca foram devidamente exploradas nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo pelas várias administrações. E digo-lhe, muito sinceramente, que não sei porquê, não entendo. Isto porque esta Comissão de Trabalhadores, que no dia 24 de maio vai fazer dois anos que está em funções, desde a primeira hora elencou algumas propostas que, no nosso entendimento, deveriam ser prioridades da administração para pôr aquela empresa a trabalhar, porque, Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, a pior coisa que pode acontecer a um trabalhador que tenha dignidade, que tenha uma arte, que saiba trabalhar, é fechar aquela porta, colocar uma pessoa lá dentro sem fazer nada durante dois anos e meio ou três anos, sem lhe dar trabalho, para que ele entre numa fase de terrorismo psicológico.

Quando a gente, com muita humildade, com muita educação, pedia — e pedimos — ao Sr. Ministro da Defesa, quer pessoalmente, quer via *e-mail*, para que ele visitasse os Estaleiros Navais de Viana do Castelo (o Sr.

Ministro mora no Porto, como sabem, a 45 minutos de Viana do Castelo) era para que o Sr. Ministro, que está em funções desde junho ou início de julho de 2011, tivesse a perceção e percebesse a realidade da infraestrutura que ele, neste momento, está a subconcessionar ou que ele queria reprivatizar.

Temos que ter a noção da área dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, das infraestruturas existentes nos Estaleiros Navais e daquela capitalização que lá existe e que está muito mal aproveitada.

Volto a referir que o que está a acontecer nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo não é por acaso.

Deixe-me que lhe diga, Sr.^a Deputada, que, em 2007, nós, os trabalhadores, fomos acusados de correr com o Sr. Presidente, Fernando Manuel Geraldês, porque, na altura, entendemos que o Sr. Fernando Manuel Geraldês, em termos de projeto para o futuro da empresa, já não estaria devidamente enquadrado.

Em 2011, o Sr. Dr. Carlos Veiga Anjos apresentou, naquela altura, um projeto à outra Comissão de Trabalhadores e, segundo o que agora se veio a constatar pelos senhores que estiveram aqui a ser ouvidos da antiga Comissão de Trabalhadores (esteve aqui um representante do Sindicato dos Metalúrgicos, juntamente com o representante da Comissão de Trabalhadores anterior) —, o despedimento de 420 trabalhadores seria realizado ao longo de três anos, de uma forma gradual, e que a nossa empresa seria preparada para haver uma recapitalização, como houve agora noutras empresas públicas, seja na REFER, seja na CP, tendo sido alvo de transformação em termos de passivos e em termos de capital social da empresa.

Quando esse projeto foi apresentado — e digo isto não com demagogia, não vimos aqui com demagogia, mas com muita mágoa pela

forma como todo este processo correu e acabou... Nós estávamos perante um despedimento de 420 trabalhadores em 2011 e viemos para a rua lutar contra esse despedimento, porque achámos que naquele momento... E a forma como ele foi anunciado, num hotel, não foi a forma mais profissional, mais digna, de um administrador com o currículo do Sr. Carlos Veiga Anjos, ainda por cima anunciar medidas consideradas, naquela altura, drásticas para a nossa empresa.

Passados dois anos e meio, um dos senhores que esteve aqui na vossa presença, que fazia parte da Comissão de Trabalhadores e que há dois anos e meio incentivou os trabalhadores a irem para a rua para contestarem esse plano (que, dizia o Dr. Carlos Veiga Anjos, era a refundação dos Estaleiros, que posicionava a empresa em termos de uma possível privatização, de uma possível participação de capital a um acionista privado, em que o Estado permaneceria lá com uma percentagem residual; isso é o que diz no estudo dele, que nós tivemos conhecimento já ao fim de um ano de estarmos na Comissão de Trabalhadores), essa mesma pessoa reuniu com o Ministro da Defesa, José Pedro Aguiar Branco, no dia 29 de janeiro de 2014, quando a Comissão de Trabalhadores tinha ido para Bruxelas no dia 28. As mesmas pessoas que não aceitaram o plano em 2011, foram agora, em 2014, reunir com o Sr. Ministro e dizer-lhe: «Sr. Ministro, o senhor não vai mandar nem 100, nem 200, nem 300, nem 400, nem 500. O senhor mande logo os 600 de uma vez só e resolve o seu problema todo, porque assim nós também temos acesso a ir neste bolo dos 600 trabalhadores, uma vez que já temos 43 e 47 anos de empresa e recebemos as nossas chorudas indemnizações». É que um desses senhores recebeu 120 000 € e o outro recebeu quase 100 000 €. Algumas destas pessoas, infelizmente, não sabem o que é trabalhar — não sabem o que é trabalhar à chuva, não sabem o que é trabalhar ao sol, não sabem o que é trabalhar de noite e de dia naquela

empresa, em condições precárias, porque a construção naval não é uma atividade qualquer. E são esses senhores... Aliás, um deles é coordenador do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Viana do Castelo e que, embora trabalhe há 43 anos, já não está naquela empresa há 25 anos. Sempre lhe dissemos que uma coisa é a gente estar cá fora, sem picar o cartão e sem entrar para aquela empresa, para aquele terrorismo psicológico durante três anos, sem trabalho, e outra coisa é estar cá fora no «bem bom», sem saber o que é aquilo.

Só nós, trabalhadores — e, Sr.^a Deputada, trabalhadores houve que entraram para a empresa com 13 e 14 anos e nunca lhes faltou trabalho, sempre foram pessoas humildes e educadas —, por duas ocasiões, em duas manifestações (ao Sr. Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, e ao Sr. Ministro da Defesa, José Pedro Aguiar Branco, assim como ao Sr. Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva), viemos pedir trabalho — volto a referir, viemos pedir trabalho — a Lisboa, não viemos pedir nem reivindicações, nem aumentos salariais, nem nada. Viemos ao Sr. Primeiro-Ministro com muito respeito e com muita humildade e educação pedir trabalho. Foi isso, simplesmente, que os trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo andaram a fazer ao longo dos últimos três anos e sempre o dissemos a todos os Deputados com quem tivemos contactos: «Viemos pedir trabalho».

É triste, é lamentável, que no nosso País — e, como os Estaleiros haverá outros casos noutras instâncias nacionais — os gestores e as chefias (é esse o dever deles) não tirem o máximo de partido dos trabalhadores no seu horário de trabalho. É isso que gera riqueza para o nosso País. O que o nosso País precisa é de trabalho e de grandes empresas, e os Estaleiros Navais de Viana do Castelo eram uma grande empresa, eram uma grande empregadora, eram uma grande impulsionadora do modo empresarial em

Viana do Castelo, fazendo com que muitas pequenas e médias empresas surgissem.

Neste momento, se os Srs. Deputados forem a Viana do Castelo e puderem fazer uma visita, como alguns dos vossos colegas da Comissão de Economia já o fizeram, vão verificar que Viana do Castelo tem muitos negócios fechados, tem muitas empresas fechadas e tem uma taxa de desemprego assustadora. Algumas pessoas do Sindicato, que se preocuparam em que os trabalhadores dos Estaleiros rescindissem o contrato até ao dia 21 de fevereiro, deviam preocupar-se com a situação que se está a passar noutras empresas em Viana do Castelo e no Alto Minho e a que, provavelmente, não passam cartão nenhum. Isso é que é lamentável por parte dessas pessoas.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Sr.^a Presidente, queria mesmo informar, pedindo desculpa e agradecendo à Comissão de Trabalhadores, que tenho de me dirigir para o Plenário imediatamente.

Voltarei daqui a pouco quando acabar a discussão em Plenário para ouvir o resto da audição.

A Sr.^a **Presidente** (Maria de Belém Roseira): — Muito obrigada, Sr.^a Deputada e muito obrigada ao CDS-PP, que permitiu que começasse primeiro o Bloco de Esquerda.

Quem vai apresentar as questões, pelo CDS-PP, é o Sr. Deputado Abel Baptista.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Muito obrigada, Sr.^a Presidente.

Queria agradecer também as respostas que, com certeza, a Comissão

de Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo nos irá dar.

Gostaria, no entanto, de dizer, como nota prévia, Sr. Coordenador da Comissão de Trabalhadores, que, apesar de, em sua opinião, eu não defender os interesses de Viana do Castelo como Deputado, pode ter a certeza de que não é essa, seguramente, a opinião da grande maioria das pessoas de Viana do Castelo, naquilo que diz respeito, inclusive, a este processo dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Queria colocar uma primeira pergunta à Comissão de Trabalhadores: considera ou não a Comissão de Trabalhadores que o acordo social celebrado com os trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo foi um bom acordo?

O Sr. **António Costa**: — Sr. Deputado Abel Baptista, quando proferi as minhas palavras acerca da sua ação como Deputado eleito pelo CDS na região do Alto Minho, estava a falar de um representante do povo que realmente deve estar ao serviço das empresas, das pessoas, e que deve aparecer quando as pessoas necessitam. O que dá a entender é que o Sr. Deputado em alturas anteriores tinha mais disponibilidade do que a que teve ultimamente.

Como compreenderá e sem querer ferir suscetibilidades, o senhor, nestes dois últimos dois anos e meio ou três anos, não teve tanta disponibilidade para tratar do *dossier* dos Estaleiros como noutros tempos. Foi só isso e queria deixar esta mensagem ao Sr. Deputado, até porque noutros tempos o senhor esteve sempre disponível para as comissões de trabalhadores, sempre muito empenhado em dar resposta às comissões de trabalhadores.

Como compreenderá, estamos em funções vai fazer dois anos em 24 de maio, neste momento, é este o nosso estado de espírito e é a verdade que

estamos a dizer. Se ferimos algumas suscetibilidades, pedimos-lhe desculpa, mas estamos aqui a falar da nossa empresa, estamos a falar do nosso posto de trabalho e do nosso futuro.

Relativamente àquilo que o Sr. Deputado acabou de enunciar — falou em acordo social —, direi que é uma expressão que não é tão penosa, porque o que foi enunciado foi um plano social para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Como o Sr. Deputado bem sabe, os trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo são trabalhadores qualificados, são trabalhadores da construção naval certificados e, ao anunciarem um plano social para a nossa empresa, dá a sensação, Sr. Deputado, com o devido respeito pelos sem-abrigo, que estamos a falar de um plano social para os sem-abrigo.

Os trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo não são nenhuns sem-abrigo, Sr. Deputado. Os trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo sempre disseram que queriam trabalho, não queriam indemnizações. Ao longo de dois anos e meio andámos a pedir trabalho. Aquilo que a nossa administração, a mando do Sr. Ministro da Defesa, José Pedro Aguiar Branco, fez sair na comunicação n.º 8/2013 foi um plano de redução de efetivos nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Volto a referir, com data do dia 2 de dezembro de 2013, saiu um comunicado da administração dos Estaleiros Navais, com uma ordem do Sr. Ministro da Defesa, para a qual o Conselho de Ministros, *a posteriori*, aprovou uma verba de 30,1 milhões de euros, com vista a um plano de redução de efetivos nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Se o Sr. Deputado desejar, com todo o gosto, posso dar este documento à Sr.^a Presidente, que o poderá fornecer aos Srs. Deputados para verem o que é que a nossa empresa anunciou realmente. Tenho-o aqui, tive o cuidado de o

trazer para que não restem dúvidas acerca do plano de redução de efetivos que foi anunciado pela nossa administração.

É óbvio que a administração dos Estaleiros, quando lançou este plano de redução — para que o Sr. Deputado fique totalmente elucidado — , em 31 de janeiro, tinha a adesão de 129 trabalhadores. Volto a referir que, a 31 de janeiro, tinham aderido voluntariamente a este plano de redução de efetivos 129 trabalhadores.

É óbvio também que se dirá que estaria aquém daquilo que, provavelmente, o Sr. Ministro, ou o Governo de Portugal, desejaria. Então, deu-se um conjunto de contactos extra, que não sei por onde passaram mas foram contactos que fugiram do âmbito normal daquilo tinham sido os contactos entre a Comissão de Trabalhadores e o Sr. Ministro da Defesa, que vieram a dar aquilo que deram, uma adesão massiva, até ao dia 21 de fevereiro, de 595 trabalhadores.

Neste momento, somos apenas 12 trabalhadores que não rescindiram o contrato. Também para que o Sr. Deputado tenha mais alguma informação, está aqui a carta de despedimento para os 12 trabalhadores. Portanto, já recebemos a carta de despedimento.

O Sr. Ministro dizia que não ia efetuar despedimentos em Viana do Castelo e, volto a referir aqui ao Sr. Deputado Abel Baptista e a todos os outros Srs. Deputados, eu, António Costa, Coordenador da Comissão de Trabalhadores, vou manter a minha palavra. Desde o primeiro dia em que entrei na sala da administração do Estaleiros Navais de Viana do Castelo disse que não quero dinheiro, não quero indemnização, quero que a administração me dê um contrato, me dê trabalho.

A nossa administração, na pessoa do Sr. Jorge Camões, na pessoa do responsável pelos recursos humanos, Dr. Jorge Pinho, na pessoa do diretor financeiro, Dr. José Serra, sempre disse o seguinte: «Vamos chegar a uma

altura em que vamos estar perante dois documentos, um para rescindir e outro para passar para a outra empresa.» Já disse ao Sr. Presidente Jorge Camões e ao Sr. Dr. Jorge Pinho, com muito respeito e muita educação, que estou à espera que chegue este momento; seja para a EMPORDEF, seja para a nova empresa que vão criar, o que quero é trabalhar. Durante este tempo todo, estive disponível para isso, estive disponível para a minha empresa 24 horas por dia, trabalhei lá à chuva e ao vento porque sou da produção direta e nunca faltei aos compromissos com a minha empresa.

Hoje, o que está aqui em causa é a compra da dignidade dos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e lamento-o profundamente — digo-lhe isto com toda a mágoa —, com muito respeito por todos os colegas que tinham 40 anos de empresa e tinham o direito de ir para casa descansar, porque foram para lá com 13, 14 e 15 anos de idade e estavam realmente cansados deste terrorismo psicológico. Ainda bem que o Governo teve esse discernimento, como já tínhamos dito ao Sr. Ministro da Defesa, em tempo oportuno, numa reunião que tivemos com ele e em que dissemos: «Sr. Ministro, temos 619 trabalhadores no efetivo da nossa empresa, dos quais 220 a partir dos 55 anos e com 40 anos de empresa. Sr. Ministro, trate as pessoas com dignidade.»

Penso que a Comissão de Trabalhadores estava a dar a indicação ao Sr. Ministro de que naquele grupo era possível que as pessoas acedessem voluntariamente a um plano de uma reforma antecipada ou de uma pré-reforma, uma vez que até, como o senhor sabe, as reformas antecipadas estão suspensas. Até 31 de dezembro, só estavam avalizadas as pessoas que descontassem para a Caixa Geral de Aposentações e a nós, como descontávamos para o Instituto da Segurança Social, não era permitido acedermos a uma reforma antecipada.

Portanto, eu, António Costa, Coordenador da Comissão de

Trabalhadores, digo-lhe, com muito respeito, Sr. Deputado Abel Baptista: consiga-me um contrato de trabalho porque o que quero é trabalhar, não quero vender o meu posto de trabalho. Foi sempre isto que dissemos ao nosso Ministro, foi sempre isso que dissemos à nossa administração, desde a primeira hora até este momento em que estamos aqui, na Comissão de Inquérito.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado Abel Baptista, faça favor.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Coordenador, em face das questões colocadas, queria fazer uma nota prévia: fui aos Estaleiros de Navais de Viana do Castelo reunir com a Comissão de Trabalhadores sempre que esta me solicitou e sempre que me pediram. Portanto, dirigi-me lá mesmo nalgumas situações debaixo de insultos, de algumas pessoas que bem sabe quem são, mas sem problema algum.

Como explica, então, o Sr. Coordenador que, com este acordo social — que, pelos vistos, o senhor considera que não foi um bom acordo ou que nem terá sido um acordo social —, só 12 pessoas, de entre as quais o Sr. Coordenador, não tenham aderido e tenham aderido a esse acordo social 595 pessoas?

O Sr. **António Costa**: — Sr. Deputado, como compreenderá e ainda agora o referi, estes últimos três anos foram de um terrorismo psicológico muito grande naquela empresa.

É óbvio que junto da segurança social, na pessoa do Dr. Paulo Vale, pedimos na altura própria alguns apoios de psicólogos e sociólogos para dar acompanhamento a alguns trabalhadores da nossa empresa, porque efetivamente as pessoas estavam num quadro muito debilitado, num quadro

emocional muito difícil. Não é fácil lidar com pessoas com 60 anos que, chegando à nossa beira, começam a falar e a chorar por aquilo que estavam a passar, porque, realmente, nem lhes apetecia irem trabalhar, nem lhes apetecia irem para a empresa.

Relativamente à questão que o Sr. Deputado coloca, sobre o plano social que foi implementado na nossa empresa, queria dizer que não foi implementado em mais nenhuma empresa pública; é bom que se diga que foi só nos Estaleiros Navais que utilizaram esse termo «plano social».

Ainda agora fiz esse reparo acerca do plano social porque, realmente, não gosto do termo, uma vez que, quando falamos de causas sociais estamos a falar de coisas muito importantes, de coisas que, realmente, às vezes, deviam merecer mais sensibilidade às pessoas na forma como muitas vezes falam e pronunciam essas palavras.

Os trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, como o senhor sabe, têm um fundo de pensões há muitos anos, criado em 1987, e não foi por acaso.

Quando digo que a situação a que nossa empresa chegou foi premeditada e devidamente alicerçada, até no âmbito jornalístico, é porque o anúncio de algumas notícias foi feito em momentos cruciais, em que realmente as pessoas estavam mais debilitadas.

Não é por acaso que, quando a Comissão de Trabalhadores disse, desde a primeira hora, que o Sr. Ministro da Defesa estava a mentir relativamente à matéria que ele muitas vezes afirmou, designadamente aqui, na vossa frente, que os Estaleiros Navais tinham de enveredar pelo processo da reprivatização, que não se concretizou, e, depois, pelo processo da subconcessão, porque não tínhamos 181 milhões de euros para devolver, a maioria das pessoas perguntava, na dúvida, se os Estaleiros Navais teriam recebido os 181 milhões de euros da União Europeia, em fundos

comunitários, e agora tinham de os devolver. Esta foi a grande linguagem jurídica que o Ministro da Defesa, José Pedro Aguiar Branco, utilizou e envenenou a opinião pública para vender aquilo que tinha de ser vendido.

Sr. Deputado, o senhor conhece os Estaleiros Navais tão bem quanto eu e lamento profundamente que alguém lhe tenha dito algo menos próprio porque, como compreenderá, não é essa a linha da generalidade dos trabalhadores, nem da Comissão de Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, ao longo dos anos. Portanto, se algum dia ouviu alguma «boca», pedimos desculpa por esse trabalhador, porque certamente ele disse-a nalgum momento impróprio, sem ter, às tantas, razão para o fazer.

Relativamente ao Sr. Ministro, quero dizer o seguinte: o Sr. Ministro mentiu aqui aos Srs. Deputados relativamente a essa matéria, porque — vou dizer-lhe isto com toda a franqueza — quando a Comissão de Trabalhadores pediu uma auditoria financeira aos últimos 17 anos, desde 1997, não foi por acaso. Queremos compreender o fluxo de entradas e saídas de dinheiro na nossa empresa, porque não é uma situação normal.

Sr. Deputado, vem referido no jornal da Comissão Europeia do dia 3 de abril de 2013 — é a Comissão Europeia que publica este jornal, não é a Comissão de Trabalhadores — que os 181 milhões de euros referem-se a empréstimos contraídos ao longo dos anos, de 2006 a 2012, pelas várias administrações para a normal atividade da nossa empresa. Digo-lhe muito honestamente que eu, António Costa, trabalhador dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, duvido que entrasse tanto dinheiro nesse período, de 2006 a 2012, na nossa empresa.

Quero afirmar o seguinte: a nossa empresa parou totalmente a sua atividade em termos de construção naval, tendo entregue o último navio em janeiro de 2010, um porta-contentores para a Alemanha. No setor das reparações tivemos uma faturação, em 2010, de 7 ou 8 milhões de euros e,

em 2011, de apenas 3 milhões de euros, quando tivemos neste setor, em 2008, uma faturação de 20 milhões de euros e, em 2007, de 21 milhões de euros.

Portanto, quando o Sr. Ministro diz que os Estaleiros têm de devolver 181 milhões de euros, isso significa, para que fique bem claro para todos os Deputados, que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo teriam de devolver esse valor ao Estado português, que é o nosso patrão, no caso de haver uma decisão da Comissão Europeia, que não vai haver, Sr. Deputado! Não vai haver nenhuma decisão da Comissão Europeia.

Há uma outra questão fundamental em todo este processo. O Sr. Ministro José Pedro Aguiar Branco, na presença da anterior Comissão de Trabalhadores, no dia 19 de março de 2012, anunciou o processo da reprivatização aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo aqui, em Lisboa. Portanto, no dia 19 de março de 2012, o Sr. Ministro da Defesa anunciou aos quatro elementos da anterior Comissão de Trabalhadores que pretendia fazer a reprivatização da nossa empresa. Essa pretensão veio a ser oficializada pelo Governo de Portugal no dia 12 de julho de 2012, um dia antes de a atual Comissão de Trabalhadores tomar posse. Tomámos posse no dia 13, com a presença do Sr. Secretário de Estado da Defesa, Paulo Braga Lino, em Viana do Castelo.

Há algo que neste processo se evidenciou em termos jurídicos: o amadorismo total dos gabinetes de advogados das consultoras que intermediaram este processo dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, a vários níveis. E porquê? Porque no período de 19 de março a 12 de julho... Se queremos reprivatizar uma empresa, Sr. Deputado, temos de fazer todo o trabalho de casa antecipadamente, porque sabemos que, como aconteceu noutras privatizações, no caso da ANA e de outras empresas que sejam privatizadas, a Direção-Geral da Concorrência abre sempre um processo de

inquérito para saber se a empresa que está a ser privatizada ou reprivatizada terá beneficiado de apoios estatais que não estivessem enquadrados em termos da legislação europeia.

Não sei se os Srs. Deputados têm conhecimento disto, mas é lamentável que, relativamente aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e à EMPORDEF, tenham sido gastos em assessorias e em consultorias cerca de 500 000 € no período de 2012 a 2013. Foi muito dinheiro que se gastou do erário público para chegarmos a esta situação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo! Provavelmente, na Assembleia da República temos capacidade de resposta, em termos de apoio jurídico, para podermos apoiar as empresas estatais e, em vez de se despenderem estas quantias em entidades privadas, termos os nossos recursos próprios, potenciá-los, para termos o mesmo produto final que tivemos nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, que foi chegar a esta subconcessão.

Convém referir o que nos disseram na União Europeia no dia 28 de fevereiro (estivemos lá três dias, como sabem). Quem pediu, quem originou a abertura do processo de averiguações aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo foi o Estado português, o Governo de Portugal, provavelmente o Sr. Ministro da Defesa ou o seu Gabinete quando foi anunciado o processo de reprivatização. Foram eles que pediram este processo de averiguações. Este processo de averiguações foi pedido pelo Governo de Portugal, não foi o Gabinete do Sr. Joaquín Almunia que disse: «Eh, pá, vamos abrir um processo aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo porque eles vão ser reprivatizados». Não senhor, o que nos afirmaram — é óbvio que o Sr. Ministro, se a Comissão de Trabalhadores o confrontar, como fizemos, quando fomos lá em julho e lhe dissemos que o Sr. Joaquín Almunia e o seu assessor tinham dito, ao Sr. Deputado Jorge Fão, ao Coordenador da Comissão de Trabalhadores, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de

Viana do Castelo, à Sr.^a Edite Estrela, ao Sr. Correia de Campos e a outro senhor do Gabinete do PS, que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo teriam a última oportunidade para fazer um processo de reestruturação, uma vez que em 2004 não o tinham feito, em 1997 também não o tinham feito e em 2009 não o tinham feito e, portanto, teriam a última oportunidade, sem prazo de 30, de 60 ou de 120 dias, o Governo teria prazo ilimitado para apresentar um programa de uma reestruturação bem conduzida...

Portanto, quando o Sr. Ministro afirmou nesta Casa que impreterivelmente teria de optar por subconcessionar os Estaleiros Navais de Viana do Castelo porque era a única opção que ele tinha para os Estaleiros não terem de devolver 181 milhões de euros, ele nunca disse, nem aos Srs. Deputados nem à comunicação social, que teriam de ser os Estaleiros Navais de Viana do Castelo a devolver esse valor ao Estado português, no caso de haver uma decisão da Comissão Europeia que obrigasse os Estaleiros Navais a fazerem essa devolução.

Sr. Deputado, temos aqui ainda outra situação. O Sr. Deputado, no dia 10 de janeiro, ouviu o Sr. Ministro da Defesa afirmar perante as câmaras de televisão — aliás, penso que todos os Srs. Deputados, quer os que estão nesta sala quer todos os outros que compõem esta Assembleia da República, como também todos os ministros de Portugal ouviram — que o processo da subconcessão era uma opção ideológica deste Governo. Nunca o Sr. Deputado ouviu o Sr. Ministro da Defesa dizer, no dia 10 de janeiro, aquando da assinatura do ato administrativo da subconcessão, no Forte de São Julião da Barra, que era devido aos 181 milhões de euros ou a alguma decisão da Comissão Europeia que ele teria de fazer o processo da subconcessão. Ele disse em graça... Aliás, a Comissão de Trabalhadores sempre lhe disse: «Sr. Ministro, isto é uma opção ideológica do Sr.

Ministro e do Governo de Portugal.» E ele sempre negou isto no seu Gabinete, mas no dia 10 de janeiro afirmou-o.

Sr. Deputado, se não confiar nas palavras do coordenador da Comissão de Trabalhadores, tem oportunidade de aceder aos vídeos da RTP para confirmar que, de facto, o Sr. Ministro afirmou muito clara e objetivamente que este processo da subconcessão era um processo meramente ideológico deste Governo.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr. Coordenador, repito a pergunta: como explica que 595 dos 609 trabalhadores da empresa tenham aderido ao plano social?

O Sr. **António Costa**: — Sr. Deputado, peço desculpa por não ter respondido a esse ponto.

Como eu disse, veio a público a notícia de que o Fundo de Pensões dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo ia ser extinto. Como o Sr. Deputado compreenderá, o Fundo de Pensões, criado em 1987, tem muitos beneficiários que já estão reformados e a quem esse dinheiro que recebem por mês faz muita falta, atendendo até aos cortes que tem havido nas reformas. Portanto, faz muita falta a essas pessoas o bocadinho que recebem do Fundo de Pensões.

Para que os Srs. Deputados compreendam a situação do Fundo de Pensões, passo a explicar que o Fundo de Pensões, ao longo dos anos, funcionou como uma ferramenta para as administrações fazerem uma reestruturação ou uma redução de pessoal.

O Fundo de Pensões foi criado para os trabalhadores poderem a ele aceder, e beneficiar desse Fundo, quando tivessem uma doença que permitisse que se reformassem antecipadamente, e, por isso, tivessem de

aceder a esse Fundo de Pensões, ou quando tivessem 65 anos. Se o Fundo de Pensões foi criado, em 1987, com mais ou menos 25,8 milhões de euros — não vale a pena dizer aqui com exatidão os números —, houve sempre, ao longo dos anos, um défice nesse Fundo.

Esse défice foi criado, como o Sr. Deputado compreenderá, porque quando os trabalhadores, aos 55 anos de idade e com 40 anos de empresa, pediam a reforma antecipada a empresa permitia que esses trabalhadores acessem também ao Fundo de Pensões. Assim, em vez de os trabalhadores beneficiarem do Fundo de Pensões a partir dos 65 anos começavam automaticamente a beneficiar daquele bocadinho do Fundo de Pensões logo a partir dos 55 ou 56 anos.

Portanto, este défice de capitalização, ou a descapitalização, do Fundo que era criado entre os 56 anos e os 65 anos — não sei se estou a fazer-me entender, Sr. Deputado — teria de ser capitalizado atempadamente pelas várias administrações que foram passando nos Estaleiros, mas, ao longo dos anos, esse trabalho não foi devidamente feito pelas administrações, ou por incapacidade financeira ou por estratégia. Não posso confirmar a razão, o que posso afirmar é que o Fundo de Pensões, segundo a última reunião que tivemos no BPI, há duas semanas, teve uma rentabilidade de 5,6% ou de 6% este ano, sendo que estamos a falar de um montante no Fundo de Pensões de 12,660 milhões de euros. Este é o valor neste momento, não temos ainda o atuário, o balanço de 2013, porque a administração ainda não tinha entregue os elementos finais ao BPI para o banco poder fazer o trabalho final do Fundo de Pensões relativamente ao ano de 2013.

O que podemos dizer, Sr. Deputado, é que o Fundo de Pensões, neste momento, tem um défice, um subfinanciamento muito grande. Não vou dizer-lhe aqui valores porque há contas que têm de ser feitas, uma vez que,

como compreenderá, esses 595 trabalhadores que acederam ao plano social iam ser beneficiários futuros do Fundo de Pensões e automaticamente já não vão receber daqui nenhum dinheiro. Portanto, a empresa já não vai ter encargos, no futuro, com o Fundo de Pensões no que respeita a estes trabalhadores porque eles venderam a sua participação no Fundo por um valor mais residual ao acederem a esse plano social.

Foi verdadeiramente uma ameaça que os trabalhadores... Perante a inoperância do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Viana do Castelo, perante a falta de esclarecimento cabal do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Viana do Castelo, uma vez que esse Sindicato está adstrito e faz parte da Intersindical CGTP, a qual, felizmente, tem um economista que todos vocês conhecem, o Dr. Eugénio Rosa, que até nos acompanhou na última reunião que tivemos com o BPI... É porque nós, quando não percebemos, temos a humildade suficiente para pedir às estruturas, neste caso à Intersindical, tanto a nível jurídico, como a nível económico, que disponibilizem especialistas para que possam acompanhar a Comissão de Trabalhadores para elucidar bem os trabalhadores.

Esse trabalho, pedido pela Comissão de Trabalhadores ao Sindicato dos Metalúrgicos há seis meses, nunca foi feito e viemos agora a saber porquê. O que aqui está em causa é que as pessoas devem assinar um documento — que assinaram e que tenho comigo —, o contrato da revogação, o acordo amigável ou a rescisão por mútuo acordo dos trabalhadores, como lhe queiram chamar, e, no ponto 2, «Compensação pecuniária global e créditos laborais», diz o seguinte: «A quantia referida no número anterior é paga ao segundo contraente na presente data, declarando este expressamente que o pagamento da quantia inclui e liquida todos os montantes que lhe são devidos e que não é credor de quaisquer outros montantes, quer relacionados com a execução do contrato de

trabalho, quer com a respetiva cessação, quer com qualquer outro assunto, designadamente com o Fundo de Pensões ENVC, nada mais tendo a receber ou a reclamar da primeira contraente ou do referido Fundo de Pensões ENVC, seja a que título for».

Portanto, como compreenderá e como diz neste documento, a preocupação da administração e do Sr. Ministro era o Fundo de Pensões. Todos os trabalhadores que acederam a este plano, no futuro, não poderão reclamar nem mais um cêntimo do Fundo de Pensões.

Quando o Sr. Deputado coloca a questão por que é que tantos trabalhadores aderiram a este plano, acho que já lhe respondi e me fiz compreender quanto a essa situação. É que, obrigatoriamente, a malta mais jovem teria de ter ficado a lutar pelos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Em relação à malta mais antiga, com mais de 55 anos de idade e outras com 52 e 53 anos de idade, que é uma idade muito difícil, e com 38 e 40 anos de empresa, é muito problemático arranjam emprego no futuro, apesar de serem grandes profissionais e ainda com muito *know-how* para passar à juventude. Mas a malta mais nova, a malta jovem, tinha a obrigação de ficar a lutar pelo seu posto de trabalho e pela sua empresa, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Vou dizer-lhe, olhos nos olhos, o que nos disse o nosso administrador dos recursos humanos, que, tal como o nosso Presidente, já fizeram muitas reestruturações deste género e nunca tiveram um caso como este, nunca tiveram um caso como este... Jamais, alguma vez, os Srs. Deputados presentes nesta sala, os Srs. Ministros e o Governo de Portugal, principalmente o Sr. Ministro da Defesa, pensavam que iam conseguir fazer o trabalho com aquele plano que foi elaborado e apresentado aos trabalhadores até ao dia 21 de fevereiro. Foi uma forma de coação, foi uma forma de pressionar os trabalhadores a aderir a esse plano até essa data.

Se, hoje, lá estivessem 200 ou 300 trabalhadores, o Sr. Ministro ia dizer que valia a pena criar uma nova empresa para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, com outro nome, para que a estratégia da construção naval fosse não só uma bandeira deste País, mas a bandeira da refundação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Diz o Sr. Ministro que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo vão renascer. Não são os Estaleiros que vão renascer, Sr. Deputado. Quem vai renascer é a empresa que vai ficar com a subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

O que nos preocupa, desde a primeira hora, é que estamos perante um grupo, que é a Martifer, com várias áreas de negócio, mas que não é muito estável nessas áreas de negócio que tem, pois muitas vezes está três, quatro anos, vende e desaparece.

E quando a Comissão de Trabalhadores fala de um grupo com ADN na construção naval, sabe perfeitamente do que está a falar. Sabemos perfeitamente que, se tivéssemos a falar de um grupo como a Petobras, a PDVSA ou outros grupos de construção naval como a PEMEX, que adquiriu 51% do capital social dos Estaleiros de Vigo, estaríamos a falar de grupos, de empresas diferentes, com ADN na construção naval. Esperamos muito que, no futuro (daqui a quatro, cinco anos), não venha a concretizar-se nenhum desses cenários.

O Sr. Deputado tem de compreender que os trabalhadores acederam a este plano por falta de informação da parte de quem tinha de a fornecer, alguém que lhes dissesse que, no caso do despedimento coletivo, «têm direito a isto, isto e isto, mais o Fundo de Pensões, e que não têm direito a isto, isto e isto». Esse esclarecimento e esse «trabalho de casa» é que deveriam ter sido feitos por estas duas pessoas que vieram aqui, que eram trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e que também

representam o Sindicatos dos Metalúrgicos do Distrito de Viana do Castelo, os quais há um mês diziam que não vendiam o seu posto de trabalho, mas depois foram os primeiros a incentivar e a fazer o trabalho dentro da empresa para que todos os trabalhadores acessem a este plano.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Coordenador.

Não o questiono diretamente sobre a gestão da Comissão de Trabalhadores de que o António Costa é coordenador, mas gostaria de saber se, ao longo dos anos, a Comissão de Trabalhadores foi informada, se existe algum registo, de algumas questões que aqui já nos foram transmitidas e sobre as quais lhe vou perguntar.

Foi a Comissão de Trabalhadores informada pelo Conselho de Administração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo que, dos 22 navios construídos entre 2003 e 2012, 20 deram prejuízo e que esse prejuízo, hoje verificado, é de cerca de 103 milhões de euros? A Comissão de Trabalhadores sabia disto?

O Sr. **António Costa**: — Penso que o Sr. Deputado, com o devido respeito, só por brincadeira é que pode estar a colocar a esta Comissão de Trabalhadores essa pergunta. É que esta Comissão de Trabalhadores enviou os Srs. Deputados Eduardo Teixeira, Carlos Abreu Amorim e Rosa Arezes um estudo que, provavelmente, o Sr. Deputado até está a folhear. Foi enviado por esta Comissão de Trabalhadores. Desde a primeira hora, há uma coisa que temos connosco: transparência. Estamos aqui de peito aberto.

Se alguma coisa funcionava mal naquela empresa, não queríamos que tal sucedesse; queríamos fazer uma inversão de sentido para que fosse

uma empresa com uma vertente comercial diferente e que granjeasse valor acrescentado para a economia local e nacional. Nós somos, ou éramos, uma empresa de bens transacionáveis, uma empresa internacional desde há muitos anos.

Portanto, Sr. Deputado, penso que esta pergunta a esta Comissão de Trabalhadores é desajustada, porque, como compreenderá... A não ser que só por lapso não tenhamos enviado ao Sr. Deputado. Embora não lhe possa garantir, penso que o enviámos, mas, quando chegar a Viana do Castelo, posso ver nos registos dos *e-mails* se enviámos ou não ao Sr. Deputado. O estudo do Eurogrupo de 2009, que deve ter, o «estudo dos três C, que o senhor está a folhear, refere concretamente os prejuízos que a nossa empresa tinha nas construções.

Portanto, esta Comissão de Trabalhadores, em reunião com os grupos parlamentares aqui, nesta Casa, há um ano, fez chegar esse documento aos Srs. Deputados das várias ideologias políticas, tanto do PSD como do PS, do PCP, do Bloco de Esquerda e, penso, também do CDS. Acho que não fizemos discriminação. Se não enviámos ao senhor — penso que sim, mas não vou estar aqui a afirmar —, enviámos esse documento a todos os outros grupos parlamentares e esse estudo do Eurogrupo aponta as orientações para uma visão empresarial diferente para os Estaleiros Navais serem uma empresa de sucesso e para que não se voltassem a repetir negócios ruinosos para a nossa empresa.

E, quando falamos em negócios ruinosos, Srs. Deputados, estamos a falar... Quando foi assinado o contrato dos navios para os Açores, no tempo do Sr. Fernando Manuel Geraldês, era ele o Presidente, penso que ele (mas não quero afirmar) nem se encontrava na empresa na altura e cedeu uma procuração dando poderes ao outro administrador para estabelecer o contrato... Mas quando nos referimos aos navios para os

Açores, estamos a falar, para ter uma perceção exata, num volume de negócios de 72 milhões de euros que não se realizou. Portanto, foi um volume de negócio de 72 milhões de euros referente a dois navios que não se realizou!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **António Costa**: — É para o senhor ficar mais esclarecido. Estou a ver ali um Sr. Deputado do PSD a acenar com a cabeça porque, provavelmente, também não tem o estudo, mas, se perguntar ao Sr. Dr. Eduardo Teixeira, ao Sr. Carlos Abreu Amorim e à D.^a Rosa Arezes verificará que eles têm esse estudo que a Comissão de Trabalhadores enviou, o estudo do Eurogrupo, e que não é preciso fazer nenhuma apreciação económica para ver, porque está lá muito claro, os prejuízos que a nossa empresa teve ao construir esses navios.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr. Coordenador, ou eu me expressei mal, ou não ouviu a minha pergunta, porque não foi nada disso que lhe perguntei.

A pergunta foi a seguinte: a Comissão de Trabalhadores foi ou não informada, a sua, coordenada por si, ou as anteriores? A Comissão de Trabalhadores dos Estaleiros, independentemente de quem fosse o seu titular, foi ou não informada pelo Conselho de Administração de que dos 22 navios construídos entre 2003 e 2012, 20 deles deram prejuízo? Não sei qual é o documento a que se refere, mas eu estou a falar do documento entregue nesta Comissão pela EMPORDEF, onde está demonstrado este facto.

O que eu queria saber era se os diferentes conselhos de administração, que têm o dever de informar as comissões de trabalhadores, as informaram ou não, se o senhor sabe disto.

Não estou a levantar qualquer suspeita, nem o senhor é um criminoso, não está aqui para ser inquirido, e nós estamos aqui apenas e só para fazer perguntas e para sabermos como é que a empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo se organizou ao longo dos anos. E, neste caso (e peço desculpa), o que está em questão é saber se a Comissão de Trabalhadores estava ciente ou não, ou consciente, do que estava a passar-se na empresa, se tinha essa informação.

Quanto aos estudos que refere, alguns conheço, mas esse não conheço em concreto, outros tenho. Porém, não é ao estudo que estou a referir-me, mas ao facto dos resultados operacionais da empresa, Sr. Coordenador.

O Sr. **António Costa**: — Sr. Deputado, acho que me expressei de uma forma muito clara e objetiva. O que eu disse, e volto a referir, foi que — e penso que o senhor deve saber — qualquer comissão de trabalhadores, embora zele pelos interesses e direitos dos trabalhadores, primeiramente, também zela pelos interesses da empresa. Qualquer comissão de trabalhadores das que passou pelos Estaleiros Navais de Viana do Castelo sabia analisar um balanço anual ou os resultados operacionais da nossa empresa.

Portanto, todas as comissões de trabalhadores foram devidamente informadas e todas elas alertaram tanto as administrações como o governo e os Srs. Deputados, nas várias reuniões de trabalho que tiveram (e penso que o Sr. Deputado foi alertado várias vezes para essa situação) para a situação ruínosa em que a nossa empresa estava, ano após ano, em termos

de passivo e de resultados operacionais negativos.

Penso que isso não é novidade, nem para o Sr. Deputado nem para as comissões de trabalhadores, porque é uma obrigatoriedade das administrações darem o balanço anual às comissões de trabalhadores, onde vem mencionado o resultado operacional, e as comissões de trabalhadores sempre consciencializaram as várias administrações, os vários ministros, os vários governos para a gravidade da situação que é a construção de navios com prejuízo.

A pior coisa que pode acontecer a um trabalhador, e falo por mim, Sr. Deputado, é, quando lhe entregam o desenho de um navio ou de um bloco para montar, saber, logo à partida, que temos prejuízo com aquele navio.

Esta é a pior coisa que pode acontecer a um trabalhador, porque em vez de criar um clima de motivação, automaticamente, cria um clima de desmotivação.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr. Coordenador, foi-nos aqui referido em algumas intervenções e consta de alguns documentos que nos foram entregues que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo tinham uma organização sobredimensionada. A Comissão de Trabalhadores concorda ou não com isto?

O Sr. **Abel Viana**: — Antes de mais e como esta é a Casa da democracia, vou ter de lamentar, em nome da Comissão de Trabalhadores, o teor das perguntas do Sr. Deputado Abel Baptista, que acho, enfim... Mas nós estamos aqui para responder e responderei...

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Abel Viana, os Deputados, em Comissão

de Inquérito, fazem as perguntas que entendem e as pessoas que são chamadas a vir aqui...

O Sr. **Abel Viana**: — Sr.^a Presidente, tenho a noção disso mesmo...

A Sr.^a **Presidente**: — Deixe-me falar primeiro.

As pessoas que são chamadas a vir aqui respondem ou dizem que não respondem ou não concordam com o teor da pergunta, mas os Srs. Deputados, em comissão de inquérito, têm todo o direito de colocar as questões que entenderem. Dentro do nosso registo de urbanidade e de prestação de informações, é bom que isto fique muito claro.

O Sr. **Abel Viana**: — Embora eu não conheça, em termos regimentais, aquilo que deverá acontecer, em plenitude, na Assembleia da República, também não sou totalmente leigo no que respeita a estas matérias e tenho a consciência disso mesmo. Agora, como também deve calcular e como se costuma dizer, «quem não se sente não é filho de boa gente».

Em relação à questão que colocou, que até já me passou, pelo que pedia, se não se importa, que a reformulasse...

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Com certeza, com muito gosto.

As questões são exatamente perguntas, não estou a fazer qualquer juízo de valor.

Foram feitas aqui afirmações por parte de responsáveis e foram entregues documentos dizendo que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo tinham uma organização sobredimensionada. A Comissão de Trabalhadores concorda ou não com esta afirmação?

O Sr. **Abel Viana**: — Isso é uma realidade. Não podemos virar as costas àquilo que é a realidade.

Agora, como os Srs. Deputados devem calcular, não são os trabalhadores, não foi nenhum trabalhador ligado à empresa até há muito pouco tempo que teve culpa no que respeita à questão estrutural, no que respeita à massa de trabalhadores. Mas isso sem dúvida que era um dos problemas dos Estaleiros, ou seja, o equilíbrio que havia em termos de trabalhadores ligados à produção direta e aqueles que eram chamados, em termos internos, trabalhadores indiretos.

Mas insisto nesta questão: os trabalhadores, como é óbvio, não têm nem nunca tiveram culpa no que diz respeito a esta matéria. E isso mesmo poderia ser um trabalho, se houvesse vontade política, a desenvolver por este Governo, por este Ministro, no sentido de, como deve ser — como já disse o meu companheiro António Costa —, se partir para uma reestruturação da empresa, reestruturando a empresa no sentido piramidal, com mais trabalhadores ligados à produção e menos trabalhadores chamados indiretos.

Penso que terá ficado esclarecido.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sim, sim. O pedido de esclarecimento foi feito, foi respondido e considero-me satisfeito com a resposta. Aliás, nem atribuo, longe de mim, qualquer responsabilidade aos trabalhadores pela contratação de outros trabalhadores.

O Sr. **Abel Viana**: — Como é óbvio.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — As questões são objetivas e

resultam de questões que foram aqui colocadas.

Um outro problema que é referido em várias situações é o do absentismo elevado. A Comissão de Trabalhadores confirma esta situação ou não? Isto corresponde ou não à verdade?

O Sr. **António Costa**: — Se me permite questioná-lo, pergunto a que ano está a referir-se.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Isto foi colocado pelos conselhos de administração ao longo dos anos. Esta é uma situação que se colocou ao longo dos anos.

O Sr. **António Costa**: — Mas não está a referir-se só ao Conselho de Administração atual ou refere-se aos vários conselhos de administração?

Como compreenderá, em termos do Conselho de Administração atual, convém referir o seguinte: o Sr. Carlos Veiga Anjos, quando esteve nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo como presidente... A nossa administração tomou posse no dia 7 de julho de 2010 e dela fazia parte o Sr. Presidente da Administração Almirante Gonçalves de Brito, o Dr. José Serra, da parte financeira, e o Engenheiro Francisco Galhardo, da parte da produção. Depois, apareceu o Sr. Carlos Veiga Anjos, com o Sr. Eng.º Óscar Mota.

O Sr. Gonçalves de Brito apresentou o pedido de demissão, o Sr. Carlos Veiga Anjos apresentou o seu plano e, depois, apresentou a demissão ao atual Ministro da Defesa.

Neste momento, temos como administradores o Dr. José Serra e o Sr. Francisco Galhardo, que, no dia 7 de julho de 2014, faz quatro que estão nos Estaleiros Navais. Mudou apenas o Sr. Presidente. O Sr. Presidente da

EMPORDEF, Dr. Vicente Ferreira, entrou em funções no dia 12 de agosto de 2011 e o Sr. Jorge Camões entrou para Presidente dos Estaleiros Navais no dia 16 de agosto de 2011. Portanto, o Sr. Presidente Jorge Camões já lá está há dois anos e meio.

Relativamente ao absentismo, penso que no período desta administração o absentismo não será um problema tão crucial e importante como o senhor refere, dando-lhe a ênfase que dá ao colocar esta questão.

No que se refere às outras administrações, penso que é do conhecimento minucioso do Sr. Deputado que nós, trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, no período em que o Sr. Ministro Dr. Paulo Portas nomeou o Sr. Dr. Fernando Manuel Geraldês, em 2004, para Presidente dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo — esteve lá de 2004 a 2007 —, cientes do quadro económico-financeiro difícil que a empresa atravessava, em que se falava de insolvência, através do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, acedemos a um acordo ou a um plano de viabilização económico-financeira durante o período de 2004 a 2007.

O Sr. Dr. Fernando Manuel Geraldês tinha visão, como Presidente, na altura em que lá chegou; o problema, depois, foram os adjuntos. Às vezes, mudam-se os treinadores mas os adjuntos continuam, ou seja, os diretores continuaram os mesmos e então, passado um tempo, passado um ano ou dois, volta-se à mesma coisa. As pessoas chegam lá com muitas ideias mas, depois, as coisas acabam por não correr tão bem.

Então, o Sr. Dr. Fernando Geraldês fez um plano de viabilização económico-financeira para a empresa na base daquilo que o senhor agora afirmou, ou seja, na base do absentismo elevado. A Comissão de Trabalhadores, na altura, ficou muito alarmada com os dados que o Sr. Presidente Fernando Geraldês citava nas reuniões. Eu fazia parte da

comissão negociadora e, na altura, ficámos alarmados, mas pudemos constatar que, na realidade, a situação não correspondia na sua plenitude aos valores que o Sr. Presidente apresentava nas reuniões.

No entanto, o Sr. Presidente Fernando Geraldes aplicou alguns incentivos a nível da assiduidade, com pequenos prémios, de 10 €. Tratava-se de um coeficiente que dava o que os trabalhadores podiam faltar por mês, porque se não perdiam aquele montantezinho de 7, 8, 10 € no seu vencimento, mais um prémio trimestral que ele pagava. Então, o Sr. Presidente chegou à conclusão de que, efetivamente, o absentismo na empresa não era um problema e não correspondia aos valores que lhe tinham sido dados.

Estávamos a falar de taxas normais, ou bastante residuais até, em termos da atividade de construção naval. Como compreenderá, a atividade da construção naval é de alto risco, exige muito trabalho físico e, ainda para mais, a nossa empresa não foi alvo de investimentos tecnológicos ao longo dos últimos 15 anos, como já afirmei.

Portanto, trabalhadores com 30, 40 anos de empresa, a trabalhar à chuva, a trabalhar ao vento, muitas vezes em condições precárias, é óbvio que têm mais probabilidades de se magoarem em acidentes de trabalho ou de aceder a uma baixa médica do que noutras atividades.

Relativamente ao absentismo, queria ainda dizer o seguinte: muito sinceramente, penso que, ao longo de muitos anos, o absentismo na nossa empresa foi sempre uma falácia, uma desculpa das administrações para poderem pôr alguma culpa nos trabalhadores pela situação de falta de gestão e de administração. Era uma forma de eles colocarem essa responsabilidade em cima dos trabalhadores de uma forma muito habilidosa. As comissões de trabalhadores contestaram e conseguiram provar que os dados reais não correspondiam àquilo que as administrações

que por lá passaram argumentavam.

Se bem se lembram, tivemos aqui, na Comissão de Defesa, um administrador que há um ano ou dois disse que os trabalhadores ganhavam 17 salários ou 22 salários. Srs. Deputados, falo por mim: ganho 5,45 euros/hora. Repito, 5,45 euros/hora é o que ganho. Penso que não é nenhuma fortuna o que os trabalhadores, na sua esmagadora maioria, ganhavam.

Portanto, às vezes, tentaram passar para a opinião pública e para os Srs. Deputados que os trabalhadores tinham uma remuneração alta, mas digo-lhe com toda a franqueza e com toda a sinceridade que isso não correspondia à verdade.

O senhor falou, e muito bem, na organização desajustada em termos dos Estaleiros, e quero referir mais uma coisa, que é do conhecimento do Sr. Deputado, como Deputado por Viana do Castelo: ao longo dos anos, todas as comissões de trabalhadores sempre pediram, sempre exigiram a todos os Ministros da Defesa, desde o Ministro Paulo Portas, ao Ministro Severiano Teixeira, ao Ministro Santos Silva, ao Ministro José Pedro Aguiar Branco, uma reestruturação daquela empresa. Tínhamos consciência de que a nossa empresa precisava de uma dinâmica diferente, precisava de ser realmente mais eficiente nos seus procedimentos internos e só com uma boa reestruturação, bem conduzida, bem feita e bem pensada, não realizada em cima do joelho, é que a empresa podia ser mais competitiva, podia estar no mercado e ainda podia ser mais apetecível do que é neste momento.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr. Coordenador, julgo, tenho mesmo quase a certeza, que a Comissão de Trabalhadores conhece o parecer da IGF n.º 444/2009. Nesse parecer, um dos problemas, indicado

também pelos conselhos de administração, é a questão da produtividade dos Estaleiros — cerca de 50% da média da Europa.

O Sr. Coordenador referiu há bocado o caso concreto dos Estaleiros de Vigo, onde, segundo é referido também neste parecer, o volume de negócios é superior em 50% ao dos Estaleiros de Viana e com um número de trabalhadores muito inferior. Os dados concretos são mais 50% de volume de negócios e apenas 170 trabalhadores.

Ora, tem a Comissão de Trabalhadores consciência de que este era mais um problema em termos da organização dos Estaleiros?

O Sr. **António Costa**: — Claro que sim, claro que temos consciência.

Efetivamente, quando estamos a falar da nossa empresa e também para que o Sr. Deputado fique com uma noção mais abrangente dos contratos que eram realizados na nossa empresa, é muito fácil. Ao contratar um navio, tem um caderno de encargos e, em termos de acabamentos, em termos de grau de exigência de qualidade, tem vários índices; é óbvio que para cumprir os índices máximos em termos de construção naval o orçamento cada vez é mais caro.

O Sr. Deputado tem uma viatura e, se tiver um acidente — Deus queira que não tenha nenhum! —, uma pequena batidela no seu carro, e o levar a um mecânico ou a um chapeiro e um pintor que não tenha estufa, se ele pintar o seu automóvel fora de uma estufa, o preço é um, mas se o levar a um pintor que tenha uma estufa, que tenha condições diferentes, vai pagar outro preço.

Quanto ao problema dos Estaleiros de Viana do Castelo, posso focar o caso de um contrato de dois navios para a Finlândia em que foi exigida uma margem de erro de grau 0, ou seja, em termos de defeitos, era 0. Como

compreenderá, quem assinou esse contrato na altura não tinha noção do que é a construção naval, porque em qualquer atividade é difícil que o erro seja 0.

No entanto, os trabalhadores dos Estaleiros esmeraram-se em cumprir ao máximo e cumpriram rigorosamente, até porque a Fortum, a empresa que mandou construir os dois navios para a Finlândia, que eram dois químicos, tinha equipas muito exigentes em termos de qualidade. Fizemos um trabalho muito bom porque estamos a falar de um armador que tinha deixado ficar um navio em Espanha — não o aceitou —, e outro navio noutra estaleiro mundial, cujo país não posso agora precisar. Mas em deixaram ficar um navio em Espanha porque o navio, em termos de qualidade, não era o que eles queriam.

O que acontece é que os trabalhadores dos Estaleiros de Viana do Castelo, como durante um tempo estavam a trabalhar naquela construção com elevados níveis de qualidade, quando começaram a série seguinte, que era a dos porta-contentores, em que o índice de qualidade é muito mais reduzido, os navios, que eram para a Alemanha, levaram os mesmos índices de qualidade, os trabalhadores gastaram mais horas a esmerar-se. Isto porque, em termos de chefias e de planeamento, as pessoas, atempadamente, não sensibilizaram os trabalhadores, dizendo-lhes: «Meus senhores, atenção que para estes senhores o navio é com este índice de qualidade». E então, como é óbvio, menos horas se gastam nos navios.

Como saberá, o orçamento dado para um navio baseia-se nas horas que ele demora a construir, baseia-se nos materiais que gasta e na margem de lucro que a empresa deve ter.

Portanto, foi esse inflacionamento, em termos de desorganização na empresa, que contribuiu para a situação em muitas construções de navios nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Muitas vezes, até podemos nem considerar que a estrutura seja pesada. 600 trabalhadores para aquela empresa pode não ser muito, porque ela já teve 2000 trabalhadores. Agora, temos é de ter uma administração que, realmente, arranje trabalho para os 600, para os 1000 ou para mais trabalhadores. Para isso, temos de ter alguém na administração, ou uma direção comercial, e a diplomacia portuguesa, em termos de embaixadas, de ministros, das nossas individualidades que andam por esse mundo, têm de angariar trabalho, novas construções para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo para potenciar para a indústria que temos em Viana do Castelo.

O senhor diz que, realmente, aquela organização era desajustada para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Provavelmente seria desajustada, mas vou dar um exemplo muito simples.

Faça de conta que temos uma série de cinco ou seis navios porta-contentores como os que fizemos para a Alemanha, em que o projeto é sempre mesmo, com algumas alterações que fossem introduzidas pelo armador em devido tempo, no primeiro navio. Depois, o projeto que serviu para o primeiro serve para os próximos cinco. A administração tem de pegar naquela mão-de-obra da parte do projeto e tentar que os senhores do projeto consigam fazer projetos para outros países, para outros armadores, e vender aquela mão-de-obra qualificada. A isso chama-se potenciar receitas para a nossa empresa.

Como agora vemos noutras áreas a nível do Governo, temos meios e estão a potenciar-se ganhos para o erário público. Por que é que nunca houve interesse em potenciar esses ganhos para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo?

Há outro pormenor, de que o Sr. Deputado tem conhecimento, segundo penso. Desde 2004, aliás, desde 2002 e até 2008 ou 2009, com as encomendas que tínhamos para a Alemanha, a Alemanha obrigava a que

70% do material que o navio leva viesse da Alemanha. Quem fazia as compras para os Estaleiros, uma vez que estes não tinham capacidade financeira suficiente para irem ao mercado comprar, tinham de comprar fiado, era o Grupo MPC. Eles é que compravam o material e forneciam-no aos Estaleiros.

Isso foi uma forma de gerir a empresa por falta de meios financeiros, por falta de disponibilidade financeira, o que ao longo dos anos asfixiou a empresa, como ainda agora vimos, nestes dois/três últimos anos, em que a empresa foi asfixiada a nível da banca.

A nossa empresa estava com um garrote a nível de empréstimos, e, quase como o que nos acontece a nós — quando estamos mal, os bancos levam-nos mais dinheiro; em vez de levarem menos, não, levam mais! —, os Estaleiros pagaram milhares e milhares de euros em juros, ao longo desses anos e ninguém fala nisso.

E, como vem no relatório da inspeção de 2009, na folha 43/79, ninguém fala do programa das contrapartidas para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Refere o Sr. Inspetor-Geral das Finanças, Dr. José Leite Martins, na folha 43/79, que, no âmbito das contrapartidas da aquisição dos dois submarinos, adquiridos pelo Ministro Paulo Portas, os Estaleiros teriam direito a 638 milhões de euros, nesse pacote, repito, 638 milhões de euros. E isto da seguinte forma: uma parte seria a transferência dos estaleiros navais da Flender, da Alemanha, para Viana do Castelo, que veio a concretizar-se e está lá em Viana do Castelo muita sucata. Realmente, foi montada uma nave que é uma mais-valia para a empresa, mas, infelizmente, temos lá muita sucata para deitar fora e volto a referir um pormenor muito importante.

Esse material que chegou aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo

a partir de 2003 ou 2004 foi avaliado em 250 milhões de euros. Em 2009, ou 2008, não posso precisar, a administração da altura — não sei se foi a presidida pelo Dr. Jorge Rolo —, através de uma consultora externa, mandou fazer uma auditoria a esse material que chegou e foi-lhe dado o valor de 48 milhões de euros. Estamos a falar de uma contrapartida que devia funcionar no bom sentido para os Estaleiros e que ainda veio agravar mais a nossa situação. Porquê? Porque entrou lá pelo valor de 250 milhões e, depois, passados uns anos, veio a verificar-se que valia 48 milhões de euros.

Mas há aqui outra coisa ainda mais importante, que faz parte desse relatório da Inspeção-Geral de Finanças, que é a seguinte: aí diz-se que, em termos de encomendas pelo consórcio alemão a realizar nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, teriam de ser feitas um total de 383 milhões de euros. Não posso precisar, mas penso que é isso.

A Comissão de Acompanhamento de Contrapartidas que existia apenas validou, em termos de encomendas de construções que foram realizadas aos estaleiros, 118 milhões. Faltam realizar encomendas aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, pelo consórcio alemão, no valor de 200 milhões de euros. Sr. Deputado, com 200 milhões de euros em navios tínhamos muito trabalho!

Digo-lhe muito sinceramente, e sem estar aqui com coisas partidárias, que me custa muito estarem sempre a apontar os Estaleiros, como alguns dizem, como sorvedouro de impostos. O Sr. Ministro diz que aquilo tem levado muito dinheiro dos impostos portugueses e que temos de nos livrar da empresa porque ela é um cancro do setor empresarial do Estado.

Sr. Deputado, quero dizer que aquela é a mesma empresa que, em 1984/85, foi considerada uma superempresa, a empresa do ano. Aquela

empresa tinha em caixa, naquela altura, 12 milhões de contos. Construámos, com o dinheiro dos Estaleiros, um cais de atracção. Agora, a ENERCON anda lá com uma rivalidade por causa de um guindaste, mas aquele cais foi construído com o dinheiro dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. O atual Presidente da ENERCON, o Sr. Francisco Laranjeira, sabe perfeitamente do dinheiro investido para fazer aquele cais de atracção de navios e é lamentável que ao longo destes tempos...

O senhor repare: dizem que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo só levam os impostos dos portugueses há anos e anos e anos. Os Estaleiros são prejudicados nas contrapartidas do material que vem da Flender para cá, são prejudicados nas encomendas de navios que não são realizadas pelo consórcio alemão aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e que produziram riqueza para o nosso País pois somos uma empresa de bens transacionáveis... Nós cedemos 117 000 m² à ENERCON por um valor ridículo que eles pagam, mas ninguém diz nada. Agora a nossa empresa tem um cais — e na altura, em 1990, investimos 2 milhões de contos — que vai ser subconcessionado de borla. E os Estaleiros não têm direito a nada! Não têm direito a receber nada! Só têm direito a ouvir dizer que a empresa tem de ser extinta, que têm de acabar com esta empresa porque o Estado e o setor empresarial não têm competência para gerir empresas do ramo da construção naval.

É uma demagogia! É uma falácia desses consultores que fazem os estudos e que levam *n* e *n* dinheiro ao Estado português e às empresas públicas de Portugal para dizer que é preciso liquidar uma empresa daquelas quando aquela empresa — e este Governo já muitas vezes disse que queria reindustrializar o nosso País, isto nas palavras do Sr. Ministro da Economia que se foi embora, o Sr. Álvaro Santos Pereira — era um pilar importante de desenvolvimento económico de Viana do Castelo não só na

construção naval como em outras atividades complementares, e o senhor sabe bem disso, bem como das capacidades que a nossa empresa tem, tendo em conta o sítio estratégico onde está, e que vai potenciar aos privados.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr. Coordenador, tenho mais três ou quatro questões para lhe colocar.

Há pouco quis dizer que eu fiz algumas afirmações da minha autoria, mas aquilo que eu fiz foram perguntas baseadas em afirmações anteriores ou em documentos que nos são entregues.

A inspeção da IGF fez todas essas referências que disse, mais uma, que não disse, que era o contrato de construção de navios militares que deveria ter sido cumprido de forma diferente e que não foi.

Portanto, há um conjunto de afirmações que, entendo, terei de colocar a outras pessoas e a outras entidades.

À Comissão de Trabalhadores tenho uma pergunta para fazer ainda relativa à questão da Inspeção-Geral de Finanças, que refere numa das suas conclusões que, no âmbito da negociação da revisão do acordo laboral para vigorar entre 2008 e 2011, o Conselho de Administração apresentou uma proposta no sentido de alterar o horário de trabalho de 37 para 40 horas e que esta proposta foi rejeitada pelos trabalhadores. Não é aqui dito que os trabalhadores se pronunciaram no âmbito deste parecer — aliás, sobre este parecer apenas se pronunciou a Comissão de Trabalhadores — e por isso gostava de saber se isto é ou não uma realidade e se corresponde ou não à verdade.

O Sr. **António Costa**: — Sr. Deputado, podemos até reforçar esse ponto que enunciou: realmente, essa proposta foi colocada aos trabalhadores e posso dizer-lhe que até implicava um aumento salarial de 6

a 8%, ou seja, 6 a 8% era o que implicava a alteração do horário de trabalho de 37 para 40 horas.

No entanto, convém referir ao Sr. Deputado que o horário nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo como na construção naval a nível europeu — penso que isso é do conhecimento do Sr. Deputado — veio a decrescer ao longo dos anos atendendo à atividade em si, que era uma atividade considerada de desgaste rápido, era uma atividade intensa.

Assim, ao longo dos anos, os trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, representados pelas suas comissões de trabalhadores ou no âmbito dos órgãos representativos dos trabalhadores, foram reduzindo o horário de trabalho, abdicando de muitas outras coisas que exigiam compensações da nossa administração aos trabalhadores e das quais nós fomos abdicando ao longo dos anos.

Portanto, foi uma redução feita não de um momento para o outro para chegarmos às 37 horas; foi uma redução feita gradualmente — e não posso precisar, mas creio que foi mais ou menos desde 1993/94 — meia hora por ano e não em anos seguidos.

Como já referi, os trabalhadores mostraram bom senso em 2004 até 2007, quando, em termos do plano de viabilização económico-financeiro apresentado pela administração do Sr. Fernando Geraldês, Meira Fernandes e Sérgio da Fonseca, os trabalhadores acederam a esse plano de viabilização e se prontificaram a ver reduzida a sua remuneração de turno, que era de 50% do turno noturno, para 25% e a aplicação de novos horários na empresa, trabalhando mais no verão e menos no inverno para aproveitar a energia... É que os custos da energia têm um papel preponderante e uma importância capital nos gastos das empresas e a isso não foi dada a devida atenção ao longo destes anos. Às vezes, confundem-se as coisas... A massa salarial dos trabalhadores, muitas vezes, à beira de outros custos que as

empresas têm, é uma coisa muito reduzida e muito superficial, porque as empresas têm custos elevadíssimos não só a nível da energia como a nível do próprio financiamento, que é muito caro.

Digo-lhe, muito honestamente: os Estaleiros Navais de Viana do Castelo estão parados há três anos, mas, se o Sr. Ministro da Defesa, José Pedro Aguiar Branco, tivesse conseguido ou tivesse interesse em conseguir uma linha de crédito para pôr aquela empresa a trabalhar, hoje não estaríamos com o problema que temos nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

O senhor referiu, e muito bem — e ainda bem que referiu —, os contratos de construção de navios militares e eu digo-lhe, com toda a franqueza, que não os referi porque realmente... Foi uma coincidência.

Como compreenderá, os contratos de navios militar... Foi o Sr. Ministro Paulo Portas que, em bom tempo, com o Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Durão Barroso, em outubro de 2002, foram a Viana do Castelo anunciar o plano de renovação da Marinha portuguesa que estabelecia no prazo de 11 anos a construção de dois navios patrulha oceânicos, de dois navios de combate à poluição, de seis lanchas, de um navio polivalente logístico e de mais outros equipamentos, que não posso agora precisar.

O que fez o Sr. Ministro da Defesa, José Pedro Aguiar Branco? Quando anunciou o processo de reprivatização, como ele é uma pessoa bastante credenciada em termos jurídicos, fez o «trabalho de casa» e pensou assim: «É óbvio que, em termos de legislação europeia, há apoios que são concedidos à construção naval militar e, então, vamos ter de fazer a revogação do contrato da Marinha com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.» E foi isso que o Sr. Ministro fez.

Em setembro de 2012, o Sr. Ministro revogou o contrato da Marinha portuguesa alegando que, no âmbito do processo da reprivatização e para

salvaguardar os interesses do Estado, teria de revogar esse contrato. Sr. Deputado, é uma demagogia do Sr. Ministro da Defesa — digo-lhe muito honestamente, o Sr. Deputado sabe isso perfeitamente.

Quando o Sr. Ministro Paulo Portas anunciou, e bem, que esse programa militar era para ser feito em Viana do Castelo, naquela altura, ele foi acusado de ter violado as regras da concorrência internacional, mas o Ministro Paulo Portas assumiu esse risco e os trabalhadores dos Estaleiros começaram a trabalhar nos navios militares para a Marinha portuguesa.

E, Sr. Deputado, é bom que se diga que esse projeto de 11 anos pressuponha que estávamos a falar de navios patrulha de combate à poluição de grande inovação, que estávamos a falar de protótipos, que demoram tempo a fazer.

Também é bom que se diga e se enalteça aqui o profissionalismo do Gabinete da MAF, da Marinha, que esteve durante estes anos em Viana do Castelo, porque a Marinha portuguesa tem grandes profissionais a nível de engenharia, a nível de técnicos e, realmente, é uma pena que o Sr. Ministro da Defesa não tenha potenciado dentro da *holding* EMPORDEF o Arsenal do Alfeite, em parceria com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

E, quando falamos dos navios patrulha, estamos a falar de um segmento de navio que, devido à sua inovação, devido a não haver na altura, em 2002, um desenho final desse projeto, o que ficou foi o compromisso de ser criada uma equipa por parte da Marinha portuguesa, uma equipa por parte dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e que se fosse trabalhando o projeto de forma a que a Marinha tivesse em seu poder o projeto que eles tanto ansiavam.

Diz o Sr. Deputado o seguinte: «Mas demorou muitos anos a fazer dois navios.» Não foi por culpa dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Foi porque a Marinha, provavelmente, não exigiu aos Estaleiros Navais de

Viana do Castelo e não lhes disse: «Meus senhores, eu quero, em 2005, o navio pronto!» ou «Eu quero em 2008 o navio pronto!» e de certeza absoluta que as administrações dos Estaleiros — aliás, no seu tempo, o Almirante Gonçalves de Brito teve um papel preponderante no âmbito do último navio para a Marinha portuguesa — construiriam os navios, porque nós nunca entregámos nenhum navio fora de prazo. Nós sempre fomos rigorosos a cumprir os prazos para a entrega dos navios. Aliás, os únicos navios com que tivemos problemas na nossa empresa foram com armadores portugueses: foi na Madeira com o *ferry*, que até recebeu um prémio a nível europeu, que é o navio que faz a travessia para Porto Santo — o *Lobo Marinho* —, com esse navio tivemos alguns problemas judiciais (parece que a administração ainda tinha algum problema judicial para resolver) e foi com os navios para os Açores. Porque nós, Estaleiros Navais de Viana do Castelo, somos internacionais. Hoje em dia, toda a gente fala na internacionalização das empresas. Pois nós somos internacionais, Sr. Deputado, desde 1944. Esta empresa era quase internacional há 70 anos. E todos os armadores ficaram extremamente contentes com as construções que foram realizadas em Viana do Castelo.

Portanto, o que se criou foi um clima de desconfiança sobre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo e, digo-lhe muito honestamente, esse clima de desconfiança... Provavelmente, os trabalhadores deviam ter tido outro tipo de comportamento em 2009 quando o navio *Atlântida* foi rejeitado, provavelmente os trabalhadores deveriam ter-se manifestado de uma forma mais efusiva em prol dos interesses da nossa empresa...

Aliás, para que os senhores compreendam, o que se passou com o navio *Atlântida* é muito simples, não tem nada que saber: é um navio em aço e que tem um cálculo de aço para determinada máquina que vai puxar por ele. Se aquele navio, depois, leva transformações e leva mais aço, é

óbvio que a máquina que estava programada na primeira fase para aquele navio vai ter mais dificuldades em obter determinada velocidade.

Se eu lhe disser: «Sr. Deputado, corra 100 metros». Eu faço a cronometragem e vejo quanto tempo é que o Sr. Deputado demora. Mas, se eu disser: «Agora, o senhor vai pôr 30 kg em cima dos ombros e vai fazer 100 metros». O senhor vai demorar mais tempo! É normal, Sr. Deputado!

O navio *Atlântida* foi criado para ter um tipo de máquina, foi criado para ter uma determinada tonelagem de aço, mas as alterações que foram introduzidas ao navio *Atlântida*, em consonância com o armador dos Açores — é bom que se diga —, ao qual algumas individualidades, neste caso até a atual Sr.^a Secretária de Estado da Defesa, chamou, na altura, de «carroça»... Hoje, aquele navio está atracado no Arsenal do Alfeite. Se o senhor for lá analisar, por muito pouco que perceba de construção naval, verificará que aquele navio tem altos parâmetros de construção naval.

É um crime, é um crime de lesa Pátria!... A nossa empresa construiu um navio com os requisitos que lhe foram exigidos pelo armador e, devido a uma argumentação que foi acordada em tribunal arbitral, essa situação contribuiu para que se despoletasse esta grave situação na nossa empresa.

Mas há aqui um pormenor importante, Sr. Deputado: é que seria bom que o Sr. Deputado também reparasse que, na altura em que foi rejeitado o navio pelos Açores, o Tribunal de Contas, na pessoa do Sr. Dr. Guilherme d'Oliveira Martins, mandou fazer uma auditoria processual e uma auditoria financeira e eu gostava que os Srs. Deputados verificassem essa auditoria financeira que foi feita à Atlânticoline, que a analisassem e reparassem que, efetivamente, se os Açores ficassem com o navio *Atlântida* naquela altura provavelmente, às tantas, a empresa Atlânticoline ficaria com um grave buraco nas suas contas.

Portanto, aqui os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, mais uma

vez, foram prejudicados em todo este processo e esta Comissão de Trabalhadores sempre denunciou, desde a primeira hora, todos estes episódios que estamos aqui agora a anunciar aos senhores. Tanto os denunciámos aqui como a nível europeu. Sempre!

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, uma penúltima questão...

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, não quer juntar as duas últimas questões?

O Sr. **Abel Batista** (CDS-PP): — Pode ser, Sr.^a Presidente. Não há qualquer problema.

A Sr.^a **Presidente**: — É que preciso que o Sr. Deputado me substitua na Mesa.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Muito bem, Sr.^a Presidente.

Então, juntarei as duas últimas questões, se o Sr. Coordenador não se importar, que são distintas mas de resposta rápida.

A Sr.^a **Presidente**: — E, como já para aqui foi carregada muita informação, pedia-lhe, então que fosse sucinto.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — No que respeita à Atlânticoline, já aqui nos foi dada alguma informação e sobre uma delas gostaria de saber se a Comissão de Trabalhadores tem ou não conhecimento.

No âmbito da construção quer do navio *Anticiclone* quer do navio

Atlântida, que já está construído, é normal que o armador tenha permanentemente nos Estaleiros alguém, uma equipa técnica, para acompanhar a respetiva construção. Foi-nos aqui dito que estiveram cerca de seis meses desde que iniciaram os trabalhos de construção destes navios sem que houvesse acompanhamento por parte do armador. Queria saber se a Comissão de Trabalhadores tem essa informação e se a confirma ou não.

A última questão não tem a ver com este assunto mas, sim, com o seguinte: ouvi pela imprensa — e até já ouvi algumas pessoas comentar — que o subconcessionário já está a fazer a inscrição para a pré-seleção de possíveis trabalhadores para a nova empresa de construção naval em Viana do Castelo.

Queria saber se o Sr. Coordenador tem essa informação e, se a tem, se pode dizer-nos se os trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo estão a recorrer a essa inscrição para trabalhar na nova empresa.

O Sr. **António Costa**: — Sr. Deputado, relativamente à questão que colocou em termos de inspeção ou, como queira chamar, do acompanhamento em termos de fiscalização na construção naval, o armador coloca lá um fiscal, que é o fiscal dele, depois há uma companhia, que pode ser a Lloyds, que pode ser a GL ou outras empresas, que faz esse acompanhamento, que são companhias externas, que, em termos de normas de construção naval, acompanham minuciosamente todo o processo.

O que lhe posso dizer é que comecei a trabalhar nos blocos da Atlânticoline para o navio *Atlântida* e, desde a primeira hora, começámos a introduzir alterações. Como saberá, o projeto daquele navio foi concebido num escritório na Rússia que não tinha credibilidade, ou não tinha o tal ADN suficiente para fazer um projeto daquele envergadura, e quando aquele projeto chegou aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, e porque

temos um departamento onde fazem umas maquetas, umas miniaturas do navio, e onde se vê se o navio tem estabilidade ou não, atendendo ao tipo de navio que era, atendendo à sua conceção, atendendo ao tipo de trabalho que iria fazer e à tonelagem de aço que tinha, o nosso técnico, com 41 anos de empresa, disse à administração da altura que aqueles navios não tinham estabilidade suficiente e alertou, mais do que uma vez, para essa situação, penso eu, produzindo o seu relatório e entregando-o à administração.

A administração perante esses factos, é óbvio — penso eu, não tive acesso a essa documentação —, disse ao armador o que se passava e foram introduzidas gradualmente todas as alterações que o nosso departamento de projeto achou por bem introduzir em acordo — volto a referi-lo — e em consonância com o fiscal da Atlânticoline e, provavelmente, com o armador.

O que está aqui em causa, Sr. Deputado, e acho que já fui muito claro relativamente a este processo da Atlânticoline, é que só por capricho próprio... É que as mesmas pessoas que estavam na altura a governar o Governo dos Açores... E aqui é que acho que há o esbanjar de dinheiros públicos. Neste momento, temos lá, nos Açores — e não sei se isto foi dito aqui, na Comissão de Inquérito — os dois navios patrulha que foram construídos pelos «arruaceiros» de Viana do Castelo, que não sabem trabalhar na construção naval, que fizeram um navio de porcaria, que é o *Atlântida*, que não sabem construir navios, que não valem nada!! Mas fizeram dois navios de luxo para a Marinha portuguesa que, casualmente, vão ser para operar na zona dos Açores e na da Madeira, porque são mares muito perigosos.

É curioso que a mesma empresa faz um navio para os Açores e ouvese as individualidades dos Açores, como, por exemplo, a atual Secretária de Estado Dr.^a Berta Cabral, dizer, na altura: «Não queremos carroças» ou o

Dr. Vasco Cordeiro e outras individualidades a insurgirem-se...

É assim: eu só posso exprimir uma opinião quando conheço perfeitamente o navio. Como é que aquelas pessoas puderam exprimir opinião sem nunca ter entrada naquele navio?! Se estas pessoas hoje em dia levarem qualquer pessoa que não perceba de construção naval a visitar aquele navio, que todos os Deputados já tiveram oportunidade de ver, verificarão que estamos a falar de um *ferry* de luxo, estamos a falar de um *ferry* que vai ser vendido ao desbarato, um *ferry* que custou um balúrdio à nossa empresa, 50 milhões mais os encargos que foi acumulando ao longo dos anos em termos de seguro.

É quase como o senhor ter um Rolls Royce, mete-lo na garagem e sabe o carro que tem. Mas há um vizinho seu que até sabe que o senhor está em dificuldades económico-financeiras e diz: «Ó pá, deixa estar que eu daqui a três, quatro ou seis anos vou comprar isso, porque sei a máquina que ele tem!» E o senhor vai ver.

Quem vai ficar com este navio, provavelmente, sabe perfeitamente o navio que tem ali, porque aquele é um navio de luxo! Isto foi tudo uma falácia! Foi tudo uma grande mentira!

E digo-lhe, muito sinceramente: o que lamento é que a administração, naquela altura, tenha entrado em acordo no tribunal arbitral para resolver aquela situação da forma como a resolveu, porque deveriam deixar isto correr em tribunal. Todos nós erramos, mas, provavelmente, a nossa empresa, hoje, não estaria na situação em que está se, efetivamente, na altura própria, as pessoas tivessem dado um murro na mesa. E se são gestores públicos são; se não são, então, vamos criar uma lista dos bons e os maus que arrumem de uma vez por todas e que não lhes seja dada mais nenhuma oportunidade a nenhum desses gestores de dar mais cabo de nenhuma empresa pública, porque há muitos bons gestores em Portugal. É

preciso criar uma lista negra, como na banca — quando fazemos cheques sem fundos, há uma lista negra das pessoas —, então, crie-se nos administradores públicos essa lista negra e deixem trabalhar os grandes administradores, os bons administradores que temos em Portugal e que possam mandar as empresas para a frente. É isto só, Sr. Deputado.

Já agora, ia-lhe pedir o favor e a gentileza de repetir a segunda pergunta, porque...

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Se tem conhecimento de que há trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo que já se inscreveram para trabalhar na nova empresa.

O Sr. **António Costa**: — Como compreenderá, Sr. Deputado, essa pergunta terá de fazê-la ao grupo da subconcessão, porque a Comissão de Trabalhadores nunca teve nenhum contacto com a subconcessionária.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado Abel Batista, considera-se esclarecido, penso eu.

Peço-lhe, Sr. Deputado Abel Baptista que me substitua na Mesa.

Agradeço aos Srs. António Costa e Abel Viana a vossa vinda a esta Comissão.

O Sr. **Abel Viana**: — Sr.^a Presidente, peço desculpa pelo que se passou há pouco.

A Sr.^a **Presidente**: — Não foi comigo. Eu é que tenho o dever de conduzir os trabalhos.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Abel Baptista.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, muito obrigado.

Srs. António Costa e Abel Viana, quero, em primeiro lugar, apresentar os nossos cumprimentos em nome do Grupo Parlamentar do PCP.

A hora já vai adiantada, a reunião vai longa, ainda há muitos Deputados para usar da palavra e eu vou tentar ser o mais económico possível nas questões. Porém, há questões fundamentais neste processo para as quais o depoimento da Comissão de Trabalhadores tem grande importância para este inquérito.

A primeira questão que queria colocar é a seguinte: um dos temas muito versados aqui tem que ver com a questão das ajudas de Estado. Segundo o Ministro da Defesa Nacional, a ameaça de sanções e de ter de devolver um montante financeiro muito elevado que teria sido recebido como ajuda de Estado, foi apresentada pelo Ministro como uma causa fundamental para a decisão que foi tomada.

Sabemos que a Comissão de Trabalhadores desenvolveu diligências junto de Bruxelas no sentido de tentar apurar o que, efetivamente, se passou.

Gostaria de saber o que conseguiram apurar, ou seja, se têm conhecimento de alguma decisão concreta que tenha sido tomada no âmbito da União Europeia sobre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo que implicasse alguma sanção.

Gostaria também de saber se têm conhecimento de diligências que o

Governo português, em representação do Estado português, tenha feito no sentido de defender a sua posição e de defender os Estaleiros no contexto desse procedimento.

O Sr. **Abel Viana**: — Muito boa tarde, Sr. Deputado António Filipe.

Confirmamos e é verdade, como penso que todos saberão, que a Comissão de Trabalhadores esteve em Bruxelas, tivemos uma reunião com dois elementos do Gabinete do Comissário Joaquín Almunia e, se já sabíamos da verdade — como, aliás, sempre o dissemos e denunciámos —, esse momento foi o reiterar e o confirmar daquilo que desde há muito tempo vínhamos dizendo.

Aquilo que aconteceu foi que o Governo de Portugal, mais especificamente o Ministério da Defesa e o Ministério das Finanças, com a responsabilidade de quem tutelava esses mesmos ministérios, aquando da privatização — e isto foi-nos dito, reafirmo-o, por dois senhores do Gabinete do Comissário Almunia —, foi ter com a DGCom e, entre aspas — e vou colocar aspas para não ser tão... —, denunciou os supostos auxílios de Estado. Nós não estivemos sozinhos nessa reunião, estivemos acompanhados pelo Deputado João Ferreira, do Partido Comunista, assim como pela Deputada Mariza Matias, do Bloco de Esquerda, que podem confirmar o que nós estamos a dizer.

Por exemplo, em relação ao *tax lease* espanhol, houve denúncias da Holanda, da França e penso que também da Polónia relativamente aos estaleiros espanhóis, e é estranhíssimo quando vemos que, por ironia ou por um acesso de loucura, nós próprios é que damos «tiros nos pés». Isto é verdade, foi-nos dito e, se estamos a mentir, estamos a mentir pela boca de alguém que é responsável, por alguém que tem responsabilidades.

Em relação a uma decisão tomada pela Comissão Europeia — e eu

tenho que fazer sempre estas ligações —, como o meu companheiro António Costa já disse aqui por duas ou três vezes e é bom que se diga isto 10, 100, 500, 1000, as vezes que forem precisas —, não há nenhuma. O Sr. Ministro passou tempos e tempos a dizer que esta era a única solução para salvar a construção naval e a reparação naval em Viana do Castelo, mas não vemos qualquer tipo de veracidade nisto, não corresponde à verdade.

Portanto, sintetizando, o que trouxemos de Bruxelas foi o reiterar de que o Governo de Portugal não teve o comportamento que deveria ter no sentido de defender uma empresa pública, no sentido de defender uma empresa com 70 anos, no sentido de defender uma empresa que é de bandeira, essencialmente para a região de Viana do Castelo mas também para o País e, ao fim e ao cabo, não defendeu os interesses do Estado, como está obrigado.

Penso que terei respondido à questão que me foi colocada.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sobre essa informação que vos deram, de que terá sido o Governo português que alertou para a eventualidade de ter havido ajudas de Estado, conseguem precisar quando é que isso se deu, a partir de quando é que esse processo avançou?

O Sr. **António Costa**: — Vou ser eu a responder porque, às vezes, em matéria de datas, tenho-as mais em mente do que o meu colega Abel Viana.

O processo da reprivatização foi oficializado no dia 12 de julho de 2012. O Sr. Ministro fez a revogação do contrato em setembro de 2012 e, logo a seguir, em outubro...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Está a falar do contrato dos NPO?

O Sr. **Abel Viana**: — E não só. Que permitira justificar qualquer valor...

O Sr. **António Costa**: — O Sr. Ministro fez a revogação do restante contrato dos navios para a Marinha portuguesa em setembro de 2012 e, em outubro de 2012 — portanto, logo 15 dias mais tarde —, é desencadeada a abertura de um processo. Porque as pessoas foram alertadas. A Direção-Geral da Concorrência, o Gabinete do Sr. Joaquín Almunia foi alertado pelo Governo de Portugal porque, como já disse anteriormente, Sr. Deputado, quando se pretende vender alguma coisa (e como estávamos a pagar a preço de ouro as assessorias jurídicas e as consultorias), há que fazer o trabalho de casa. E o trabalho de casa tinha de ter sido feito desde o dia 19 de março de 2012, quando o Sr. Ministro anunciou o processo da reprivatização, até ao dia 12 de julho. E é lamentável que, sendo o Sr. Ministro um jurista reputado neste País, com escritórios no Porto e em Lisboa, tivesse deixado passar isto em claro às pessoas que fizeram essa assessoria jurídica e que custou um balúrdio!

E quando a gente dizia — e, às vezes, o Sr. Ministro até ficava chateado connosco e, provavelmente, até levava a mal — que ele estava a mentir (e os Srs. Deputados do PSD e também do CDS, às tantas, podem ter duvidado da nossa palavra quando dizíamos que o Sr. Ministro estava a mentir), ele estava a mentir, e mentiu aqui, aos Deputados. Porque quando estamos a falar para os Deputados, e quando estamos a falar de números, ou até em termos temporais, temos de ser precisos naquilo que estamos a dizer.

Na folha de um jornal da Comissão Europeia diz, relativamente aos 181 milhões de euros, que 101 milhões de euros — 101 milhões de euros,

Sr. Deputado António Filipe! — foram já assumidos pelo Governo em 2012. E isto porquê? Isto é que tem de ser o Sr. Ministro a falar aqui de uma forma clara e muito objetiva para que os Srs. Deputados compreendam.

Se o Sr. Ministro pretende reprivatizar a nossa empresa, ele teve que a «limpar» dos empréstimos que tínhamos na banca. E é óbvio que a banca, perante o cenário que existia em Portugal, começou a apertar o garrote à administração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Portanto, ele teve de assumir — ou a EMPORDEF teve de assumir — os empréstimos no valor de 101 milhões de euros em 2012, porque, de 2006 a 2011, quando o Sr. Ministro da Defesa afirmava — e afirmou aqui perante os senhores — que eram 181 milhões de euros, é mentira. Neste quadro, diz que são 24 milhões mais 56 milhões de euros. Isto vai dar, sensivelmente, 80 milhões de euros. Isto é um documento oficial da União Europeia.

E quando o Sr. Ministro diz, e sempre afirmou, que disponibilizou toda a informação à Comissão de Trabalhadores, também é mentira, Srs. Deputados, e está aqui a prova. Isto que está aqui e que vos mostro é do BES (Banco Espírito Santo), que foi a consultora tanto do processo da reprivatização, como do processo da subconcessão.

Volto a referir que aquilo a que nós, Comissão de Trabalhadores, tivemos acesso e aquilo que nos foi disponibilizado pelo Ministério da Defesa foi o procedimento e o caderno de encargos da subconcessão. O mais importante e o cerne da questão, relativamente à subconcessão, era a *data room* desse processo de subconcessão e para ter acesso a essa *data room* tínhamos de pagar 1000 € ao BES ou à BESI (Banco Espírito Santo de Investimento S.A.) ou à consultora que estava a tratar disto (temos aqui um *e-mail* da Sr.^a Rita Ribeiro dos Santos, onde ela enviou o NIB para o

qual teríamos de creditar os 1000 €).

Perante esta recusa do BES, colocámos esta situação ao Presidente do Conselho de Administração e à administração dos Estaleiros, que pediram apoio jurídico ao Ministro ou ao seu assessor, o Dr. Gonçalo Sampaio, e disseram que não podia ser a administração dos Estaleiros a dar 1000 € à Comissão de Trabalhadores para esta dar 1000 € à administração para poderem aceder a esta *data room*. E a verdade é que nós, até hoje, Srs. Deputados, estamos à espera da *data room*, que era o mais importante deste processo da subconcessão. Porque o processo da subconcessão — o procedimento e o caderno de encargos — falava das áreas, falava de tudo, mas não falava — e nós sabemos perfeitamente — dos trabalhadores nem do contrato para a Venezuela, e essa era a nossa preocupação há muito tempo.

Há muito tempo que o contrato da Venezuela é uma preocupação para esta Comissão de Trabalhadores e, Srs. Deputados, não é por acaso — e penso que todos vocês viram na televisão — que esta Comissão de Trabalhadores, juntamente com os trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, por duas vezes (uma em Viana do Castelo e a última vez em Lisboa), trouxe duas bandeiras da Venezuela (além das missivas e dos *e-mails* que enviámos para os vários ministros), para chamar a atenção do Governo de Portugal da importância deste contrato para a viabilidade futura da nossa empresa.

Como acontece também com outra situação, Srs. Deputados: este *e-mail* foi um pedido que fizemos ao Sr. Ministro da Defesa, no dia 14 de fevereiro, enviado às 19 horas e 16 minutos (e até hoje ainda não tivemos nenhuma resposta), para que, no âmbito da informação a que a Comissão de Trabalhadores tem direito, fosse disponibilizado o contrato da subconcessão. Até hoje, não recebemos nenhuma informação.

Portanto, quando o Sr. Ministro diz, e afirma categoricamente, que sempre disponibilizou informação à Comissão de Trabalhadores é pura demagogia do Sr. Ministro.

O Sr. Ministro afirma — e afirmou — que a nossa empresa teria de ser subconcessionada, porque senão teria de devolver 181 milhões de euros ao Estado português (e não à União Europeia, como ele quis fazer passar ao País, e conseguiu fazer passar à opinião pública, que os Estaleiros Navais tinham que devolver esse dinheiro). Penso que até os próprios familiares do Sr. Ministro diziam assim: «Eh pá, então os Estaleiros Navais receberam 181 milhões de euros da Comunidade Europeia, de fundos comunitários, ou de ajudas, e agora vão ter de os devolver porque não os gastaram, ou gastaram indevidamente?». Não! Nós, Estaleiros de Viana do Castelo — e que isto fique muito claro —, no caso de haver uma decisão política a nível da Comissão Europeia, teríamos de devolver o dinheiro ao Governo de Portugal, ao Estado português, que é o nosso patrão.

E nós aqui poderíamos considerar um cenário: se houvesse vontade política, se houvesse uma estratégia de viabilizar esta empresa, poderíamos ter aqui um cenário de reestruturação, com um plano de pagamentos da dívida a 25 anos. Poderíamos estar aqui numa situação dessas, mas isto nunca foi equacionado pelo Sr. Ministro.

O nosso País, ainda agora, há cerca de quatro ou cinco meses, pagou uma dívida que foi contraída há 150 anos! E nós acabámos de a pagar agora. Se quisessem viabilizar os Estaleiros Navais no setor empresarial do Estado, na *holding* EMPORDEF — porque têm lá pessoas com capacidade para gerir aquela empresa —, nós teríamos outras opções que não essa da subconcessão.

É isto, Sr. Deputado, que é preciso desmascarar, de uma vez por todas, até porque o mais importante — e, neste caso, posso até dar-vos

fotocópias — é que no despedimento que fazem aos 12 trabalhadores, em nenhuma vez é invocada a questão dos 181 milhões de euros; vez nenhuma é invocada que a nossa empresa vai encerrar ou vai ser extinta por causa dos 181 milhões de euros. E sabe porquê, Sr. Deputado António Filipe? Porque a nossa empresa, ao ser subconcessionada (não é por acaso que vai ser subconcessionada), o *dossier*, na Comissão Europeia, vai para a gaveta, acabou! Acabou, deixa de existir *dossier*, nem existirá mais nenhuma averiguação do Gabinete do Joaquín Almunia. Acabou, não haverá mais nada!

E que fique muito claro uma coisa: há aqui um documento, que nós também enviámos para o Sr. Ministro, elaborado pelos advogados, que diz respeito à fraude à lei na transferência de estabelecimento e em que, quer pela lei europeia, quer pela lei nacional, os trabalhadores teriam de passar automaticamente para essa empresa subconcessionada. Isso foi o que aconteceu na reprivatização da ANA (ANA - Aeroportos de Portugal), em que os trabalhadores passaram todos para a VINCI e não houve problemas. Os trabalhadores não fizeram nenhuma guerra! Na concessão que foi feita ao grupo francês, os trabalhadores passaram para a VINCI. Não houve problema nenhum com o Fundo de Pensões dos Trabalhadores da ANA. A VINCI até tinha um fundo de pensões francês e os trabalhadores portugueses optaram por ficar no fundo francês ou no fundo português.

Portanto, não houve nenhum problema. Porquê? Porque os trabalhadores foram assumidos pela nova entidade que ficou a explorar as instalações dos aeroportos.

Neste nosso caso, o que se verifica é uma fraude à lei. O grande passivo que tinha o Sr. Ministro da Defesa (e agora vou citar uma frase que ele disse, em 19 de março de 2012, ou seja, que era «conotado como sendo exímio em fazer adiar as decisões». E nós fizemos-lhe esta pergunta, na

última reunião que tivemos com ele: «Sr. Ministro, qual é a decisão que o senhor está a fazer adiar? É o encerramento? É a extinção dos Estaleiros?» Não nos respondeu.

Como também o Sr. Ministro, na última reunião que tivemos com ele, no seu Gabinete, disse o seguinte: «Ó pá, ou vocês têm 181 milhões de euros ou eu fecho aquilo e acabou! E dos ativos que vocês têm lá, vende-se aquilo, pagam-se as indemnizações, vocês recebem o que tiverem a receber e aquilo vai à insolvência». Estas foram as palavras do Sr. Ministro, assim, contra nós, contra os sete trabalhadores, quando lá fomos ter uma reunião com ele. E eu deixei o Sr. Ministro repensar calmamente o que disse e perguntei-lhe, muito educadamente: «Sr. Ministro, cite-me, porque eu não conheço — sou uma pessoa meramente atualizada, mas não conheço — empresa pública que desse insolvência, porque eu não conheço nenhuma». E o Sr. Ministro, simplesmente, não respondeu, porque, de facto, não há nenhuma empresa pública que seja insolvente. Aliás, isso faz parte do código administrativo das empresas a nível do Tribunal Administrativo.

Portanto, o que revolta é que os trabalhadores sempre, sempre, quiseram dizer a verdade, sempre ficaram, dentro desta casa e dentro desta sala... E, muitas vezes, às tantas, fomos mal interpretados pelo Sr. Ministro, quando ele falava e dizíamos que era mentira. Porque era mentira!... O Sr. Ministro, no dia 10 de janeiro, não disse que estava a subconcessionar devido aos 181 milhões de euros. Não, ele disse que era por uma questão ideológica.

Uma coisa diz também o Código do Trabalho: não pode haver despedimento de trabalhadores por uma questão ideológica.

O Sr. Abel Viana: — Isso era o que faltava!

O Sr. **António Costa**: — Não sabemos, e é isso que revolta os trabalhadores que andaram durante dois anos a lutar, a escrever cartas para os vários Ministros.

Enviámos *e-mails* para o Sr. Secretário de Estado da Economia, António Almeida Henriques, que participava nas reuniões na Venezuela, enviámos *e-mails* para o Sr. Ministro Dr. Paulo Portas para intervir e fazer a sua diplomacia económica junto da Venezuela, enviámos *e-mails* para o Sr. Primeiro-Ministro, para o Sr. Presidente da República, para o Sr. Ministro da Defesa, para a Sr.^a Ministra das Finanças, enfim, para toda a gente, a alertar sobre a situação da nossa empresa, a alertar que havia outras soluções para a nossa empresa. Só que, efetivamente, outros interesses falam mais alto e, como é óbvio, nós, os trabalhadores, somos muito pequeninos, somos a parte mais fraca em todo este processo, somos — aliás, éramos — o passivo da nossa empresa.

O Sr. **Abel Viana**: — Peço apenas 30 segundos para, sucintamente, deixar um dado importante para que possa fazer-se uma análise desta questão.

Na resolução do Conselho de Ministros de 18 ou 19 de abril (não consigo precisar) de 2013, quando se procedeu ao cancelamento do processo de reprivatização dos Estaleiros, não se faz menção absolutamente nenhuma à questão da Comissão Europeia. Isto é mais um comprovativo, que tem de ser denunciado e que tem de ser colocado em cima da mesa, de que a questão da Comissão Europeia foi um pretexto, um álibi para que se procedesse a um verdadeiro — e isto tem de ser dito — saneamento de classe, que foi aquilo que aconteceu.

Acredito que alguns Srs. Deputados fiquem um pouco incomodados com o que estou a dizer, mas foi aquilo que aconteceu. Aliás, com base nas

palavras do Sr. Ministro, foi mesmo isto o que aconteceu, ou seja, foi uma questão ideológica, meramente, somente.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Falando ainda dos patrulhões, é conhecido que foram feitos investimentos, designadamente em matérias-primas, como aço, para continuar a encomenda dos patrulhões. Portanto, quando a encomenda foi cancelada, havia investimentos feitos.

O que podem dizer-nos acerca disso, designadamente sobre o destino desse aço, que já foi aqui muito falado?

O Sr. **António Costa**: — Sr. Deputado, relativamente a essa questão quero dizer que, desde a primeira hora, esta Comissão de Trabalhadores denunciou nos órgãos de comunicação social que o aço tinha sido vendido nos Estaleiros e que tinha ido parar a Aveiro. Acho que todos os Deputados ouviram aquilo que a Comissão de Trabalhadores denunciou.

No dia 25 de setembro de 2013, às 9 horas e 40 minutos, enviámos um *e-mail* ao Sr. Ministro da Defesa Nacional a relatar todas estas manobras que estavam a ser feitas na nossa empresa.

É óbvio que a administração pode dizer que naquela altura não tinha dinheiro para pagar salários, é verdade. Porém, também foi vendido o aço que foi decapado e pintado, e era um aço específico que tinha de ser vendido — porque, quanto à espessura, há aço de 6 mm, de 8 mm, de 10 mm, de 12 mm, de 14 mm. Ainda ficámos lá com perfis, outro tipo de material que podia ter sido vendido e não foi, porque desde a primeira hora zelámos pelos interesses da nossa empresa.

Uma coisa fique bem clara, Sr. Deputado: temos a obrigação de zelar pelos interesses daquela empresa até ao último momento, porque a empresa nunca faltou com um cêntimo aos trabalhadores. Podemos ter queixas das

peessoas que por lá passaram, mas temos de ter orgulho e vaidade de seremos trabalhadores dos Estaleiros.

Quando íamos a um banco ou íamos comprar uma viatura e perguntavam onde é que trabalhávamos era com orgulho que dizíamos que trabalhávamos nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Está aqui um Deputado que, penso, trabalhou na banca e que, certamente, tinha muitos clientes a quem perguntava onde trabalhavam. Se trabalhavam nos Estaleiros, os Estaleiros eram uma garantia de crédito aos trabalhadores.

É essa dignidade que sempre preconizámos nas informações que demos ao Sr. Ministro. Não é por acaso que enviámos este *e-mail* ao Sr. Ministro, um *e-mail* extenso, de duas folhas, em que o alertávamos para algumas situações que se verificavam na nossa empresa. Sabe ao que é que este documento deu origem, Sr. Deputado? Este documento deu origem a uma intenção de processo disciplinar à Comissão de Trabalhadores. Mas nós não tivemos medo nenhum, nem temos medo nenhum, Sr. Deputado! Sabe porquê? Porque estávamos e estamos lá para zelar pelos interesses da nossa empresa.

Devíamos ter tido administrações que aproveitassem os fundos europeus para investimento tecnológico na nossa empresa, que se candidatassem aos fundos europeus. Devíamos ter tido administração para que pudéssemos aproveitar os QREN disponíveis e potenciar a empresa em termos de infraestruturas. Era disso que precisávamos, de uma administração que não parasse a empresa.

Percebo que a administração atual... Não é nenhuma novidade dizer-se: vamos parar a máquina!... O Sr. Ministro disse: «Parem a máquina, porque a máquina fica mais barata estando parada do que estando a produzir a 200%». Isto é fácil para um gestor, não é preciso ser-se uma pessoa conhecedora de muitos números! Eu também reconheço que a

máquina, provavelmente, ficava mais cara a trabalhar a 100% ou a 200% do que estando parada! Então, eles pararam-na.

O Sr. Ministro, ao parar a máquina, sabia perfeitamente que os trabalhadores iriam ficar numa situação terrível em termos psicológicos, como está a acontecer também no Arsenal do Alfeite, Sr. Deputado.

É bom que vocês se preocupem não só como se preocuparam ao longo destes anos — e honra seja feita ao Partido Comunista, ao Bloco de Esquerda e a alguns Deputados eleitos pelo círculo de Viana do Castelo, que sempre se preocuparam com os Estaleiros Navais. Aliás, esta Comissão de Inquérito existe hoje com muito sacrifício e devido ao muito trabalho dos Deputados Carla Cruz e António Filipe, sendo que também 22 Deputados do PS se disponibilizaram para que fosse possível criar esta Comissão de Inquérito — mas também para que se averiguem as responsabilidades por a nossa empresa ter chegado a esta situação. Porque os trabalhadores, desde a primeira hora... Digo-lhe, com muita mágoa, que a pior coisa que podem fazer a um trabalhador — e foi o que nos fizeram, retiraram-nos a nossa melhor arma — é retirarem-lhe o trabalho. Retiraram-nos o trabalho, premeditadamente!

Em fevereiro de 2012, o Sr. Presidente do grupo que vai ficar com a subconcessão e o Sr. Mário Ferreira, dono da Douro Azul, disseram à comunicação social que não estariam interessados na privatização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo mas, sim, numa concessão. Disseram isto em 2012! Aliás, o Sr. Presidente do grupo que vai ficar com a subconcessão disse que não fazia sentido, no século XXI, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo estarem sob a alçada do Estado. Claro que não faz sentido, é óbvio que não! Porque se fosse para ter prejuízo no futuro, certamente que este grupo não ia investir dinheiro seu, ganho com o seu suor, em Viana do Castelo; não o fariam se não tirassem a devida

rentabilidade. E vou dizer-lhe, Sr. Deputado, que isso vai acontecer a médio prazo. Você vai ver!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Já falaremos da administração daqui a pouco.

Relativamente à questão dos patrulhões, parece evidente que a empresa fez investimentos para construir mais patrulhões do que os dois que foram efetivamente construídos, houve uma decisão política de não continuar com o contrato mas a empresa não foi ressarcida de forma nenhuma pelos investimentos que tinha feito para a construção dos seguintes. Podemos tirar esta conclusão, ou não?

O Sr. **Abel Viana**: — Os Estaleiros receberam cerca de 22,5 milhões de euros, salvo erro, somente por terem deixado de ser os detentores do desenho do navio logístico; foi isso unicamente que a empresa recebeu pela revogação de todos esses contratos.

O Sr. **Presidente** (Abel Baptista): — Sr. Deputado António Filipe, o Sr. Coordenador pretende acrescentar mais alguns detalhes sobre este aspeto.

O Sr. **António Costa**: — Gostaria de dar mais alguns esclarecimentos, Sr. Deputado António Filipe.

Percebi a sua pergunta. Relativamente aos navios de combate à poluição, são navios usados em tragédias como a que aconteceu na Galiza, com o *Prestige*, de remoção de hidrocarbonetos, mas que também fariam a função de patrulhamento na nossa costa. Portanto, são navios muito necessários à Marinha portuguesa.

Há algo que tem de ser dito de uma forma clara, como já dissemos na Comissão de Defesa (o Sr. Dr. José Matos Correia já sabe isto há muito tempo, pois a Comissão de Trabalhadores enviou-lhe um *e-mail* a denunciar a situação): houve um investimento de cerca de 18 milhões de euros (repito, de cerca de 18 milhões de euros) gasto nos navios de combate à poluição, já tinham sido construídos quatro blocos, que estão lá, tínhamos sistema de propulsão, tínhamos a máquina, tínhamos todo esse equipamento.

Denunciámos isto atempadamente à Marinha e colocámos a situação à nossa administração, dissemos-lhe que era inadmissível, porque devido às instalações precárias da nossa empresa, uma vez que não teve manutenção ao longo dos anos, em muitas instalações havia telhas partidas e chovia. Perguntámos à nossa administração: «De quem é aquele equipamento? É da Marinha portuguesa? Então, a Marinha que tome conta daquele equipamento, porque daqui a algum tempo, como compreenderá, aquele equipamento é para ir para o lixo». Estamos a falar de sistema de propulsão e de peças mecânicas de uma tecnologia muito avançada que não podiam estar desabrigados daquela forma.

Portanto, foram gastos 18 milhões de euros naqueles dois projetos que ficaram parados, que não se andou para a frente. Será que isto é gerir bem o processo? Então, com um gabinete da MAF a trabalhar e já com o projeto adiantado em termos de conceção, será que agora paramos?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Do vosso ponto de vista, por que é que não foi executado o contrato dos asfalteiros?

O Sr. **Abel Viana**: — Porque, como já aqui foi dito, tinha de se parar a máquina, tinha de se maltratar os trabalhadores, tinha de se violentar os

trabalhadores! Aquilo que se passou, como todos vocês saberão e como muitos portugueses saberão também, foram três anos de não trabalho, de tédio, como aqui já foi dito, de uma situação absolutamente insustentável criada — é bom que se refira isto, até com bastante veemência — por este Governo e por este Ministro.

Sem prejuízo das más decisões dos governos anteriores — é bom que se faça referência a isso, é bom que se diga que os governos anteriores tiveram também bastantes responsabilidades em relação à questão dos Estaleiros —, os coveiros, os grandes responsáveis por aquilo a que assistimos foi este Governo e foi este Ministro. Esta é a verdade irrefutável.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Quando foi assinado o contrato, a empresa recebeu um adiantamento de, creio, 10% para avançar, é assim?

O Sr. **Abel Viana**: — Ainda no tempo da governação Sócrates, os Estaleiros receberam cerca de 12,9 milhões de euros por parte da PDVSA, o que corresponde sensivelmente a 10% do contrato, mas isso ficou mesmo por aí e não se fez absolutamente mais nada, a não ser — é bom também que se faça esta referência — algum trabalho, ou até bastante trabalho, na área de projeto. Mas em termos de concretização, em termos de ferro, digamos assim, em termos de obra feita, não surgiu nada.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Que explicação é que vos era dada para essa inércia?

O Sr. **Abel Viana**: — A gente já disse aqui. Este Ministro, esta administração, este Governo foram sempre arranjanando pretextos e álibis para justificar isto e aquilo. O que nos foi dito como sendo o grande papão

e o grande entrave para que se iniciasse a construção dos asfalteiros era a questão da contratação pública. Esse era o grande bicho papão.

Como também já disse aqui em resposta à Deputada Mariana Aiveca, por um toque de Midas, de repente, a questão da contratação pública deixou de ser um problema ou, melhor, deixou de ser o problema e eis que se começou a comprar aço e se procedeu ao início do processo de aquisição da maquinaria e de material de propulsão.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Tem alguma ideia de qual vai ser o futuro deste contrato? No caso de vir a ser executado, tem ideia por quem?

O Sr. **Abel Viana**: — A única coisa que esta Comissão de Trabalhadores pode dizer, e penso que o meu companheiro António Costa corroborará daquilo que vou dizer, é o seguinte: no meio da desgraça, o que desejamos é que, na realidade, o contrato seja executado nos Estaleiros Navais ou, melhor, nos antigos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, mas temos algumas reservas e algumas dúvidas em relação a isto.

Também quero fazer aqui uma ressalva: sem prejuízo de algum trabalho, ou do trabalho, que tenha sido desenvolvido pela administração, como é a sua obrigação, os contratos ainda estão de pé, mas não tenhamos a mínima dúvida (e isto foi-nos dito pelo Embaixador da Venezuela) de que todas as diligências tomadas pela Comissão de Trabalhadores no que diz respeito ao Governo venezuelano tiveram uma grande influência no sentido de, ainda hoje, se poder dizer que o contrato está em vigor. Esperemos, como já disse, que, no meio de toda esta desgraça, os asfalteiros sejam construídos em Viana do Castelo e que, no mínimo, se criem postos de trabalho.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Mas conhecem alguma garantia escrita de que a Martifer está com disponibilidade para avançar com a construção naval?

O Sr. **Abel Viana**: — Absolutamente nenhuma.

Queria dar uma achega. Se nos debruçarmos sobre a questão da renda — e o António Costa referiu-o aqui, e muito bem —, quem tiver o mínimo de noção do que é a construção naval e a reparação naval chega, fácil e rapidamente, a uma conclusão. Se a Martifer ou o subconcessionário tiver um ano de 20 reparações — 20, 12, enfim, depende do valor que essas reparações representarem — paga o aluguer até 2031. É bom que se diga isto. Não é o aluguer do ano, é o aluguer até 2031. Quem tiver noção do que é o setor naval e do que representa a margem de lucro que a reparação naval permite, que também tinha um índice muito baixo de criação de postos de trabalho, a Martifer muito facilmente nos próximos tempos irá pagar aquilo a que está obrigada até 2031.

Permitam-me esta consideração: se isto é zelar pelos interesses do Estado português e se isto é zelar pelos interesses dos portugueses, dos cidadãos, como por aí se apregoa, então estamos mesmo muito mal.

O Sr. **Presidente** (Abel Baptista): — Sr. Deputado António Filipe, o Sr. Coordenador da Comissão de Trabalhadores quer acrescentar alguma coisa.

O Sr. **António Costa**: — Se me permite, é para esclarecer os Srs. Deputados de um pormenor muito importante, atendendo ao facto de que o Abel Viana não foi ao pormenor das horas não trabalhadas.

O Sr. **Abel Viana**: — Mais de 1 milhão.

O Sr. **António Costa**: — No período que estivemos sem trabalhar, nestes últimos dois anos e meio, estamos a falar sensivelmente de 1,7 milhões de horas não trabalhadas, o que equivale a já termos construído um navio asfalteiro e já estarmos a meio do segundo navio.

Portanto, é bom que os Srs. Deputados tenham a perfeita noção daquilo de que estamos a falar. Estamos a falar de uma empresa que esteve parada dois anos e meio ou três anos, de uma empresa que realmente teve muita falta de financiamento. A administração deparou-se com muita falta de financiamento e teve muita dificuldade junto da banca para conseguir financiamento para a aquisição dos materiais que agora estão a chegar — ainda ontem, chegou mais um navio com aço e vai chegar mais outro para a semana). Fomos confirmar isso no Tribunal de Contas, esta Comissão de Trabalhadores foi ao Tribunal de Contas confirmar se, efetivamente, a administração estaria a fazer a aquisição dos materiais para garantir a continuidade dos contratos com a PDVSA em Viana do Castelo. E isto porque (e digo-o com muita honestidade, Sr. Deputado) penso que é obrigação do Governo de Portugal realizar a construção dos navios para a PDVSA da Venezuela em Viana do Castelo. Tendo em conta o trabalho que foi desenvolvido pelos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo junto das entidades da Venezuela, tendo em conta o trabalho que foi desenvolvido pela diplomacia portuguesa, tendo em conta o trabalho que também foi desenvolvido pelos dois administradores que estão lá neste momento — o trabalho da administração mas, principalmente, o trabalho dos dois administradores que têm acompanhado mais de perto este processo, seja da parte financeira, seja da produção —, digo-lhe, com toda a honestidade e franqueza, e atendendo até às

declarações do Sr. Presidente da EMPORDEF, Dr. Vicente Ferreira, que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo têm a obrigatoriedade de construir estes dois navios, até porque (sempre o afirmámos e continuaremos a afirmar) este negócio permitiria à nossa empresa, a ENVC, entrar num nicho de negócio altamente rentável para a empresa. E, quando estamos a falar a nível do petróleo, não podemos ignorar a importância da Galp, que também vai ser um parceiro estratégico em todo este *dossier*.

Também há aqui uma questão que nos deve passar ao lado. Casualmente, na reprivatização, a consultora foi a BESI; casualmente, a consultora da subconcessão também foi a BESI; o financiamento à PDVSA para aquisição dos dois navios é do BES; um dos maiores financiadores, ou credores, da parte do grupo que ganhou a subconcessão também é o BES. Ou seja, isto roda sempre em torno da mesma entidade, da mesma financiadora. Penso que será só uma coincidência!...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O Sr. Ministro da Defesa veio dizer-nos que esta administração fez um grande esforço para poder obter negócios, contratos, e que terá feito, inclusivamente, um périplo à volta do mundo com esse objetivo.

Risos do Sr. Abel Viana.

O que é do vosso conhecimento relativamente a esse esforço da administração para poder obter contratos?

O Sr. **Abel Viana**: — Sr. Deputado António Filipe, Sr. Presidente da Comissão e restantes Srs. Deputados, com todo o respeito que temos de ter, e nós temos essa noção, pelo Ministro da Defesa Nacional, isso é

totalmente falacioso. A não ser que o Sr. Eng.º Jorge Camões, o Dr. José Serra, o Dr. Jorge Pinho e o Sr. Francisco Galhardo tenham ido às escondidas pelos vários continentes do Globo!... Se isso aconteceu, ninguém sabe, nomeadamente a Comissão de Trabalhadores. É estranhíssimo e vem ao encontro daquilo que nós vimos dizendo, ou seja, que o comportamento do Sr. Ministro em todo este processo não foi de todo, de todo, de todo, correto; muito pelo contrário, foi extremamente incorreto. Quando se diz uma coisa dessas... Por acaso, eu estava em casa a assistir a essa mesma audição e fiquei completamente... Desculpem a expressão, mas deu-me vontade de «entrar pela televisão adentro»! É incrível como é que alguém pode dizer uma coisa dessas, que não tem a mínima sustentação. Enfim...!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O que é que nos podem dizer acerca do caso dos navios para a Douro Azul? Porque o Presidente da EMPORDEF veio dizer-nos que era um problema de preço, que a empresa não estava interessada porque o preço não era compensador... É conhecido, não sabemos se nos podem ou não confirmar isso, que houve um administrador, Dr. Novais, que se terá demitido ...

O Sr. **Abel Viana**: — Da EMPORDEF.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... por considerar que a empresa não fez o que devia ter feito para obter esse contrato. O que nos podem dizer acerca do caso da Douro Azul?

O Sr. **António Costa**: — Eu acho curioso falar nesse *dossier* da Douro Azul.

O empresário Sr. Mário Ferreira recebeu mais dois barcos para a sua frota, os quais chegaram na semana passada e foram batizados (inclusive, as madrinhas foram a esposa do Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho, a Sr.^a Laura Ferreira, e a fadista Ana Moura. Dá-me vontade de rir porque ouvi o Sr. Mário Ferreira, que é uma pessoa ligada à restauração e ao turismo de Portugal — aliás, até é muito bom ouvir dizer isto a uma pessoa que é de um setor totalmente diferente —, dizer (eu li no jornal, não foi na televisão) que nós temos que aproveitar o *know-how* que foi concebido agora com estes navios que temos aqui para reforçar a nossa frota para exportar isto para a Alemanha e para outros países a nível europeu. Imaginem o que é um empresário da área do turismo vir proferir estas palavras, que são bem ditas (e ainda bem que ele tem esta visão estratégica e empresarial)!... E, então, o nosso Governo, ao longo do tempo, nunca viu isto? Nunca viu isto? Então, não podemos exportar os nossos navios-patrolha para Angola, para Moçambique, para a Guiné? Não podemos aproveitar a diplomacia económica para fazer navios-patrolha num segmento mais barato que, em vez de custarem 40 milhões, fiquem por 20 milhões e vender a esses países? Não poderíamos? Não podemos potenciar todos esses proveitos para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo?

Relativamente a esses navios, foi um acordo que existia na EMPORDEF. Segundo o conhecimento que tivemos, em outubro de 2011, o Sr. Mário Ferreira pretendia construir quatro navios.

Então, o Sr. Mário Ferreira fez essa proposta à EMPORDEF, a qual, por sua vez, a endossou para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Os Estaleiros fizeram um orçamento, começaram a trabalhar e a aproveitar a conceção de projetos anteriores, muito provavelmente, e deram o orçamento que tinham feito ao Sr. Mário Ferreira.

Acho que em dezembro foi renovado o acordo, mas, de um momento para o outro, em Janeiro ou no início de fevereiro de 2012, aparece o senhor empresário da Douro Azul a dizer à comunicação social o seguinte: «Eu não quero mais nada com esta administração, porque esta administração não quer trabalho para aquela empresa e eu não quero mais nada com esses senhores, não quero mais nenhum negócio com eles, porque realmente têm lá trabalhadores muito qualificados, mas têm muita massa cinzenta». Estas foram as palavras do senhor.

Então, o que aconteceu foi isto: ele anuncia, durante o mês de fevereiro, que vai construir os navios na Navalria, em Aveiro — estamos a falar de fevereiro de 2012 — e, em março de 2012, a Navalria já está a cortar o aço, já está a cortar tudo.

Portanto, é mais uma novela que existiu em todo este processo, porque, como os senhores compreenderão, um projeto de construção naval ainda demora algum tempo a fazer, como a aquisição de materiais e outras coisas mais.

Penso que fui claro...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sim.

Queria voltar um pouco atrás, porque há uma questão que nos deixa um pouco intrigados. Falou aqui em 1,8 milhões de horas não trabalhadas, em que os trabalhadores estavam inteiramente disponíveis e interessados, obviamente, mais do que ninguém a trabalhar, mas a empresa estava praticamente parada. Imagino que os trabalhadores tenham permanentemente instado a administração quanto à necessidade de pôr a empresa a trabalhar.

Pergunto: quando os trabalhadores se dirigiam à administração a dizer «Por que é que não trabalhamos? Dêem-nos trabalho!», que

justificação a administração dava para a empresa estar parada?

O Sr. **Abel Viana**: — Deputado António Filipe, como, por certo, concordará, o grande problema dos Estaleiros nunca foi nem um problema estrutural, nem um problema de produtividade, nem uma questão de carga horária ou de carga em termos de trabalho. Esse nunca foi o problema. Aliás, eu só tenho oito anos de empresa e posso dizer que vi muita gente a trabalhar, mas a trabalhar como deve ser, a «dar no duro» e a ser mal paga, a ser explorada, a ser altamente explorada.

Em relação a essa questão — e peço desculpa por este pequeno desvio —, obviamente que nós, Comissão de Trabalhadores, em todas as reuniões ordinárias com o Conselho de Administração (e quero também aqui fazer referência ao facto de nem chegarmos a ter 25% das atas dessas mesmas reuniões porque nunca se chega a acordo em relação ao que é redigido, vá-se lá saber porquê...!?) —, reivindicámos o início da construção dos asfalteiros e, como lhe disse (mas é bom que se insista neste tema) foram sempre apresentados pretextos, ora era a questão da contratação pública, ora era a questão da privatização porque já não dava e o novo dono vem aí, ora era, depois, a questão da subconcessão e o papão da Comissão Europeia porque, diziam, «se metemos mais dinheiro, eles vão cair-nos ainda mais em cima»... Quer dizer...

Agora, tudo isso deixou de constituir um problema mas, por ironia e, ao mesmo tempo, com grande tristeza nossa, deparamo-nos com o cenário de vermos o aço, a matéria-prima chegar à empresa e os trabalhadores a sair.

Depois de três anos em que os trabalhadores estiveram quase que, vou dizer, sequestrados no seu posto de trabalho, em que, mesmo querendo trabalhar, não o podíamos fazer, engendrou-se o tal plano social (os

trabalhadores saem da empresa), mas a matéria-prima chega. Isto quando se andou três anos a reivindicar e a pedir a todos os santinhos (para quem é religioso) para que nos fosse dada essa oportunidade de voltar a trabalhar.

Penso que fomos bem claros na explanação.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Já agora, que opinião é que a Comissão de Trabalhadores deu ao facto de o Presidente do Conselho de Administração ter sido nomeado em *part-time*? Porque, como se sabe, acumulava funções nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e no Arsenal do Alfeite, que não são propriamente ao lado um do outro.

O Sr. **Abel Viana**: — Acho que, inevitável e indissociavelmente, temos de fazer uma leitura política disso mesmo.

O Sr. Jorge Camões, que lidera ainda a Comissão Liquidatária dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, não foi nomeado para ser o presidente dessa mesma Comissão por acaso. Não foi pelos lindos olhos dele que foi lá parar. Ele tinha uma missão, um trabalho a desenvolver e desenvolveu-o — há que lhe dar os parabéns!

Como o António Costa já referiu, a nós, até mais como trabalhadores e como cidadãos, parece-nos que o próximo alvo a abater será o Arsenal do Alfeite. E essa coincidência de ser o mesmo presidente das duas empresas terá uma intenção clara.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Quando era jovem, li o livro de banda desenhada chamado *O Enigma da Atlântida*. Nós, aqui, estamos confrontados com o enigma do *Atlântida*.

Gostaria que nos ajudassem, se possível, a decifrar o seguinte: tivemos aqui o Dr. Vicente Ferreira, que nos referiu que a EMPORDEF

tem pareceres jurídicos que defendiam o interesse da empresa contestando a solução a que se chegou. No entanto, os advogados da empresa chegaram a um acordo segundo o qual a empresa ficou com o *Atlântida* e ainda teve de pagar 40 milhões de euros. Do vosso ponto de vista, como é que se chegou a uma decisão destas?

O Sr. **Abel Viana**: — Do nosso ponto de vista, e como disse há bocado, temos também de assacar responsabilidades, e enormes, aos Governos anteriores, nomeadamente à governação Sócrates, aquilo que aconteceu em relação ao *Atlântida*.

Em relação a esse acordo em sede de tribunal arbitral, foi uma vergonha autêntica. É indiscutível que teve um peso tremendo no arruinar ainda mais a situação dos Estaleiros — acho que toda a gente concordará com esta nossa opinião —, mas também há aqui uma questão que não podemos deixar de referir: é que este Governo, que já está há mais de 1000 dias...

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — (*Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador*).

O Sr. **Abel Viana**: — É verdade! Isto é verdade! Porque este Governo, tanto quanto sei, foi eleito para governar, já o faz há mais de 1000 dias e, no entanto, durante esse tempo ainda não arranjou nenhuma solução para o *Atlântida*.

Quer dizer, se dizemos que aquilo foi mal feito, e muito mal, quando se tinha um Governo, no continente, do Partido Socialista e um Governo, na Região Autónoma dos Açores, também do Partido Socialista, quando havia uma ou duas empresas públicas envolvidas nessa mesma questão e o

desenlace foi o que foi (do nosso ponto de vista, configura gestão puramente danosa), também não podemos branquear a inércia, a inoperância deste Ministro e deste Governo. Acho que está à vista de toda a gente.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Estou quase a concluir as questões que queria colocar, ainda assim queria fazer uma pergunta relativa ao processo da concessão.

Já aqui nos referiram a renda, alguém fez as contas e significa 14 cêntimos por mês por metro quadrado, o que parece, de facto, ser um excelente negócio para o concessionário, que, ainda por cima, obteve a empresa livre de trabalhadores, que é uma coisa que não está ao alcance de toda a gente, porque, como disseram aqui, quando uma empresa é transferida, é inerente a essa transmissão as responsabilidades com os respetivos trabalhadores.

Temos ouvido muitas vozes dizerem que muito antes da decisão final já se tinha percebido que a concessão ia parar à Martifer. Pergunto: quando é que se soube que era a Martifer que ia obter a concessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo? Inclusivamente, existem deslocações da Martifer à Venezuela muito antes de isto estar decidido. Por isso é que faço a pergunta.

O Sr. **António Costa**: — É verdade! Exatamente!

O Sr. **Abel Viana**: — Confirmadas pelo Embaixador.

O Sr. **António Costa**: — Exatamente!

A Martifer, como o senhor compreenderá, é um grupo que tem

muitas áreas de negócio, não só a da metalomecânica. Provavelmente, tem lares de idosos, tem muitas áreas. Não sendo uma especialidade deles, metem-se no âmbito de muitas e variadas áreas de negócios. Tudo o que dê dinheiro, é óbvio que esses grupos têm a perceção e atacam.

Quero referir o seguinte: se a nossa empresa chegou a esta situação, não foi por acaso. Não foi por acaso e não foi uma situação dos últimos três, cinco ou sete anos, mas uma situação premeditada ao longo do tempo. Houve uma descapitalização humana e uma falta de investimento a nível tecnológico e a nível das infraestruturas e a nossa empresa não se adaptou e nunca foi confrontada com o mercado e com as variáveis da construção naval. Porque, estando no mercado com uma atividade muito volátil, a da construção naval, sabia-se efetivamente que a nossa empresa precisava de ser mais operacional para ser mais competitiva.

O que nos dizia a administração e o que ainda diz — provavelmente, também o disse aqui aos Srs. Deputados — é que temos um elevadíssimo preço por hora para a reparação e para a construção.

O Sr. **Abel Viana**: — Por acaso, trouxe o meu recibo de vencimento.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Um «balúrdio»!

O Sr. **António Costa**: — Bem, com a maioria dos trabalhadores a ganhar o que ganham, penso que há uma deturpação enorme e uma falta de seriedade das pessoas quando falam aos Srs. Deputados e à opinião pública das remunerações ou dos vencimentos que os trabalhadores têm.

Algumas pessoas que passaram por esta Casa e que falaram das remunerações dos trabalhadores dos Estaleiros deviam falar das remunerações que eles próprios auferem como administradores, muitas

vezes como consultores.

O Abel Viana não o disse, mas tem também de se dizer o seguinte relativamente ao Sr. Eng.º Jorge Camões, e digo-o muito sinceramente: o Sr. Eng.º Jorge Camões foi nomeado presidente dos Estaleiros de Viana do Castelo no dia 12 de agosto de 2011. Aquele senhor, quando chegou a Viana do Castelo, foi seção a seção falar com os trabalhadores e fê-los acreditar que estava ali para um projeto, para realmente implementar um projeto industrial, uma reestruturação bem conduzida naquela empresa e disse que o Ministro da Defesa lhe tinha dado autonomia para pôr aquela empresa a trabalhar como devia ser.

A bem dizer, não podemos dizer que o Sr. Presidente Jorge Camões é um administrador, ele é um consultor. Ele faz tudo, ele é capaz de vender um comboio elétrico, e digo-lhe isto com toda a honestidade. Ele é uma pessoa com uma bagagem fantástica. Ele consegue cansar os Srs. Deputados. Ele é capaz de estar aqui cinco e seis horas e cansar os Srs. Deputados, porque ele nunca se cansa, embora tenha 72 ou 73 anos. Ora, foi essa dinâmica que vimos naquele homem e por isso acreditámos que podia ser um empreendedor para a nossa empresa.

Um dia, viemos a Lisboa a uma reunião num gabinete e houve uma pessoa que nos perguntou: «Quem é o Presidente dos Estaleiros?» e nós respondemos: «É o Sr. Eng.º Jorge Camões». E ele disse: «Ó pá, vocês têm um agente liquidatário em Viana do Castelo. Aquilo é para liquidar...!».

Eu digo-lhe, muito honestamente, Sr. Deputado, eu, António Costa, Coordenador da Comissão de Trabalhadores, não acreditei naquilo, porque sempre olhei para o nosso Presidente e disse assim: «Eh pá, eu, com a sua idade e se tivesse a sua experiência de vida e a experiência de ter andado nas empresas onde andou, punha esta máquina a trabalhar, porque os trabalhadores punham aquela máquina a trabalhar também. E quem o

senhor vai ver ir trabalhar para a subconcessionária vão ser muitos trabalhadores da nossa empresa, que antigamente, pagos pela nossa empresa, pagos pelos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, não vestiam a camisola em prol daquela empresa.»... Porque as pessoas tinham responsabilidade — e isso não acontece muitas vezes no setor empresarial do Estado —, mas os administradores têm o dever de exigir a todos os trabalhadores que deem o máximo enquanto estão ao serviço da empresa, em prol da empresa. E para isso é preciso haver controlo, é preciso haver procedimentos de controlo que estejam inseridos na empresa, tem de haver.

Tem-se criado no nosso País a fama de que as empresas públicas são todas para acabar e toda a gente se aflige com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, porque, como eu disse ainda agora, eram uns sorvedouros de impostos dos portugueses. Mas ninguém fala do BPN! Ninguém fala dos milhões que se meteram no BPN! Ninguém fala no BPN! Ninguém fala dos milhões que agora deram de apoio à banca! Ninguém fala dos empréstimos! Ninguém fala dos empréstimos que o nosso Estado, ainda agora, deu ao Banif! Se não fosse o Estado português o Banif também tinha ido como o BPN, provavelmente!

Hoje, em dia, fala-se das empresas públicas, quer acabar-se com as empresas públicas e estamos a falar dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo que são uma «formiga»... É doloso ver que nós, portugueses, estamos a ser alvo de sacrifícios, de cortes, ao longo dos últimos anos e que aqui, em Portugal, há pessoas com muitas responsabilidades envolvidas em muitos negócios que enriqueceram com as traluhices e com as aldrabices que se fizeram neste País, quando o nosso País tinha um potencial para estarmos, hoje em dia, numa fase de crescimento muito grande.

Também é preciso que se diga — eu não percebo — por que é que esta gente não é penalizada, por que é que esta gente não vai para a cadeia.

É verdade que temos uns advogados e uns escritórios de advogados fantásticos. Não é por acaso que muitos escritórios de advogados portugueses este ano, pela primeira vez, receberam prémios europeus a nível da advocacia! Não é por acaso. É que nós, realmente, temos um potencial de escritórios de advogados que têm de ser internacionais!

Neste imbróglio do caso dos Açores e desta coisa toda, não percebo qual é a dificuldade, não percebo por que razão não se conseguiu resolver em quase três anos este impasse? Como é possível? Como é possível isto acontecer na justiça portuguesa? Será que a justiça portuguesa também vai ter de ser privatizada para haver mais produtividade?!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não dê ideias!

Risos.

Sr. Presidente, antes de terminar, queria pedir o seguinte: há pouco, para responderem a algumas perguntas, os senhores exibiram alguma documentação.

Da documentação que trouxeram convosco e que entendem que pode ser revelante para as conclusões e para a averiguação que temos de fazer no âmbito desta Comissão de Inquérito, pedia que a deixassem ao Sr. Presidente para depois poder ser distribuída pelos grupos parlamentares.

O Sr. **Presidente** (Abel Baptista): — Pergunto à Sr.^a Deputada Mariana Aiveca se concluiu as suas perguntas ou se pretende ainda usar da palavra uma vez que ainda tem tempo.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Não, Sr. Presidente, agora perdeu-

se o ritmo.

Para além disso, algumas das perguntas que eu também tinha em carteira foram sendo respondidas e, portanto, não pretendo acrescentar mais nada.

O Sr. **Presidente** (Abel Baptista): — Muito bem.

Tem, então, a palavra a Sr.^a Deputada Odete Silva, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.^a **Odete Silva** (PSD): — Sr. Presidente, muito obrigada.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Coordenador da Comissão de Trabalhadores, Sr. António Costa, e o Sr. Abel Duarte Viana.

Tenho uma questão prévia que gostaria que, se possível, nos esclarecessem: considerando que, em novembro de 2013, a Comissão de Trabalhadores, quando reuniu com o Sr. Ministro a fim de negociar o plano social, se recusou; considerando que, em janeiro de 2014, realizou-se um plenário de trabalhadores onde cerca de 600 trabalhadores deram mandato ao Sindicato para negociar o plano social em grupo, gostaria que, enquanto membros da Comissão de Trabalhadores, comentassem esta atitude dos vossos colegas trabalhadores e dos membros da União de Sindicatos.

O Sr. **Abel Viana**: — Sr.^a Deputada, se me permite e com todo o respeito, as considerações ou as declarações que teceu não correspondem à verdade.

Esta Comissão de Trabalhadores nunca se negou — e o Sr. Ministro que nos desminta se achar prudente — a negociar o que quer que fosse com o Ministério da Defesa. Sabe porquê? Porque o Ministério da Defesa nunca abordou a Comissão de Trabalhadores sobre uma possível, uma hipotética

negociação. Esta é que é a verdade!

Para além disso — e sei que dá jeito aos partidos que sustentam o Governo incidir sobre a situação que terá corrido menos bem entre a Comissão de Trabalhadores e o movimento sindical, e isso é um facto e temos de o assumir —, Sr.^a Deputada, com todo o respeito e com toda a humildade, quero também corrigi-la num termo que utilizou. É que nem a União de Sindicatos de Viana do Castelo foi mandatada para o que quer que fosse, nem sequer o Sindicato dos Metalúrgicos. Aquilo que os trabalhadores avalizaram, nomeadamente eu, posso dizer-lhe, porque também eu votei a favor daquilo que foi proposto pelo meu sindicato, do qual tenho muito orgulho em pertencer, que é o Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Viana do Castelo, que tem uma história que vos convido a tentar perceber e conhecer, aquilo que ficou acertado nesse plenário do dia 27 de janeiro de 2014 foi realizar uma reunião com o Sr. Ministro da Defesa para lhe perguntar quais seriam as suas intenções no que diz respeito aos trabalhadores que ainda não tinham acedido ao tal famigerado e famoso plano social. Só isso! A direção do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Viana do Castelo foi mandatada unicamente para isso!

Vou procurar a moção desse dia, que, por acaso, trouxe, e, se quiserem, um de nós poderá lê-la ou, então, fazê-la chegar aos Srs. Deputados.

A Sr.^a **Odete Silva** (PSD): — Se conseguisse encontrar o documento...

O Sr. **Abel Viana**: — Estou a procurá-lo.

A Sr.^a **Odete Silva** (PSD): — Sim, temos o resto da reunião...

Um dos documentos que foi distribuído pelos representantes da União de Sindicatos quando cá estiveram a ser ouvidos foi a informação que eles fizeram ao pessoal onde frisam que, na sequência de um plenário de trabalhadores no dia 27 de janeiro de 2014, após aprovação da moção...Efetivamente, aqui só fala do ponto 6, mas, volto a referir, se tiver aí o documento, teremos oportunidade de ver todos os pontos...

Mas, claramente, a audição que aqui fizemos à União de Sindicatos e a forma como eles aqui prestaram declarações foi claramente no sentido de que representavam os trabalhadores. Aliás, quando questionados pelos diversos grupos parlamentares disseram: que respeitaram todas as opiniões dos trabalhadores; que a decisão dos trabalhadores em plenário foi soberana; que se tivessem, hoje, de tomar a decisão tomá-la-iam da mesma maneira; que, nos contactos com o Ministério, houve a preocupação até de, ao abrigo da negociação do plano social, fazerem algumas sugestões, em casos como os dos trabalhadores com filhos deficientes, em casos em que os dois membros do casal passariam a uma situação de desemprego, em casos em que os trabalhadores mais jovens que já não iriam beneficiar do Fundo de Pensões.

Mais, no seguimento deste plenário de trabalhadores de 27 de janeiro de 2014, quando reuniram com a subconcessionária, destacam o seguinte: «Esta já está a recrutar ex-trabalhadores dos Estaleiros para iniciar a laboração em Viana do Castelo; prevê-se, a curto prazo, iniciar a construção dos navios asfalteiros para a Venezuela; vai abrir instalações em Viana do Castelo para proceder ao recrutamento de ex-trabalhadores dos Estaleiros;...» — aliás, ao dia de hoje parece que isso já é uma realidade! — «... pretende efetuar um plano de investimentos na empresa na ordem dos 12 milhões de euros e comprometeu-se que os trabalhadores a recrutar para a sua empresa seriam prioritariamente ex-trabalhadores dos Estaleiros;

garantiu que os salários serão iguais ou superiores aos praticados nos Estaleiros.»

Portanto, isto foi-nos aqui dito pelos representantes da União de Sindicatos e, por isso, volto a colocar a minha questão inicial: perante esta atitude e este comportamento por parte dos trabalhadores em mandar a União de Sindicatos, não deveria, de alguma forma, ter sido a Comissão de Trabalhadores a desenvolver todos estes procedimentos?

O Sr. **António Costa**: — Sr.^a Deputada, muito obrigada pela questão que está a colocar, que é bastante pertinente.

A Sr.^a Deputada está a falar de duas pessoas que tiveram uma atitude e um comportamento deplorável e eu gostava que a Sr.^a Deputada se colocasse na posição da Comissão de Trabalhadores e isso não é muito difícil.

A Comissão de Trabalhadores participou numa reunião no dia 23 — uma reunião de órgãos representativos dos trabalhadores —, uma quinta-feira, nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, onde informámos esses senhores, um com 47 anos de empresa e outro com 43 anos de empresa, que íamos para Bruxelas no dia 28, que a administração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo ia para a Venezuela e que, no nosso entendimento — e estamos numa democracia e a Comissão de Trabalhadores tem sete elementos, há delegados sindicais e há dirigentes sindicais com responsabilidades que também representam os trabalhadores —, o plenário que estava previsto ser realizado no dia 27 poderia ser alterado para uma data *a posteriori*, quando a administração regressasse da Venezuela com as conclusões do trabalho que tinha lá desenvolvido e também quando a Comissão de Trabalhadores regressasse de Bruxelas.

Ora, perante a solicitação de um delegado sindical, que também

pediu para alterar a data do plenário, estes senhores disseram que tinham tido uma reunião na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Viana do Castelo onde ficou determinado, na direção, que, impreterivelmente, o plenário tinha de ser no dia 27. Impreterivelmente, Sr.^a Deputada!

Agora, vou colocar-lhe a seguinte situação e peço-lhe que a analise com bom senso, deixando de fora a questão dos partidos. A senhora, como cidadã normal, pense no seguinte: então, no dia 27 faz-se um plenário geral com a Comissão de Trabalhadores a ir para Bruxelas no dia 28 trabalhar para que fosse posta a nu a mentira do Sr. Ministro da Defesa, que andou a inflamar o nosso País e a dizer que a nossa empresa teria de ser subconcessionada ou encerrada porque, no âmbito de uma investigação, teríamos de devolver ao Estado português 181 milhões de euros?

E nós fomos, a convite dos Eurodeputados... Nós tínhamos pedido, há um ano, ao Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Viana do Castelo que suportasse os custos da viagem de dois elementos da Comissão de Trabalhadores para estes terem uma reunião no Gabinete do Sr. Comissário Almunia, em maio, do que também demos conhecimento ao Sr. Deputado Eduardo Teixeira, e ele próprio, na altura, disse: «Então, a administração não financia a vossa ida a Bruxelas porquê? Mas ela tinha que financiar.» E nós colocámos este problema à administração.

Só que o Sr. Coordenador do Sindicato disse à Comissão de Trabalhadores que, para ir a Bruxelas, ele teria de fazer parte da comitiva porque teria de ir um dirigente sindical naquela comitiva. E eu disse-lhe o seguinte: «Desculpe, mas nós temos, na Comissão de Trabalhadores, um elemento, o Luís Morais, que é da Comissão de Trabalhadores e também é dirigente sindical. Pode ser ele a acompanhar.», ao que ele disse: «Não, tenho de ser eu!»

Ora, a Comissão de Trabalhadores aqui tem um papel preponderante no sentido de zelar pelos interesses da empresa e dos trabalhadores e, se fomos para lá no dia 28...

Sr.^a Deputada, tivemos a sorte de saber que o Sr. Presidente da Comissão Europeia estaria na apresentação de um livro do Abel Salazar, na Embaixada, em Bruxelas, e fomos, então, a essa Embaixada, onde, realmente, tivemos a sorte de ser recebidos pelo Sr. Presidente da Comissão Europeia, que nos disse o que disse, falou do trabalho que foi feito e desenvolvido em termos dos Estaleiros Navais a nível europeu e da recuperação daquilo que foi feito em termos dos Estaleiros Navais a nível europeu.

E, muito sinceramente lhe digo, sabe como é que nós e os Eurodeputados soubemos da reunião com o Sr. Ministro da Defesa? Soubemos pela comunicação social, na manhã do dia 29, porque a RTP, a SIC e a TVI telefonaram para o Coordenador da Comissão de Trabalhadores a perguntar se, à noite, íamos estar em reunião com o Sr. Ministro da Defesa, José Pedro Aguiar Branco. Esta é a verdade nua e crua! E eu disse assim: «Não, não tenho conhecimento», ao que nos foi dito: «Mas vai haver uma reunião logo, em Lisboa, com o Sr. Ministro da Defesa».

Como o meu colega já disse — e está aqui a moção que diz que esses contactos iriam ser feitos... Por uma questão de estarmos a falar de duas pessoas, uma com 62 anos de idade e 43 anos de empresa e a outra a caminho dos 58 anos de idade e com 47 anos de empresa, embora um, que é o Coordenador da União dos Sindicatos, já não esteja na empresa há 25 anos, mas recebeu a indemnização como se lá estivesse todos os dias, porque é trabalhador dos Estaleiros, mas já não está lá há 25 anos — isto para que compreenda a situação e para sermos sérios e coerentes... E esta

gente leva um balúrdio, porque nunca trabalhou naquela empresa, não sabe o que é estar naquela empresa, naquele sufoco!

Mas o que não é normal e custa-me a aceitar — e, muito honestamente, digo-lhe isto com toda a mágoa, até hoje ainda não «engoli» isto, nem vou «engolir» — é que, no dia 1 de fevereiro, o Coordenador da União dos Sindicatos de Viana do Castelo e a União dos Sindicatos de Viana do Castelo tenham feito uma ação de luta (que a CGTP, a nível nacional, fez em todos os distritos), a correr com o vosso Governo, a correr com o Governo de Portugal, a correr com os ministros, porque estavam a roubar isto e aquilo, e o mesmo Coordenador da União dos Sindicatos, às 7 horas e 30 minutos ou às 8 horas da noite, tenha ido ao Porto reunir com o Sr. Ministro. Quer dizer, a mesma pessoa que, de manhã, diz que este Governo é uma cambada disto, uma cambada daquilo, que tem tirado isto e tem tirado aquilo, à noite vai reunir-se com o Sr. Ministro da Defesa!

Mas houve aqui uma pessoa — digo-o muito honestamente — muito hábil, que foi o Sr. Ministro da Defesa. Vou dizer-lhe com toda a sinceridade que nem sei se o Ministro da Defesa se lesionou. Não sei se ele joga futebol, se corre ou não ou se, realmente, se lesionou no perónio, mas ele estava sob uma carga naquelas semanas tanto a nível da nomeação, que deu polémica com o Sr. Presidente da República, lá das Forças Armadas e com o CEMA (Chefe do Estado-Maior da Armada) e, então, o Sr. Ministro disse assim: «Ó pá, aqueles homens anunciaram. Tu convida-os já para virem tomar um café!».

Digo-lhe muito honestamente: então, não poderiam esperar que a Comissão de Trabalhadores viesse de Bruxelas e que a administração dos Estaleiros regressasse da Venezuela para a Comissão de Trabalhadores e o Sindicato, em conjunto, se fosse o caso, encetarem esses contactos? Que nem passa pelo Sindicato, nem passava!

Srs. Deputados, viemos a Lisboa pedir trabalho. Nós viemos a Lisboa pedir trabalho! Se quiséssemos indemnizações já tínhamos ido embora há um ano ou mais! Se quiséssemos indemnizações, quando reunimos a primeira vez com o Sr. Ministro da Defesa, tínhamos dito: «Ó Sr. Ministro, não vale a pena. Não se chateie. Queremos é que o senhor nos dê guilho, queremos é que o senhor nos dê o dinheiro que nós vamos embora, abandonamos aquilo». Mas não, Sr.^a Deputada! Que fique muito claro que sempre viemos dizer ao Sr. Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho e ao Sr. Ministro da Defesa Nacional, que queríamos trabalho. Nós queríamos trabalho!

Mas há uma coisa: aqueles dois senhores queriam era ir embora e queriam receber a indemnização. No entanto, não tinham o direito de colocar os trabalhadores no buraco em que colocaram, porque os trabalhadores tiveram de aceder, por medo, àquele plano. A Sr.^a Deputada repare no que está a passar-se na RTP e veja bem as compensações que são dadas numa empresa pública e o que foi dado aos trabalhadores dos Estaleiros. Portanto, isto é deplorável.

Digo-lhe, muito honestamente: é lamentável que, no futuro... Se esses dois senhores que estiveram aqui à vossa frente a dar esses esclarecimentos tivessem dignidade, ética e seriedade como sindicalistas, tendo em conta o ato que eles cometeram, chegavam a Viana do Castelo e colocavam o lugar à disposição, porque o Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Viana não precisa desta gente. Nem o Sr. Ministro da Defesa nem os outros ministros precisam de pessoas assim. Nós precisamos de muitas empresas, de boas empresas, mas precisamos de gente boa a gerir as empresas públicas, sejam hospitais, sejam caminhos de ferro, seja TAP, seja o que for. Precisamos é de bons gestores.

Tem de se pagar bem aos gestores? Pague-se bem aos gestores, mas

as empresas têm de ser bem geridas.

Foi para isso que sempre lutámos até à última hora. Nunca questionámos as remunerações da nossa administração, desde que ela pusesse aquela máquina a trabalhar. E foi pena eles não terem feito isso. É essa a mágoa que eles um dia vão deixar aos Estaleiros: de não terem posto aquela máquina a trabalhar.

A Sr.^a **Odete Silva** (PSD): — Teceu comentários como «o Sr. Ministro é muito hábil». Com o devido respeito, desculpe que lhe diga, estamos a falar de plenários com cerca de 600 trabalhadores. Portanto, faz acusações ao Sr. Ministro, faz acusações a duas pessoas que representam a União dos Sindicatos. Custa-me um bocado a crer que 600 trabalhadores num plenário se deixem instrumentalizar. Mas claramente respondeu àquilo que eu pretendia.

Gostaria, agora, de entrar na parte do plano de reestruturação de 2011. Também já comentaram este plano e afirmaram que o despedimento ocorreria ao longo de três anos. O estudo da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, que está aqui, menciona «redução da estrutura interna fixa de pessoal em mais de 50%, gradualmente, durante 2011». Portanto, se é «durante 2011» não é gradualmente ao longo de três anos, como afirmaram.

De qualquer forma, gostaria também que comentassem o seguinte: com uma redução de 50% da estrutura interna fixa do pessoal, no vosso entender, qual era a viabilidade de se manter a construção nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo?

O Sr. **António Costa**: — Sr.^a Deputada, em primeiro lugar, não quero que me interprete mal quando digo que o Sr. Ministro é hábil. Digo

que o Sr. Ministro é hábil porque ele é um jurista e uma pessoa com muita reputação no nosso País. Quando o Sr. Ministro ouve alguém, na comunicação social, neste caso o Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Viana do Castelo, sabendo o Sr. Ministro, de antemão, que a Comissão de Trabalhadores vai para Bruxelas no dia 28... Se o Sr. Ministro em sua casa, no dia 27, ouve, comodamente, que o Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Viana do Castelo pretende fazer o pedido de uma audiência, é óbvio — e por isso eu disse que o Sr. Ministro é hábil — que o Sr. Ministro chamou logo por eles. Sabe porquê? Porque no dia 27, ao fim da tarde, no final do plenário em Viana do Castelo, o pedido foi anunciado; no dia 28, o Gabinete do Sr. Ministro, entrou em contacto, parece, para marcar para o dia seguinte. Portanto, isto é de uma rapidez enorme! A Sr. Deputada acha isto normal?! A Sr.^a Deputada acha normal — é só para clarificar esta situação.

Quanto à afirmação da Sr.^a Deputada no sentido de dizer que a reestruturação seria efetuada no período de 2011...

A Sr.^a **Odete Silva** (PSD): — Desculpe...

Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. **Presidente** (Abel Baptista): — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Odete Silva** (PSD): — É só para retificar: não sou eu que acho. Este documento é um plano da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

O Sr. **António Costa**: — Sr.^a Deputada, eu digo-lhe apenas o seguinte: relativamente a essa questão que foca no despacho, e ainda bem que a foca, a informação que estou a dar, a dos três anos, foi a que ouvi —

e não sei se o Deputado Eduardo Teixeira estava nessa reunião da Assembleia Municipal da Câmara de Viana do Castelo — de um membro da Comissão de Trabalhadores que esteve aqui e que faz parte do Sindicato e também da Assembleia Municipal da Câmara de Viana do Castelo, que disse lá que isso era para fazer em três anos. Porque nós, trabalhadores, nunca tínhamos ouvido isso! Fiquei até estupefacto quando ouvi o senhor falar daquela forma na Assembleia Municipal. Eu e outros colegas! Porquê? Porque nós, se tivéssemos um plano onde fosse dito que era para ser realizado em três anos, teríamos de discutir esse plano. O que nós atingimos foi que 600 trabalhadores, ou 595, acederam a um plano e o Sr. Ministro pretende extinguir e encerrar a nossa empresa. Será que isso é estratégico para o nosso País, pergunto eu? Será que é estratégico para o nosso País extinguir e acabar desta forma com uma empresa?

Portanto, Sr.^a Deputada, quando referi isso, invoquei o que realmente foi dito, e nós acreditámos na comissão de trabalhadores anterior.

A Sr.^a **Odete Silva** (PSD): — Eu li o que está no plano, mas coloquei-lhe uma questão à qual não me respondeu.

Gostaria que me dissessem se, na vossa opinião e enquanto Comissão de Trabalhadores, com uma redução de estrutura interna fixa de pessoal em mais de 50%, era possível continuar a atividade naval dos Estaleiros.

O Sr. **António Costa**: — A senhora fala em redução de 50%. Quando se faz uma reestruturação, não se faz em «cima do joelho», não vamos pegar em 50% dos trabalhadores a eito e mandá-los para a rua. Se me permite, tem de ser um reestruturação bem conduzida e por setores.

Uma reestruturação pode ser também aproveitada com o

rejuvenescimento da empresa. O *know-how* é muito importante, a passagem de conhecimento é importantíssima, até porque, como a senhora sabe, o Governo apoia as novas contratações, o Governo apoia as empresas que vão contratar pessoas que estão no Fundo de Desemprego, o Governo apoia toda a gente.

Portanto, quando falamos na redução de 50%, não podemos colocar a situação nesse ponto. Porquê? É óbvio que se a senhora é uma gestora que pretende fazer uma redução de 50% da sua estrutura de pessoal, vai ter de subcontratar muito mais trabalho. É óbvio que a empresa até pode continuar com um ou dois trabalhadores — subcontrata o trabalho todo, é óbvio que sim. Mas a senhora acha que isso cria riqueza para a cidade?

Imagine que a gestão da EMPORDEF fica agora com o contrato dos navios asfalteiros e que vamos subcontratar trabalho a Espanha. Será que esse dinheiro vai ser investido na zona de Viana do Castelo na compra de roupa, de calçado, de tudo? Será que esse dinheiro vai movimentar a economia da nossa cidade? Não vai!

Portanto, quando falamos numa reestruturação é para que a empresa realmente continue a laborar, mas sendo eficiente nos seus procedimentos. Isso é possível!

O que quero dizer é que, se houver uma redução, em 50%, do número de trabalhadores e ficar com 300 trabalhadores, se a senhora quiser rentabilizar aquela empresa até pode arranjar trabalho, de forma a ter lá 2000 trabalhadores, só que vai ter 1000 e tal trabalhadores subcontratados. Esse é o grande problema!

Depois, o cerne da questão é dar prioridade às pessoas da zona de Viana do Castelo. É que, se a Sr.^a Deputada passar atualmente pelas ruas de Viana do Castelo — não sei se conhece Viana do Castelo, mas o Sr. Deputado sabe perfeitamente do que é que estou a falar —, verá que muitos

estabelecimentos, muitos negócios encerraram, porque, infelizmente, os Estaleiros estão na dimensão em que estão e atingiram a situação que atingiram. Seja pronto-a-vestir, sejam restaurantes, seja o que for, as mais diversificadas atividades foram atingidas pela situação dos Estaleiros.

O Sr. **Abel Viana**: — Sr.^a Deputada, sem prejuízo daquilo que o meu companheiro acabou de dizer, e que foi bastante pertinente e interessante, reparei que os Srs. Deputados estavam um bocado empertigados em relação à não-resposta ou à resposta que estava a ser dada.

Como devem calcular, um órgão representativo dos trabalhadores, que valoriza o operariado, nunca poderia concordar com um plano desses. Se me permite, acho que é quase uma pergunta retórica!... Faz parte da génese daquilo que é um órgão representativo dos trabalhadores, funcionando bem, não concordar com um plano desses, como é óbvio! Agora, um estaleiro naval até pode funcionar com 10 trabalhadores, como aqui foi dito.

O Sr. **Presidente** (Abel Baptista): — Voltava a chamar a atenção para um aspeto que a Sr.^a Presidente já referiu há pouco.

Os Srs. Deputados estão aqui para fazer perguntas e os Srs. Membros da Comissão de Trabalhadores para responder. Obviamente, os Srs. Deputados têm de trocar impressões entre si e estão legitimamente a fazê-lo. Não há, portanto, nenhuma crítica a fazer em relação isso, como me pareceu ter sido referenciado.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete Silva.

A Sr.^a **Odete Silva** (PSD): — Não é uma questão de desculpa, até porque, pelos vistos, com a segunda intervenção, e de uma forma muito

direta e muito curta, respondeu àquilo que perguntei. Aliás, em relação a perguntas que eu possa fazer, até podem pura e simplesmente dizer: não respondo. É legítimo!

Outro dos assuntos que gostaria de focar é o do navio *Atlântida*, também já aqui abordado. Sobre este tema já ouvimos, em sede de audição nesta Comissão, expressões como estas: «foi a ‘machadada’ final nos Estaleiros» ou «foi a certidão de óbito dos Estaleiros». Enquanto representantes da Comissão de Trabalhadores, concordam com estas afirmações?

O Sr. **António Costa**: — Como já referimos aqui, a situação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo vinha-se degradando económico-financeiramente já há alguns anos.

Quando se refere a situação criada, em 2009, pela recusa do navio *Atlântida*, não estamos a falar só do navio *Atlântida*, estamos a falar de um volume de negócios que não concretizámos com os Açores no valor de 72 milhões de euros. É óbvio que, se os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, que estavam ali para fazer negócio, não fazem o negócio, ainda ficam com o navio e têm de devolver o dinheiro, isso contribui de uma forma muito significativa para se entrar numa situação económico-financeira muito difícil, mesmo calamitosa. Não vamos dizer que não! Contudo, há aqui uma questão fundamental, e digo-lhe, muito honestamente, que ainda hoje não consigo perceber isto. Não acredito que um investidor privado fosse devolver os 30 e tal milhões de euros assim, «na boa»!... Diria: então, este processo vai para tribunal! Siga as vias judiciais, demora quatro ou cinco anos e, depois, resolve-se!... Entrar em acordo, na altura, digo-lhe sinceramente, foi uma falta de profissionalismo como gestor. Eu, como gestor, se me obrigassem a assumir aquele

compromisso, só fazia uma coisa: punha o meu lugar à disposição, porque eu não assumia aquilo!

Volto a referir, e quem quiser poderá visitar o navio *Atlântida*, que é um navio com altos parâmetros de qualidade que está no Arsenal do Alfeite.

A Sr.^a **Odete Silva** (PSD): — Há pouco também foi dito que este Governo já estava em funções há mais de 1000 dias e nada tinha feito sobre o tema. Por acaso, na sequência da participação que foi feita à Procuradoria-Geral da República sobre este assunto, ainda há bocado vi que é hoje noticiado na comunicação social que foi enviada uma participação ao Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), a fim de o assunto ser investigado.

Outro assunto que gostaria de abordar tem a ver com a instabilidade dos conselhos de administração, de que, aliás, os senhores também já falaram.

Já a auditoria da Inspeção-Geral de Finanças de 2009 referia que havia problemas da empresa com a permanente instabilidade do seu conselho de administração. Em seis anos, existiram 10 composições diferentes, ou seja, mudanças praticamente semestrais. Que avaliação fazem quanto a esta mudança constante dos conselhos de administração?

O Sr. **António Costa**: — Como compreenderá, não podemos estar de acordo com esse procedimento, de maneira alguma, porque é nosso entendimento que uma administração, vá ela para que empresa pública for, deve ficar em funções quatro ou cinco anos. Penso que qualquer administrador que vá para uma empresa pública deve ter um projeto e deve iniciar e acabar esse projeto ou, então, deixá-lo no bom caminho, e deve ser

avaliado por isso.

Penso que essa alternância constante das administrações dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, como é óbvio, não levou a nossa empresa a bom porto. Mesmo estando todos os dias na empresa, numa empresa daquelas é preciso trabalhar, começar de manhã e sair à noite, e conhecê-la bem.

Temos de sair da nossa zona de conforto para conhecer bem as empresas e para conhecer o nosso País, porque, muitas vezes, tomamos algumas decisões sem conhecer concretamente o nosso País e as nossas empresas.

Quando, às vezes, pedíamos ao Sr. Ministro da Defesa para ir a Viana do Castelo, ele dizia que não queria fazer populismo ao nível da política. Não era isso que lhe pedíamos, fazíamos-lhe esse pedido para ele ter a noção e a perceção real da área que estava a subconcessionar ou que queria reprivatizar, das infraestruturas, das docas e do capital humano qualificado e certificado que lá tinha. E temos a prova disso, porque, quando colegas nossos vieram trabalhar para o Arsenal do Alfeite, todos os responsáveis do Arsenal do Alfeite, incluindo o nosso presidente, Jorge Camões, ficaram bastante orgulhosos com a prestação que os trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, que se deslocaram para Lisboa, fizeram em prol do Arsenal do Alfeite.

Portanto, respondendo muito concreta e objetivamente à pergunta que nos fez, é óbvio que a Comissão de Trabalhadores jamais, alguma vez, poderia estar de acordo com isso, e as várias comissões de trabalhadores denunciaram, na altura própria, que essa alternância constante das administrações jamais poderia levar a empresa a bom porto.

A Sr.^a **Odete Silva** (PSD): — Referiu aqui que o Sr. Ministro não foi

aos Estaleiros, mas, com certeza, terá oportunidade de confirmar que o Sr. Secretário de Estado esteve lá, inclusive na vossa tomada de posse.

O Sr. **Abel Viana**: — 5 minutos!

A Sr.^a **Odete Silva** (PSD): — Uma última questão.

Há bocado falaram na subconcessão dos terrenos. Durante a audição do Sr. Ministro, ele disse-nos aqui que o preço/m² foi fixado em mercado livre e pela oferta mais vantajosa. Ainda assim, esta concessionária vai pagar mais do que os próprios Estaleiros pagavam ou que, aliás, não pagavam... Portanto, penso que faz sentido alertar aqui para esta questão, ainda mais quando, há bocado, afirmaram, por exemplo, que, de acordo com o plano de reestruturação de 2011, a redução do pessoal iria ser feita ao longo de três anos, porque vos tinha chegado essa informação, e acabámos por verificar que a informação não era correta.

Assim sendo, acho que também é importante sublinhar aqui, no que respeita à afirmação que fizeram, que a subconcessionária dos terrenos vai pagar mais do que aquilo que era pago anteriormente.

Muito obrigada pela vossa participação.

O Sr. **Abel Viana**: — Sr.^a Deputada, compreendemos isso, mas vai levar-nos para questões de âmbito ideológico, desculpe que lhe diga!...

Sei que os Srs. Deputados não consideram essas diferenças, mas, pessoalmente, e falando também em nome do órgão que represento, penso que há diferenças entre uma relação estabelecida entre dois organismos públicos e uma relação estabelecida entre um organismo público e um privado. Eu faço essa distinção! Sei que vocês não fazem... Com base naquilo que acabei de ouvir, só posso fazer esta leitura, mas oxalá eu esteja

errado.

Sr.^a Deputada, para esclarecer a questão que levantou sobre o que dissemos em relação à renda a pagar, nós sabemos que o valor da renda é superior àquele que os Estaleiros estavam obrigados a pagar e que não pagavam. Nós sabemos isso tudo, há muito tempo, infelizmente!... Quisemos alertar para uma situação que nos parece gravosa: havendo num ano, por exemplo, 12 ou 20 reparações, que não é muito — é normal uma empresa de construção e reparação naval fazer 20 reparações num ano —, a Martifer, fazendo isso, paga a renda, na íntegra, até 2031.

Como deve calcular, com toda a humildade e com todo o respeito, somos do setor naval e não temos necessidade de vir à Assembleia da República mentir ou intoxicar a opinião pública. Aquilo que estamos a dizer-lhe é aquilo que é! Até a convido a comprovar isso através de outros meios, porque é a realidade e a verdade.

O Sr. **Presidente** (Abel Baptista): — Uma vez que a Sr.^a Deputada Odete Silva já terminou de colocar as suas perguntas, passamos, agora, ao Sr. Deputado Jorge Fão, do Partido Socialista.

Faça favor de iniciar as suas questões, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Sr. Presidente, antes de mais, quero cumprimentá-lo, bem como aos dois membros da Comissão de Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo aqui presentes.

Já vamos com cerca de cinco horas de reunião, cinco horas que, permitam-me dizer, foram um momento de grande importância para confirmação de algumas interrogações que, porventura, ainda existissem em alguns de nós, mas, sobretudo, para o conhecimento de pormenor da história dos últimos tempos dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo,

essencialmente no que se refere à passagem deste Governo, com a responsabilidade deste Ministro, na gestão daquela empresa.

Nós, e eu particularmente, por força das minhas obrigações políticas — não faço mais do que isso —, enquanto Deputado eleito pelo círculo de Viana do Castelo, temos acompanhado com pormenor este processo. E se, porventura, aqui ou acolá alguma interrogação se me colocou ou se nos colocou, enquanto partido, quanto a uma evidente intenção deste Governo, desde o início, de desmantelar e encerrar aquela organização, esta audição é a prova de que neste momento nenhuma interrogação tenho sobre aquilo que foi, realmente, uma estratégia premeditada, decidida em julho de 2011. Aliás, eu dizia, outro dia, que, em julho de 2011, quando se suspendeu a proposta do plano de reestruturação, deu-se, efetivamente, a «machadada» final nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, porque ali foi feita a opção, ali foi erradamente construído o pensamento e tomada a decisão. Ao fim e ao cabo, foram 33 meses de ziguezagues, de disfarces, de jogos, no sentido de justificar aquilo que, honra seja feita, o Ministro afirmou, quando assinou o contrato de subconcessão. Foi uma opção ideológica e, portanto, um caminho decidido no plano do pensamento político deste Governo e da sua estratégia.

Quero dizer, com toda a sinceridade, e penso que é de justiça, ao Sr. António Costa e ao Sr. Abel Viana, que merecem, da minha parte e da parte do Partido Socialista, um elogio pela vossa postura, pelo comportamento que tiveram ao longo deste tempo, pela coerência que demonstraram e, sobretudo, pela dignidade com que sempre pautaram a vossa intervenção na defesa daquela empresa. Acho que isto, mais uma vez, ficou claro na audição que tivemos e julgo que todos os grupos parlamentares ficaram a conhecer melhor os representantes dos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Não podia deixar de fazer este registo, no sentido de que a forma como se bateram na defesa da vossa empresa, na defesa dos postos de trabalho, na defesa daquilo que entendem ser os interesses da região e daqueles que lá trabalhavam é e deve ser, para nós, motivo de elogio e de realce.

Esta empresa tem 70 anos de existência. Agora já não tem, porque, enfim, praticamente, de facto, já não existe. De direito, ainda existe, mas, de facto, já não existe.

Quando se diz que a empresa tinha dificuldades em termos financeiros, em termos organizacionais, em afirmar-se na concorrência que tinha com outros estaleiros, até parece que é uma coisa nova que aconteceu nestes últimos anos aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Não! A história dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo foi sempre marcada por estas dificuldades, porque são características próprias de quem trabalha na área da construção naval. E só quem não conhece a área da construção naval e o mercado da construção naval é que pode não achar isto natural.

Recorde-se por que é que a empresa foi nacionalizada em 1984. Para além da dinâmica política, foi porque a empresa, que era privada, tinha problemas seríssimos, em termos de estabilidade financeira, e não aguentava o seu funcionamento. E o apelo à nacionalização foi, entre outras coisas, exatamente para, nessa altura, encontrar uma solução para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Frisemos que foram 40 anos pós-25 de Abril, ou seja, de empresa nacionalizada, em que as várias forças políticas, os vários decisores políticos, sabendo e vivendo as dificuldades de equilíbrio financeiro, mantiveram sempre aquela empresa; o CDS, através do Ministro Paulo Portas, manteve a empresa, encontrou uma solução para ela, esforçou-se por mantê-la. Portanto, claramente, o que acontece é que este Governo

decidiu desfazer-se daquela organização e esta é que é a verdadeira realidade que, efetivamente, esta audiência mais uma vez nos vem provar.

Na última década — é preciso assumir —, agravaram-se estes problemas, por razões de variadíssima ordem, nomeadamente a negligência de algumas administrações, mas, enfim, problemas variados. Mais uma vez, a reação que houve, por parte de decisores políticos anteriores àqueles que respondem por este Governo, foi a de tentar encontrar uma saída através da reestruturação da empresa e, por isso, apresentaram um plano. Esse plano ou, melhor, essa opção podia ter sido pelo encerramento, já na altura, podia ter sido por não fazer nada na empresa e deixá-la cair, pura e simplesmente, por incapacidade de sobrevivência, mas não, o que se fez foi lutar pela sua manutenção, como opção ideológica, no sentido da manutenção de uma empresa com presença de investimento público.

O que aconteceu foi que este Governo — primeira comprovação —, quando chegou, suspendeu aquele plano, com um conjunto de argumentos que gostava que os senhores aqui nos confirmassem, porque convém recordar a história e a memória.

Gostava que os senhores me dissessem o que é que disse o Ministro Aguiar Branco, em 2011, aos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo sobre a razão por que suspendia aquele plano de reestruturação, no que diz respeito à redução dos postos de trabalho e à continuidade da empresa. Esta é a minha primeira pergunta.

O Sr. **Presidente** (Abel Baptista): — O Sr. Deputado terminou? É que só tem 5 minutos.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — É a minha primeira pergunta.

O Sr. **Presidente** (Abel Baptista): — É que só tem 5 minutos.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — O problema da gestão do tempo é meu, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Abel Baptista): — Com certeza, estou só a dar-lhe nota.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — O senhor tem sempre muita preocupação com os meus tempos, quando preside aos trabalhos, mas não se preocupe.

O Sr. **Presidente** (Abel Baptista): — Tenho mesmo de ter, porque, normalmente, o Sr. Deputado ultrapassa muito os tempos de que dispõe. É só por isso.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Veremos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Abel Baptista): — Tem a palavra o Sr. António Costa.

O Sr. **António Costa**: — Relativamente a essa pergunta, que é oportuna e bem colocada, esta Comissão de Trabalhadores não lhe pode responder com a clareza e a objetividade que seria necessária, porque, em 2011, das conversas que o Sr. Ministro teve com a comissão de trabalhadores da altura, nunca tivemos nenhum *feedback* sobre aquilo que o Sr. Ministro disse. Tudo aquilo que soubemos foi através da comunicação social e, como o Sr. Deputado disse, e muito bem, quando o Sr. Ministro da Defesa tomou posse, automaticamente, a primeira decisão que ele tomou...

É óbvio que, naquela altura, os trabalhadores ficaram bastante apreensivos pela positiva, porque podia não ser um mal tão grande: em vez de serem 420, que era um número muito exagerado de trabalhadores que estavam naquele projeto... E nós nunca pensámos que o Sr. Ministro ia fazer melhor do que isso. O Sr. Ministro realmente tinha a noção de que conseguia superar esse número, e superou-o, porque todos os trabalhadores vieram embora, excetuando 12, que continuam lá até ao momento!

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Praticamente, ao longo desta audição, já ouvimos quase tudo o que queríamos ouvir, mas há umas questões que devem ser pontualizadas e, por isso, vou fazer perguntas imediatas e diretas para perceber se as confirma ou não.

Já faziam parte desta Comissão de Trabalhadores quando, passado um ano do exercício de funções do Governo, o Governo anunciou que tinha decidido reprivatizar e chamou-os ao Porto para lhes dizer. Como é que o Ministro, na altura, justificou a reprivatização? Disse por que é que tinha decidido reprivatizar?

O Sr. **António Costa**: — Quando o Sr. Ministro anunciou a reprivatização foi no dia 19 de março de 2012, à anterior comissão de trabalhadores, em reunião, penso, no gabinete do Sr. Ministro da Defesa, em Lisboa. O Sr. Ministro ou o Governo de Portugal oficializou o processo ou deu início ao processo de reprivatização no dia 12 de julho, em Conselho de Ministros, e o Sr. Ministro fez esse anúncio, através do Governo.

Porventura, e indo concretamente ao episódio de o Sr. Ministro chamar a Comissão de Trabalhadores ao Porto para ter uma reunião, foi para dar a notícia de que o Governo de Portugal tinha decidido encerrar o

processo de reprivatização e avançar com o processo de subconcessão para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

É óbvio que, quando ouvimos a primeira parte da notícia, pensámos que havia o sentido estratégico do Governo relativamente ao futuro do nosso País, não só em termos da construção naval, mas também em termos da expansão que podemos potenciar no nosso mar. Porém, o Sr. Ministro, mais uma vez, habilidosamente, chamou ali a Comissão de Trabalhadores (e interpretamo-lo como tal) para que a Comissão de Trabalhadores fosse porta-voz daquilo que tinha de ser o Ministro da Defesa Nacional a anunciar, e queria que fosse a Comissão de Trabalhadores a fazê-lo. Nós, isso, não fizemos, porque nesse momento não estávamos nessa função. Simplesmente, se o Ministro teria de informar alguma coisa, tinha de ser ele a falar, como o fez.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Mas qual foi a razão efetiva que lhe disseram que estava na base do encerramento do processo de reprivatização?

O Sr. **António Costa**: — Portanto, a argumentação que está na resolução do Conselho de Ministros é a de que não estavam salvaguardados os interesses do Estado português no processo de reprivatização.

Portanto, nunca foi evocada qualquer outra razão.

Isto foi o Sr. Ministro que disse de uma forma muito clara e muito objetiva. Mas compreendemos que o Sr. Ministro, às vezes, utilizava uma linguagem jurídica para poder criar uma série de dúvidas relativamente a todo este processo.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Mas o encerramento do processo de

reprivatização não foi sustentado no anúncio de que a Comissão Europeia tinha um procedimento e que, portanto, iria condenar Portugal a devolver 180 milhões de euros?

O Sr. **António Costa**: — Sr. Deputado, isso era o que o Sr. Ministro dizia à opinião pública, ou seja, que, devido à abertura do procedimento de inquérito, da parte da Direção-Geral da Concorrência, segundo o qual os Estaleiros Navais teriam de devolver ao Estado português 181 milhões de euros... O Ministro disse isto várias vezes, mas o que diz na resolução do Conselho de Ministros não é nada disto, e temos de nos cingir aos documentos. Mas o Sr. Ministro, ao longo de ano e meio, também andou a dizer que a subconcessão da empresa era devida à falta financeira dos Estaleiros, que não tinham capacidade para devolver 181 milhões de euros ao Estado português, e o Sr. Ministro, no dia 10 de janeiro de 2014, no ato da assinatura da subconcessão, disse que era por uma questão ideológica.

Portanto, em algumas afirmações do Sr. Ministro não «bate a bota com a perdigota», com aquilo que realmente se veio a concretizar — disso ninguém tenha a menor dúvida.

Não sei se, estrategicamente, o Sr. Ministro fez isto de propósito ou não, mas a verdade é esta, os factos que estão em cima da mesa são estes.

O Sr. **Jorge Fão (PS)**: — Já afirmaram que, da boca do Comissário Almunia, responsável por este processo, foi dito que não estava na base da decisão do Governo, de encerrar o processo, o facto de haver uma perspetiva de condenação da Comissão Europeia. Confirma que foi esta a resposta que o Comissário Almunia vos transmitiu sobre este assunto?

O Sr. **António Costa**: — Efetivamente, quando acompanhei o Sr.

Presidente da Câmara e o Sr. Deputado Jorge Fão, tivemos oportunidade de ouvir isso da boca do Sr. Joaquín Almunia. Ele disse que não havia nenhuma decisão e que era uma averiguação que tinha sido aberta, que é normal, mas que não havia nenhuma decisão final. E não vai haver, Sr. Deputado, não tenho a mínima dúvida. Não tenho a mínima dúvida de que, perante o cenário que existe agora, de uma subconcessão, a nível da comunidade europeia, este processo vai ser totalmente metido na gaveta. Não tenho a mínima dúvida. Isto, porquê? Porque, quando estamos a falar de apoios do Estado, estamos a falar também... E nós, Comissão de Trabalhadores, enviámos um documento para a Direção-Geral da Concorrência, no dia 6 de maio de 2013, em que era possível enquadrar os apoios que o Estado português pudesse ter concedido à nossa empresa. Temos muita dúvida sobre os montantes em causa, sobre os 181 milhões de euros, e volto a afirmar que duvido que, no período de 2006 a 2012, entrasse na nossa empresa tanto dinheiro, porque os trabalhadores não andavam assim tão tolos durante estes anos todos — digo-lhe com toda a honestidade. Se entrou lá muito dinheiro, então, digo-lhe, muito sinceramente, que não sei onde está, porque, efetivamente, estamos a falar de muitos milhões de euros.

E aquilo de que estamos a falar, relativamente às averiguações da Direção-Geral da Concorrência, bem, temos países como a Espanha, com a *tax lease*, como o meu colega Abel Viana anunciou aqui, temos a situação da Holanda, temos a situação da França.

Portanto, o Sr. Ministro levou esta questão para um ponto fulcral, no sentido de ser uma inevitabilidade encerrar e extinguir a empresa, focando-se nos 181 milhões de euros. Essa é que foi a grande mentira do Sr. Ministro em todo este processo e conseguiu vender esta mentira à opinião pública. Esta é a verdade nua e crua.

Quando ouvimos as palavras do Ministro, no dia 10 de janeiro, a afirmar que foi uma questão ideológica, então, afinal, o que é que o Sr. Ministro andou a dizer este tempo todo aos portugueses, aos Srs. Deputados, aos seus colegas Ministros? O que é que andou a dizer? São os 181 milhões de euros ou é uma opção ideológica?!

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Recorda-se se, na altura, o Comissário Europeu confirmou que o Ministro nunca tinha procurado ter nenhum contacto nem diálogo político com ele? Confirmam esta situação?

O Sr. **António Costa**: — Claro que sim, Sr. Deputado, claro que isso foi confirmado pelo Sr. Comissário Joaquín Almunia. Foi pena o Sr. Deputado Afonso Oliveira não nos acompanhar, caso contrário, também ouvia, pela voz do Sr. Comissário Joaquín Almunia, aquilo que estou agora a dizer ao senhor e aos Srs. Deputados.

O que disse o Sr. Joaquín Almunia, no dia 2 de julho, para que fique bem claro, relativamente aos contactos estabelecidos, foi que o Sr. Ministro da Defesa nunca estabeleceu nenhum contacto formal direto com o Comissário Joaquín Almunia. Quem estabeleceu o contacto, segundo disse o Sr. Ministro, e pelo que eu compreendi, foi a atual Sr.^a Ministra das Finanças e o Sr. Ministro Vítor Gaspar. Foram os contactos que existiram, pessoalmente, na altura, não foi o Ministro da Defesa a estabelecer contacto.

Mas digo-lhe muito honestamente que não acho normal que o Ministro da Defesa, com um problema destes, não tenha pegado na mala e ido até Bruxelas ver a situação. Isto, se tivesse, efetivamente, interesse em resolver este problema, em clarificar esta situação. É que nós só não fomos mais cedo a Bruxelas, Sr. Deputado, porque não tínhamos dinheiro nem

tínhamos receitas próprias que nos permitissem pagar as viagens, se não, com todo o gosto, já tínhamos pedido, há muito tempo, uma audiência nesse sentido ao Sr. Dr. Durão Barroso.

O que esteve debaixo do processo de extinção e encerramento, que dizem que vai acontecer à nossa empresa e que contribuiu para que 595 trabalhadores abandonassem a nossa empresa a chorar... Em vez de saírem alegres, saíram num cenário triste, num cenário de fugir da empresa, o que não é normal, porque saíram apavorados, quando deviam sair alegres, uma vez que a empresa ficava... Enfim, são aquelas coisas difíceis de descrever. Mas o que está em causa, Sr. Deputado, não são os 181 milhões, digo-o com toda a honestidade e franqueza, o que está em causa é um ajuste de contas com os trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, o que está em causa são os direitos dos trabalhadores, o que está em causa é tudo aquilo que vem sendo planeado para acabar com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo e acabar de vez com aquelas manifestações pacíficas e ordeiras que fazíamos sem nunca maltratar ninguém. E, realmente, viemos a Lisboa.

Em Viana do Castelo, pedíamos apenas trabalho e, voltamos a referir, Sr. Deputado, para quem tiver a perceção... Penso que, se o Sr. Primeiro-Ministro fizesse a mesma coisa ao Ministro da Defesa, ou seja, se o colocasse no Ministério da Defesa, no seu gabinete, durante dois anos e meio sem trabalhar, o Sr. Ministro da Defesa também iria sentir a mesma coisa que os trabalhadores dos Estaleiros sentiram ao longo deste tempo.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — No passado dia 28 de janeiro, estiveram em Bruxelas e falaram com o Presidente da Comissão Europeia, o português Durão Barroso. O que é que ele lhes disse sobre o processo da subconcessão e sobre o comportamento que tinha havido do Estado

português em relação à Comissão Europeia?

O Sr. **Abel Viana**: — O Sr. Presidente da Comissão Europeia, que por acaso é português, reiterou — mais uma vez, tenho de utilizar este termo — aquilo que sempre dissemos e que havemos de continuar a dizer: foi aberto um inquérito a supostas ajudas estatais, mas, segundo as informações que ele tinha, e até nos confidenciou que tinha uma relação muito próxima com o Comissário Joaquín Almunia, não havia nenhuma decisão tomada, aliás, muito pelo contrário, era um processo que estava a decorrer.

É óbvio que também o questionámos em relação àquela que foi a postura, o comportamento e a atitude do Governo, mas ele, inteligentemente ou habilmente, escapou-se, como seria de prever.

No essencial, no fundamental, reiterou aquilo que é a realidade, ou seja, não há nenhuma decisão em relação ao processo de averiguação que foi aberto, no que diz respeito aos Estaleiros.

Como compreenderão, infelizmente, nós lidamos com muitas informações, vimos várias situações, vários episódios... Enquanto o meu companheiro estava a fazer a sua intervenção, lembrei-me de uma questão, de que vocês também se hão de lembrar. É que, aquando do processo de reprivatização, foi constituída uma comissão de acompanhamento, sendo que quem presidia ou liderava essa mesma comissão de acompanhamento, e permitam-me a consideração, era esse produto inacabado do fascismo, que é o Sr. Van Zeller. E ele disse o seguinte, que vou tentar parafrasear: o grande problema dos Estaleiros eram aqueles trabalhadores que lá estavam, cheios de vícios, que estavam completamente desatualizados e, para além disso, a cambada de comunistas e de sindicalistas violentos e perigosos que para lá andava. Depois de ele ter dito isto, o Sr. Ministro da Defesa, e muito

bem, demitiu-o. Não sei se se recordam, mas isto aconteceu.

É caso para dizer, e penso que muitos de vós concordarão connosco, que afinal quem tinha razão era o Sr. Van Zeller. O que aconteceu foi aquilo que o Sr. Van Zeller anunciou, ou seja, foi um saneamento na totalidade, de todos os trabalhadores, de uma estrutura sindical onde havia uma consciência de classe bastante grande — temos de o assumir e assumimo-lo com todo o orgulho —, e havia essa mística, essa cultura no seio da empresa. Este Governo quis acabar com isso mesmo. Desculpem a frontalidade, mas esta foi a principal razão.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Em determinado momento do ano passado, isso já aqui foi focado, a administração alegou a dificuldade de disponibilidade financeira para pagar salários. Na altura, foi decidido vender aço.

A Comissão de Trabalhadores entende que haveria outros materiais ou outros equipamentos que poderiam ter sido vendidos para o mesmo efeito, ou seja, para a realização de capital para pagar salários?

O Sr. **António Costa**: — Sim, claro que sim. Claro que a administração teria outros materiais para vender e que criariam mais receitas para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo naquele momento.

É óbvio que não se pode descurar que, naquele momento, e penso que também de uma forma estratégica, toda a banca que tinha concedido empréstimos aos Estaleiros provavelmente colocou o «garrote» mais acima aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, o que foi uma pressão que também ajudou a agudizar ainda mais o cenário por que a empresa estava a passar. Não tenho a menor dúvida em relação a isso.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Há bocado afirmou que dirigiram ao Sr. Ministro uma chamada de atenção para o facto de, nesse processo comercial, esse aço ter ido parar à Navalria. Confirma que, no fundo, a resposta foi a insinuação da eventual instalação de um processo disciplinar aos trabalhadores?

O Sr. **António Costa**: — Como somos uma Comissão de Trabalhadores que sempre falámos de peito aberto e sempre zelámos pelos interesses da nossa empresa até à exaustão, fizemos isto, porque era nosso dever chamar a atenção do Sr. Ministro para aquilo que se estava a passar na nossa empresa. Isto, porque, como ele não vinha a Viana do Castelo, nós tínhamos de ir ter com ele. Nós sempre denunciámos aquilo que achávamos que devíamos denunciar. Foi isso que fizemos, hoje fazíamos a mesma coisa e continuaríamos a fazer, porque a nossa empresa tinha e tem de ser salvaguardada.

Falaram aqui do processo da subconcessão, mas ninguém fala dos terrenos que eram propriedade dos ENVC. O que é que os ENVC vão ganhar com os terrenos que eram da sua propriedade? Ninguém fala disso, das várias coisas que já enumerámos aqui e das várias coisas que não se realizaram, em termos de contrapartidas? Quer dizer, nós só temos prejuízos? Provavelmente, se fizerem uma contabilidade bem feita relativamente àquilo a que os Estaleiros tinham direito, tenho a impressão de que os Estaleiros, realmente, ainda têm direito a haver dinheiro, no meio deste processo todo. Tenho essa sensação. Isto, se houver rigor a analisar, concretamente, a história dos Estaleiros.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — A União de Sindicatos de Viana do Castelo, que já ouvimos em audição e que os senhores já hoje

referenciaram, tem, entre os seus dirigentes, dois ex-trabalhadores, como também já foi frisado. Esses dois ex-trabalhadores, dirigentes da União de Sindicatos, participaram sempre, no que diz respeito à colaboração com a Comissão de Trabalhadores que os senhores dirigiam, na organização de todo o processo de combate em relação ao encerramento dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo?

O Sr. **António Costa**: — Sim. É bom referir a seguinte situação: ao contrário daquilo que estes senhores afirmam, e dizem que a Intersindical CGTP estava por dentro de todo este processo que eles tiveram com o Sr. Ministro, é pura mentira desses senhores e pura demagogia.

A Intersindical CGTP, na pessoa do Sr. Secretário-Geral da CGTP, que esteve em Viana do Castelo no dia 2, afirmou à comunicação social que no dia 31 de janeiro íamos estar aqui e íamos ser trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, e em fevereiro também íamos estar aqui como trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, e em março íamos estar aqui, e estaríamos.

Hoje, 26 de março, estamos aqui e somos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, ou não somos?! Somos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Podíamos estar lá 300, podíamos estar lá 400, podíamos estar lá 500 trabalhadores, era um problema que o Sr. Ministro tinha de resolver, porque nós queríamos trabalhar, não queríamos dinheiro para indemnizações. Prescindo da minha indemnização, dou-a ao Sr. Ministro, dou-a seja a quem for, o que quero é que o Sr. Ministro me dê um contrato de trabalho, porque eu tinha trabalho na minha empresa. Sempre zelei pelos interesses da minha empresa e é isso que hei de continuar a afirmar até à última instância: quero trabalhar, preciso de trabalhar!

Digo-lhe muito honestamente que é pena e lamentável que o senhor tenha focado duas pessoas que tiveram essa postura. E, como já disse e volto a referir, são as mesmas pessoas que há dois anos mandaram os trabalhadores para a rua para crucificar o despedimento de 420 pessoas, porque, provavelmente, essas duas pessoas não estavam envolvidas no processo e não recebiam a sua choruda indemnização, mas agora não, agora, a sua postura é: «Ó Sr. Ministro, você vai mandar os 600, porque assim teremos a certeza de que também vamos e de que também recebemos». Foi simplesmente isto! O facto é este, não tenho a mínima dúvida! Não tenho a mínima dúvida! Esta é a verdade nua e crua!

Mas há uma coisa que se chama «dignidade» e que as pessoas devem ter. E esses senhores, neste momento, jamais, alguma vez, têm dignidade para representar, atualmente, os sindicatos de Viana de Castelo. É uma vergonha para a Intersindical CGTP, é uma vergonha para o movimento sindical, é uma vergonha para toda a gente que, realmente, anda a lutar pelos direitos dos trabalhadores, incluindo os vários partidos, dizer que foram estes senhores, que não tiveram uma visão estratégica para a continuidade da nossa empresa, que representaram os sindicatos de Viana do Castelo, porque há um ministro que decide, há um Governo que decide e nós não sabemos, em última instância, se realmente o Sr. Ministro não teria outra cartilha na manga para o futuro dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Até porque, na inspeção-geral, realizada em 2009, dizia «para a criação de uma nova empresa» e «com afetação dos trabalhadores a essa nova empresa». Lá dizia isso! Quem sabe se o Sr. Ministro não tinha essa carta na manga, até à última instância? Devemos analisar o seguinte: ele é um jurista e os juristas trabalham muito no tempo, trabalham muito na saturação. É lamentável que dois sindicalistas, um com 62 anos e outro com 58 anos, se saturassem deste processo muito cedo. Isso é que é

lamentável!

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — A União de Sindicatos reuniu com o Ministro no dia 29 de janeiro, quando os senhores estavam em Bruxelas. Antes de fazer um anúncio daquilo que foi o conteúdo da reunião, a União de Sindicatos procurou estabelecer contacto telefónico com a Comissão de Trabalhadores para lhe dar conta dessa reunião?

O Sr. **António Costa**: — Nenhum contacto foi estabelecido com a Comissão de Trabalhadores, em Bruxelas. Os únicos contactos que recebemos não foram feitos por nenhum colega nosso, nem pela Comissão de Trabalhadores, nem por nenhum trabalhador, os contactos que recebemos em Bruxelas, provavelmente pelos custos das chamadas que são mais acrescidos, foram feitos pela SIC, pela TVI e pela RTP.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Não é nada vulgar nem se conhecem registos de um acordo tão rápido nem de uma negociação tão pacífica entre uma força sindical e uma entidade patronal, mas foi o que aconteceu, efetivamente, nessa reunião. Acham que, porventura, essa foi uma situação idêntica à daqueles sindicalistas que negociaram aquele processo em causa própria e com interesse próprio?

O Sr. **António Costa**: — Não. Digo-lhe muito sinceramente — e tenho aqui uma pasta — que me preocupam, e também deviam preocupar a essa gente, a esses dois senhores que estiveram aqui, as pessoas que estão em casa e que estão reformadas.

Preocupa-me o Fundo de Pensões para aquelas pessoas que, efetivamente, estão em casa e que estão reformadas. Tal como me

preocupam muitos trabalhadores que receberam agora um bocadinho de dinheiro, todo junto, que nada tem a ver com aquilo a que tinham direito no Fundo de Pensões, porque, quando esse bocadinho de dinheiro acabar, muitos deles não vão ter, no final do mês, aquele montante certinho do Fundo de Pensões. E muitas pessoas, daqui a dois ou três anos, vão passar mal em Viana do Castelo. Depois, vou ver a atitude desses senhores sindicalistas, se realmente estarão lá para ajudar essas pessoas.

O Sr. **Abel Viana**: — Sr. Deputado, gostaria de acrescentar uma pequeníssima coisa, mas que me parece de capital importância, relacionada com o assunto, também ele de capital importância, que o meu companheiro António Costa trouxe à discussão. É que, realmente, os reformados dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo — e penso que os senhores também terão de fazer algo nesse sentido — correm o risco de, daqui a alguns anos, verem a sua condição de vida regredir ainda mais.

Gostava de dizer algo que o Sr. Ministro nos disse no Ministério da Defesa Nacional, e o António Costa e os nossos restantes companheiros também ouviram, mas não consigo agora datar, no sentido de que a questão do Fundo de Pensões iria ser resolvida da seguinte forma: os trabalhadores iriam receber o valor da sua pensão relativa à segurança social, mais o valor relativo ao Fundo de Pensões na íntegra, através do sistema de segurança social. Ou seja, apesar de o Sr. Ministro não ter entrado em pormenores, disse que o Fundo de Pensões iria ser integrado na segurança social, como forma (e são palavras do Sr. Ministro) de assegurar e proteger o futuro desses mesmos ex-trabalhadores.

É bom que se deixe aqui este registo, porque é verdadeiro, como não poderia deixar de ser, e esperamos que os vários grupos parlamentares também se debrucem sobre esta questão, porque poderemos estar ainda em

vias de ver a coisa agravar-se mais na região de Viana do Castelo.

O Sr. **António Costa**: — Já agora, Sr. Deputado, também só para reforçar aquilo que o meu colega Abel Viana disse, sobre o Fundo de Pensões, permita-me que diga que o Sr. Ministro afirmou à Comissão de Trabalhadores, na última reunião que tivemos com ele, que o Estado é uma pessoa de bem e que vai cumprir integralmente todas as suas obrigações no Fundo de Pensões.

Não podemos deixar de referir que, no âmbito dos 12 trabalhadores que temos, neste momento, na empresa, há trabalhadores com direito ao Fundo de Pensões, que é um direito dos trabalhadores criado em 1987.

Portanto, espero que as palavras que o Sr. Ministro proferiu à Comissão de Trabalhadores, na última reunião que tivemos com ele, sejam para cumprir, e penso que vale mais a palavra, como se costuma dizer, do que o dinheiro.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — O que temos, ao fim de 33 meses de exercício de funções deste Governo, relativamente aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, é o seguinte: o encerramento da empresa; todos os trabalhadores dispensados; o passivo, no fundo, absorvido pelas contas, pelo erário público; o *Atlântida* à venda sem preço-base; 31 milhões de euros gastos para comprar a angústia dos trabalhadores; e, parece, uma estimativa de cerca de 250 a 300 milhões de custo de encerramento.

Querem fazer algum comentário sobre isto?

O Sr. **António Costa**: — Apenas dizer que lamentamos profundamente.

Tenho orgulho em ser português e acho que todos devemos ter

orgulho no nosso País e devemos lutar para sermos cada vez melhores, para trabalharmos cada vez melhor no nosso dia-a-dia, de forma a que o produto final do que realizamos seja cada vez mais de melhor qualidade, porque isso é que traz valor acrescentado à nossa economia. No entanto, tenho pena, tenho muita pena de que, independentemente de hoje estar o PSD/CDS no Governo e, depois, possa estar o PS ou, quem sabe, também o PCP e o Bloco de Esquerda,...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Oxalá que sim!

O Sr. **António Costa**: — Oxalá que sim, porque andamos sempre no «vira o disco e toca o mesmo».

Mas, como estava a dizer, tenho muita pena de que, independentemente de hoje estar o PSD/CDS no Governo e, depois, possa estar o PS ou, quem sabe, também o PCP e o Bloco de Esquerda, num projeto a 20 anos, e quando temos um País com tanto mar para explorar, o Estado português se tenha dado ao luxo, porque o considero um luxo, de prescindir de um ativo como os Estaleiros Navais de Viana do Castelo no setor empresarial do Estado. Quem dera à Noruega e à Finlândia apanhar uma empresa com as condições estratégicas dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Como já muitas vezes dissemos, hoje, que temos uma *holding* a gerir a defesa, a qual foi criada pelo Ministro Paulo Portas, onde temos boas empresas de *software* e de outras áreas, e podíamos potenciar os Estaleiros Navais de Viana do Castelo juntamente com o Arsenal do Alfeite, dinamizando a construção naval — quem sabe até criar um *cluster* naval, a nível nacional, e não, como afirmou um nome do PSD, que disse que se vai criar um *cluster* naval em Viana do Castelo com a subconcessão... Um

cluster naval é uma coisa mais abrangente, com mais fábricas para que se façam os materiais de que precisamos para a construção naval, porque 70% do material para a construção naval é importado. E, para acrescentar valor à nossa economia, como está a acontecer na aeronáutica, é preciso que se invista também na criação de empresas para fazerem peças para a construção naval.

Tínhamos, no setor da aeronáutica, um exemplo para o Governo seguir a nível da construção naval. Foi pena que, lamentavelmente, o Governo de Portugal e o Sr. Ministro da Defesa, porque ele também vai ficar na história — é verdade e tem de se dizer —, não tenham tido um sentido mais estratégico. Até porque o Sr. Ministro é um homem do Norte e costuma dizer-se que, «para o nosso País ser forte, é preciso pôr o Norte a trabalhar».

Risos.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Termino mesmo, até para não causar nenhuma ansiedade ao Sr. Presidente, dizendo o seguinte: estes dois últimos anos e meio foram, como o senhor disse, de sacrifício psicológico para os trabalhadores que, praticamente, nada produziram durante este tempo, numa atitude propositada de estrangulamento da organização.

Consideram que estes dois anos e meio foram realmente a «machadada» final e a decisão fatal para o fim dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo?

O Sr. **Presidente** (Abel Baptista): — Sr. Deputado Jorge Fão, não me causa ansiedade nenhuma, só tem de gerir os tempos.

Tem a palavra o Sr. Abel Viana.

O Sr. **Abel Viana**: — Com todo o respeito, penso que ainda vivemos numa espécie de democracia. Tirando os Deputados e as pessoas que concordam com aquilo que este Governo está a fazer, acho que toda a gente concordará que os tempos, ou que esse tempo, ou que esses momentos que vivemos foram, sem dúvida, causados propositadamente, premeditadamente, no sentido (já o disse aqui, mas vou repetir) de desmoralizar, cansar, violentar, e sei lá mais o quê, cerca de seis ou sete centenas de trabalhadores.

O que afirmo acabam por ser apenas palavras, mas acho que isto é de uma gravidade!... É que estamos a falar de 600 pessoas, estamos a falar de 600 seres humanos que estiveram durante três anos numa empresa, com a qual sentiam uma identificação enorme, sem poderem trabalhar, mas a quererem trabalhar, porque queriam trabalhar.

Quando aqui se colocam questões sobre uma hipotética falta de produtividade, um elevado absentismo... Esse nunca foi o problema dos Estaleiros! É óbvio que, no meio de muita gente, de muitas pessoas, de muitos trabalhadores, há quem trabalhe mais e há quem trabalhe um bocado menos, mas acho que isso é inerente à condição humana. Agora, em termos genéricos, digo, com muito orgulho, que os trabalhadores dos Estaleiros sempre foram muito trabalhadores e não tenhamos dúvidas disso.

Respondendo objetivamente à pergunta do Deputado Jorge Fão, sem dúvida que estes últimos três anos configuraram a «machadada» final, isso, sim, no que foi a empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA. Sem dúvida.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Agradeço ao Sr. Presidente e aos membros da Comissão de Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

O Sr. **Presidente** (Abel Baptista): — Muito obrigado, Sr. Deputado Jorge Fão.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Relatora, Ângela Guerra.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas gostava de pedir um esclarecimento, se for possível.

O Sr. **Presidente** (Abel Baptista): — Com certeza, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Posso fazer a pergunta diretamente ou através de V. Ex.^{aa}?

O Sr. **Presidente** (Abel Baptista): — Faça favor de colocar diretamente a questão. É habitual o relator também poder fazer perguntas diretas.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Muito bem, Sr. Presidente.

Tomei muitas notas ao longo desta audição e gostava que os Srs. Representantes da Comissão de Trabalhadores me esclarecessem, porque foi afirmado três vezes, pelo menos, que os senhores têm dúvidas — foi o Sr. António Costa que o disse várias vezes — que, entre o período de 2006 e de 2012, tenha entrado assim tanto dinheiro na empresa, porque, se entrou, não sabem onde ele está.

O Sr. **António Costa**: — Tenho dúvidas.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Muito bem.

A minha pergunta, em concreto, é esta: o senhor viu documentalmente que esses dinheiros entraram. A sua dúvida é porque não acredita que os documentos vertam a realidade económico-financeira ou é por uma outra razão?

O Sr. **António Costa**: — Sr.^a Deputada, entendo a pertinência da sua pergunta e, quando afirmamos que temos dúvidas que tenha entrado tanto dinheiro, tantos milhões, na nossa empresa, digo-lhe, muito honestamente, que não é que a Comissão de Trabalhadores tenha acesso minucioso aos documentos, o que lhe digo, com toda a honestidade, é que na empresa, a trabalhar a 100% ou a 200%, jamais, alguma vez, podiam entrar tantos milhões como dizem que entraram.

Digo sinceramente, e volto a repetir, que tenho dúvidas. Por isso é que devem averiguar e investigar os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, para que, realmente, se chegue a conclusões concretas e objetivas sobre o que se passou nos Estaleiros Navais. Não deve ser só falado aqui, tem de ser averiguado!

É óbvio que, para pedir uma auditoria, como a que pedimos, desde 1997, a Comissão de Trabalhadores não o fez por acaso. Tratou-se de agir estrategicamente desde esse período, para que pudéssemos chegar a algumas conclusões. Nós sabemos perfeitamente que isso só poderia ser feito através da justiça. É difícil — é verdade! —, mas, então, se tem de se fazer uma averiguação, uma investigação, que se faça uma investigação minuciosa.

Como a nossa empresa pagou tantos estudos a várias consultoras externas, então, coloquem lá uma empresa a fazer um estudo daquilo que deve ser estudado, daquilo que deve ser denunciado. E, se há pessoas, se há administradores que tenham de ir à barra do tribunal, então, essas pessoas

têm de ser chamadas à atenção, têm de ser chamadas ao «botão», porque, realmente, têm responsabilidades naquilo que, ao longo dos anos, estiveram a fazer na nossa empresa.

Não foram os trabalhadores, não fui eu nem o meu colega, nem os outros 595 e mais 12, e outros que já foram embora, que assinaram os documentos, mas as pessoas nomeadas pelo Governo, que são gestores e que têm de ser responsabilizadas pela situação calamitosa a que a nossa empresa chegou e que deu no que deu.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Gostava só de concretizar.

Se bem percebi aquilo que o senhor disse, então, os senhores não têm dúvidas de que os dinheiros entraram da forma como está documentalmente comprovada...

O Sr. **António Costa**: — Não, não!...

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — As suas dúvidas são relativamente à forma como as administrações gastaram esse dinheiro. Foi isso que o senhor disse?

O Sr. **António Costa**: — Não! Eu volto a referir: tenho dúvidas de que entrasse tanto dinheiro na nossa empresa. Repito, muito honestamente, que tenho dúvidas!

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Então, não sabe se entrou e não sabe como as administrações o gastaram. É assim a resposta?

O Sr. **António Costa**: — Não sei. Como já lhe disse, em termos

contabilísticos, a Comissão de Trabalhadores não tem acesso a informação detalhada. Como a senhora sabe, às vezes, é muito fácil, em contabilidade,... Mas, pronto, não vamos...

O Sr. **Presidente** (Abel Baptista): — Sr. Abel Viana, quer ainda complementar alguma questão?

O Sr. **Abel Viana**: — Muito humildemente, Sr. Presidente, gostaria só de pedir desculpa, em primeira instância, ao Sr. Presidente ou à Presidência da Comissão e, depois, aos restantes Deputados, porque acabei por ser, entre aspas, protagonista de dois pequenos incidentes, mas, como compreenderão, não estamos a viver um momento muito feliz e, às vezes, a ânsia de querer discutir, contrapor e defender aquilo que temos vindo a defender, acaba por nos trair e, enfim...

Só queria deixar esta pequena nota e este pequeno registo.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Muito obrigada, Sr. Presidente, não tenho mais nada a perguntar.

O Sr. **Presidente** (Abel Baptista): — Srs. Deputados, parece não haver necessidade de uma segunda volta.

Quase cinco horas e meia depois do início desta reunião, quero agradecer ao Sr. António Costa e ao Sr. Abel Viana as informações que aqui nos deixaram e dizer que esta Comissão de Inquérito poderá ainda, eventualmente, voltar a pedir-vos algum contributo. Se isso vier a acontecer, entraremos, com certeza, em contacto convosco, mas, em nome de todos os grupos parlamentares desta Comissão, o nosso agradecimento pelas informações que nos deixaram ficar.

Depois, quer a Comissão, no respetivo relatório, quer os grupos parlamentares, no trabalho que concretizarem, tomarão as providências que entenderem devidas e necessárias.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 22 horas e 28 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL